

**CIDARA LOGUERCIO SOUZA**

**UM ITINERÁRIO, MUITAS MEMÓRIAS:  
A Cópia da Carta do Prof. Otto Alcides Ohlweiler  
na Coleção CEUE**

**PORTO ALEGRE  
2014**

**CIDARA LOGUERCIO SOUZA**

**UM ITINERÁRIO, MUITAS MEMÓRIAS:  
A Cópia da Carta do Prof. Otto Alcides Ohlweiler na Coleção CEUE**

Monografia apresentada como pré-requisito para a conclusão do curso Bacharelado em Museologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação FABICO/UFRGS, sob a orientação da Prof. Me. Ana Carolina Gelmini de Faria.

**PORTO ALEGRE  
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor Carlos Alexandre Netto  
Vice-Reitor Rui Vicente Oppermann

**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretora Ana Maria Mielniczuk de Moura

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefe Maria do Rocio Fontoura Teixeira

**COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE MUSEOLOGIA**

Coordenadora Ana Carolina Gelmini de Faria  
Vice-Coordenadora Jeniffer Alves Cuty

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

L832i Loguercio Souza, Cidara

Um itinerário, muitas memórias: a cópia da carta do Prof. Otto Alcides Ohlweiler na Coleção CEUE / Cidara Loguercio Souza, 2014.  
130f.: Il.

Orientador: Ana Carolina Gelmini de Faria

Trabalho de conclusão (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Museologia. Porto Alegre, 2014.

1. Museologia. 2. Memória. 3. Pesquisa Museológica. 4. Ditadura Civil-Militar. 5. Repressão Política na UFRGS. I.Título. II. Faria, Ana Carolina Gelmini de.

CDU: 069.1

---

Rosângela Broch Veiga CRB 10-1734

Departamento de Ciências da Informação  
Rua Ramiro Barcelos, 2705  
Bairro Santana  
Porto Alegre-RS  
Telefone: (51) 33085067  
E-mail: fabico@ufrgs.br

**UM ITINERÁRIO, MUITAS MEMÓRIAS:  
A Cópia da Carta do Prof. Otto Alcides Ohlweiler na Coleção CEUE**

Monografia apresentada como pré-requisito para a conclusão do curso Bacharelado em Museologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação FABICO/UFRGS, sob a orientação da Prof. Me. Ana Carolina Gelmini de Faria.

Aprovado em 05 de dezembro de 2014.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Me. Ana Carolina Gelmini de Faria (Orientadora) – UFRGS

---

Prof<sup>a</sup> Me. Marlise Maria Giovanaz – UFRGS

---

Prof<sup>a</sup> Me. Ana Celina Figueira da Silva - UFRGS

Dedico este trabalho à memória  
de dois imprescindíveis:

*Otto Alcides Ohlweiler,*  
bem-te-vi que anunciou  
um novo amanhecer.  
Que saibamos entender seu canto.

*Luiz Sávio Vieira Loguercio,*  
ausência mais que sentida,  
presença tão constante em tudo que fui e  
estou sendo.

## AGRADECIMENTOS

Aos povos do mundo porque tornam nossa complexa existência ainda mais humanamente diversa.

Aos que tiveram caladas suas bocas quando gritavam por liberdade, porque queriam destinar-nos uma vida melhor.

Aos que lutaram por uma universidade pública, gratuita e de qualidade. E aos brasileiros que nos garantem isso diariamente.

Aos meus professores e colegas dos cursos de Letras, Educação Física e Museologia da UFRGS, igualmente importantes em minha formação.

Aos professores e estudantes com quem tive e tenho contato através do meu trabalho.

Aos meus colegas servidores técnico-administrativos da UFRGS e, especialmente, à equipe do Museu da UFRGS/PROEXT.

À Claudia Porcellis Aristimunha, a primeira pessoa que me sugeriu a Museologia.

A todos os grupos de visitantes e parceiros do Museu da UFRGS, porque a aprendizagem deve ser diária e dialógica.

A todos que contribuíram com este estudo, fornecendo documentos, compartilhando subsídios, memórias, emoções e reflexões. Especialmente, à Regina Ohlweiler.

Aos amigos de ontem, de hoje e de sempre, na alegria e na tristeza.

À minha família de perto e de longe, inclusive àqueles cuja falta não os torna ausentes. É um privilégio construir minha vida com vocês.

A todos que fizeram parte da complexa trama de colegas, familiares e amigos que me possibilitou concluir este trabalho.

À Marlise Giovanaz e à Ana Celina Figueira da Silva, cujo entusiasmo com que aceitaram fazer parte desta Banca Examinadora muito me alegrou.

À Ana Carolina Gelmini de Faria, pela incansável dedicação, pelo apoio, pela confiança, pelas palavras exatas na hora certa. E porque faz tudo isso muito bem.

Ao Giovanni Mesquita, historiador-museólogo, pai da minha filha, com quem escolhi compartilhar muito, mesmo sem saber que seria tanto.

Às mulheres que formam minha base, responsáveis primeiras por quem sou: Cora, Mara e Mercedes. E à garotinha a quem pretendo significar o mesmo um dia: Dora, porque tornou minha vida mais alegre e com novos propósitos.

*O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados, o discurso do elogio da adaptação tornada com fado ou sina é um discurso negador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos eximir.*

*[...]*

*Que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? “Lavar as mãos” em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele.*

Paulo Freire

## RESUMO

Estudo de caso acerca de um documento da Coleção CEUE do Museu da UFRGS. Trata-se de uma cópia da carta que Otto Alcides Ohlweiler dirigiu ao Reitor da UFRGS em 1984. Como resposta à decisão do Conselho Universitário de outorgar-lhe o título de Professor Emérito, o autor solicitou o adiamento *sine die* de seu recebimento, por entender que a UFRGS não fizera autocrítica acerca da repressão política aos seus membros em 1964 e anos seguintes. A trajetória da pesquisa museológica, inerente à gestão de acervos, explora a musealidade do objeto através da interpretação de informações intrínsecas e extrínsecas. A coleta de dados inclui o levantamento de fontes documentais e a realização de entrevistas semiestruturadas. A análise qualitativa dos documentos e das considerações dos colaboradores, busca, ao investigar o itinerário do item, identificar significados e valores que legitimem sua musealização.

**Palavras-chave:** Museologia. Memória. Pesquisa Museológica. Ditadura Civil-Militar. Repressão Política na UFRGS.

## RESÚMEN

Estudio de caso sobre un documento de la Colección CEUE del Museo de la UFRGS. Ésta es una copia de la carta que Otto Alcides Ohlweiler dirigió al Rector de la UFRGS en 1984. En respuesta a la decisión del Consejo Universitario de concederle el título de Profesor Emérito, el autor solicitó el aplazamiento *sine die* de su recepción, por entender que la UFRGS no había hecho autocrítica sobre la represión política a sus miembros en 1964 y años siguientes. La trayectoria de la investigación museológica, inherente a la gestión de colecciones, explora la musealidad del objeto a través de la interpretación de la información intrínseca y extrínseca. La recolección de datos incluye un estudio de las fuentes documentales y la realización de entrevistas semi-estructuradas. El análisis cualitativo de los documentos y de las consideraciones de los empleados, busca, al investigar el desarrollo de la cuestión, identificar los significados y valores que legitimen su musealización.

**Palabras-clave:** Museología. Memoria. Investigación Museológica. Dictadura Civil-Militar. Represión Política en la UFRGS.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Figura 1</b> - Capa do livro do CEUE .....	30
<b>Figura 2</b> - Carta Original, fl. 6.....	39
<b>Figura 3</b> - Cópia da Carta Original, fl.6.....	39
<b>Figura 4</b> - Carta Original, fl. 1.....	39
<b>Figura 5</b> - Cópia da Carta Original, fl.1.....	40
<b>Figura 6</b> - Cópia da Carta enviada pelo Prof. Ohlweiler ao IQ, fl. 6.....	41
<b>Figura 7</b> - Cópia da Carta encontrada no acervo documental do CEUE, fl.6.....	41
<b>Figura 8</b> - Quadro 1 - Os docentes expurgados em 1964 .....	54
<b>Figura 9</b> - Quadro 2 - Os docentes expurgados em 1969.....	55
<b>Figura 10</b> - Títulos Honoríficos: Cabeçalho.....	60
<b>Figura 11</b> - Títulos Honoríficos 2: Erico Verissimo.....	61
<b>Figura 12</b> - Títulos Honoríficos 3: Otto Alcides Ohlweiler.....	61
<b>Figura 13</b> - Títulos Honoríficos 4: Elyseu Paglioli.....	61
<b>Figura 14</b> - Ohlweiler lendo a <i>Revista do Globo</i> .....	66
<b>Figura 15</b> - Ohlweiler caçando marrecos, 1940.....	66
<b>Figura 16</b> - Ohlweiler com a esposa, anos 1950.....	66
<b>Figura 17</b> - Ohlweiler estudante do Curso de Química Industrial, 1934.....	67
<b>Figura 18</b> - Painel Mural de Formandos, 1935 .....	68
<b>Figura 19</b> - Ohlweiler graduado em Química Industrial em 1935 .....	69
<b>Figura 20</b> - Formandos em Química Industrial, 1935 - <i>Jornal da Manhã</i> .....	70
<b>Figura 21</b> - Formandos em Química Industrial, 1935 - Instituto de Química.....	70
<b>Figura 22</b> - Ohlweiler, Professor Assistente na Escola de Engenharia, julho de 1940 .....	70
<b>Figura 23</b> - Ohlweiler, aprovado com distinção no concurso para catedrático.....	71

<b>Figura 24</b> - Lançamento Oficial do Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul, 1945.....	80
<b>Figura 25</b> - Deputados Estaduais Constituintes, bancada eleita pelo PCB/RS, 1947.....	81
<b>Figura 26</b> - Novas Manifestações.....	84
<b>Figura 27</b> - A energia atômica na paz e na guerra.....	85
<b>Figura 28</b> - Prisão de Ohlweiler em 1964.....	86
<b>Figura 29</b> - Defesa Escrita de Ohlweiler -Detalhe 1 .....	87
<b>Figura 30</b> - Defesa Escrita de Ohlweiler – Detalhe 2.....	87
<b>Figura 31</b> - Composição de fotos de Otto Alcides Ohlweiler.....	88
<b>Figura 32</b> - Professor não aceita título da Ufrgs.....	102
<b>Figura 33</b> - Docente denuncia repressão na UFRGS após março de 64.....	103
<b>Figura 34</b> - Carta ao Reitor da UFRGS .....	104
<b>Figura 35</b> - Carta de Nelson Werneck Sodré.....	105
<b>Figura 36</b> - Carta de Décio Freitas.....	106
<b>Figura 37</b> - Carta de Valentim Uberti Costa, Diretor do Instituto de Química.....	107
<b>Figura 38</b> - Prof. Ohlweiler recusa título e denuncia repressão .....	108
<b>Figura 39</b> - Voto de Congratulações da Câmara Municipal de Porto Alegre.....	109

## LISTA DE SIGLAS

AAAUFRGS - Associação dos Antigos Alunos da UFRGS

ADUFRGS - Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AI-1 - Ato Institucional nº 1

AI-5 – Ato Institucional nº 5

APG-UFRGS - Associação dos Pós-Graduandos da UFRGS

ASI - Assessoria de Segurança e Informações

BEM - Benemérito

CAFDR - Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt

CBPF - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

CEDOC-UCS - Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul

CEIS - Comissão Especial de Investigação Sumária

CEUE - Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia

CGI - Comissão Geral de Investigações do MEC

CISMEC - Comissão de Investigação Sumária do MEC

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONSUN - Conselho Universitário

CPA - Comissão Própria de Avaliação

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CSN - Conselho de Segurança Nacional

DAQ - Diretório Acadêmico dos Estudantes de Química

DCE - Diretório Central de Estudantes da UFRGS

DHC - Doutor *Honoris Causa*

DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna

DSI - Divisão de Segurança e Informações

DSND - Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento

ESG - Escola Superior de Guerra

FAPA - Federação Acadêmica de Porto Alegre

FE - Funcionário Emérito

FEE - Fundação de Economia e Estatística

FEUPA - Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre

IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

IQ - Instituto de Química

MEC - Ministério da Educação e Cultura

NDMS - Núcleo de Documentação e Memória Social

PCB – Partido Comunista Brasileiro (a partir de 1961)

PCB – Partido Comunista do Brasil (de 1922 a 1961)

PCdoB – Partido Comunista do Brasil (a partir de 1962)

PE - Professor Emérito

PHC - Professor *Honoris Causa*

PRC - Partido Revolucionário Comunista

PT - Partido dos Trabalhadores

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

REMAM/UFRGS - Rede de Museus e Acervos Museológicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SAI - Secretaria de Avaliação Institucional

SNI - Serviço Nacional de Informações

UCS - Universidade de Caxias do Sul

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

URGS – Universidade do Rio Grande do Sul

UPA - Universidade de Porto Alegre

## SUMÁRIO

<b>1 ABRINDO O ENVELOPE</b> .....	<b>15</b>
<b>2 A CARTA</b> .....	<b>20</b>
<b>3 O PERCURSO NO CONTEXTO</b> .....	<b>30</b>
<b>3.1 Visita ao Arquivo</b> .....	<b>33</b>
<b>3.2 A Carta Original e o Original da Cópia</b> .....	<b>38</b>
<b>3.3 Contexto Repressivo, Percursos Desencontrados</b> .....	<b>42</b>
<b>3.4 Percursos de Honrarias em Contexto</b> .....	<b>59</b>
<b>4 O REMETENTE</b> .....	<b>65</b>
<b>5 OS DESTINATÁRIOS</b> .....	<b>89</b>
<b>5.1 Destinatários Diversos, Itinerários Singulares</b> .....	<b>94</b>
5.1.1 DE QUÍMICO PARA QUÍMICO.....	94
5.1.2 DE PAI PARA FILHA.....	101
<b>6 A MENSAGEM</b> .....	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>114</b>
<b>APÊNDICE A</b> .....	<b>120</b>
<b>APÊNDICE B</b> .....	<b>121</b>
<b>APÊNDICE C</b> .....	<b>122</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>123</b>

## 1 ABRINDO O ENVELOPE

O que é necessário para que se abra um envelope? Uma tesoura, uma espátula, dirão alguns afoitos. Talvez. E o que mais? A existência de um envelope a ser aberto? Com certeza. Alguém que se disponha a abri-lo? Parece-me que sim. O encontro entre ambos - simultaneamente - no tempo e no espaço? Provavelmente. Até aí, nenhuma novidade.

Mas será que é só isso? Penso que não. Envelopes são objetos culturalmente construídos e utilizados por alguém, na maioria das vezes, intencionalmente. Sendo assim, quem os constrói e os utiliza é um ser cultural e, portanto, histórico e social. Alguém que aprendeu a utilizar envelopes para guardar, transportar ou enviar algo. Alguém que o recebeu, encontrou ou foi buscá-lo em algum lugar. Alguém que partilhava de uma cultura, construída historicamente, em que envelopes existiam ou existem.

Embora haja outros usos para esta palavra, na acepção citada aqui, o “envelope” designa “invólucro para remessa ou guarda de correspondência, documento ou impresso qualquer” (CUNHA, 1999, p. 304). Trata-se, portanto, de um objeto de cultura letrada, que implica domínio da leitura e da escrita. Mesmo que possa servir para embalar coisas diversas, ou para guardar algo que já pertencia a quem o utilizou, em geral, envelopes são destinados a envolver algo escrito com a finalidade de estabelecer uma forma de comunicação entre duas ou mais pessoas. Para tanto, é preciso que essa correspondência tenha sido escrita por alguém, num momento específico, num dado lugar, motivado por algo.

Após protegido pelo envelope, o escrito deverá ser remetido a um destinatário (ou mais) pelo mesmo que o escreveu ou por outro. Será transportado e irá percorrer um certo itinerário, que se realiza no tempo e no espaço, até chegar em seu destino. Chegará efetivamente se não for interceptado, extraviado ou deteriorado. Caso percorra todo o trajeto estabelecido, ainda ficará na dependência de lá encontrar seu(s) destinatário(s). Isso significa que a correspondência poderá ser furtada, recebida ou localizada por alguém a quem não se destinava. Ainda há casos em que o curso que separa remetente e destinatário existe apenas no tempo: alguém guardou ou deixou o envelope em determinado lugar e outra pessoa o encontrou muito tempo depois.

A pessoa que se dispõe a abrir um envelope comumente desconhece seu conteúdo. Não sabe nem mesmo se terá condições de entendê-lo. Pode desconhecer códigos ou referências citadas e, talvez, precise de auxílio. Então, retomo a pergunta: o que é necessário para que se abra um envelope? “Depende...” - parece-me a resposta mais adequada.

A metáfora proposta para começar este capítulo, assim como a dos demais, antecipa o universo do objeto de estudo - a carta. No entanto, diferentemente dos outros, este título dá ênfase a uma ação em processo. Pretendo, com isso, remeter igualmente ao objeto de estudo e à ação de estudá-lo. Compreender um objeto requer o entendimento mínimo de sua complexa teia de relações. Humanamente construído ou percebido, sua existência é cultural, o que só ocorre em sociedade, num tempo e espaço. Investigar o contexto de um objeto, portanto, é mais do que lhe propor um cenário. É perceber relações humanas que o tornam necessário ou possível.

O envelope de que falo aqui, para além da metáfora, existe em sua concretude. Está localizado em Porto Alegre, mais precisamente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), num museu, o Museu da UFRGS. Ele guarda um documento, que, juntamente com outros (que hoje também estão em envelopes), formava o acervo arquivístico do Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE). A partir de sua doação ao Museu da UFRGS, esse acervo passou a constituir a Coleção CEUE naquela instituição.

Portanto, a abertura deste envelope está inscrita nos marcos de uma pesquisa museológica acerca de um item em processo de musealização. A pesquisa museológica que se restrinja a investigar um objeto, acreditando que de suas propriedades poderá extrair todas as informações necessárias para compreendê-lo e valorizá-lo como objeto de museu (*musealia*), está atrelada a uma concepção tecnicista de museu e de Museologia. Descrever um objeto não basta, pois seu potencial de patrimonialização cultural e de sua musealização só pode ser compreendido por meio de interpretação, de reflexão crítica.

O valor que distingue um objeto, conferindo-lhe um estatuto museal, não emana necessariamente do próprio objeto. É desvelado, (re)construído ou atribuído por alguém que busca compreendê-lo em profundidade. Sendo assim, está vinculado ao objeto, mas, também, ao sujeito que o interpreta. Mas como é possível observar essa história que há nos objetos? O que é indispensável à sua

interpretação? Em outras palavras, o que é necessário para que se abra este envelope? A partir dessas reflexões, acredito ter esclarecido que, para abrir este envelope, uma tesoura não serve.

***Um itinerário, muitas memórias: a cópia da carta do Prof. Otto Alcides Ohlweiler na Coleção CEUE*** é o resultado da investigação de um documento do acervo do Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE), doado ao Museu da UFRGS em 2003. Trata-se de uma cópia da carta que, em março de 1984, o Prof. Ohlweiler dirigiu ao Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira, então reitor da UFRGS, como resposta à decisão do Conselho Universitário de outorgar-lhe o título de Professor Emérito.

Durante o semestre letivo 2013/2, tive meu primeiro contato com este item da Coleção CEUE (e com seu teor). Na ocasião, iniciei uma pesquisa museológica acerca do documento para a elaboração do trabalho final de uma disciplina.

Com a cópia dessa carta nas mãos, entendi que ela continha importantes elementos acerca das memórias da UFRGS e de sua “comunidade”<sup>1</sup> acadêmica sobre processos vividos a partir da instauração da ditadura civil-militar no Brasil em 1964. Passados exatos 50 anos da instalação daquele regime, em 2014 comemoram-se os 80 anos da UFRGS e a carta do Prof. Ohlweiler completa 30 anos. Seu conteúdo, no entanto, permanece atual, suscitando a retomada de algumas antigas discussões e trazendo novas questões à tona.

Percebi, então, a importância desta carta para a compreensão de aspectos do momento em que foi escrita (1984), do período que ela refere (1964) e da intenção de memória que ela expressa, remetendo-nos ao hoje (2014). Foi assim que decidi transformá-la no tema do meu Trabalho de Conclusão do Curso.

Esta pesquisa, que se insere no campo da Museologia, da Memória e do Patrimônio Cultural, busca responder à seguinte questão: ao reconstituir o itinerário da cópia da carta do Prof. Otto Alcides Ohlweiler é possível identificar significados e valores vinculados a memórias individuais e/ou coletivas que legitimem sua musealização (patrimonialização)? Em torno desse problema, o objetivo geral deste estudo é investigar a trajetória da cópia da carta do Prof. Ohlweiler, a fim de identificar significados e valores que foram e são atribuídos ao documento (objeto de museu - museália).

---

<sup>1</sup> “Comunidade” é um termo amplamente utilizado para designar o conjunto de docentes, técnico-administrativos e estudantes da universidade. Usarei entre aspas por considerar o conceito impreciso nesse contexto.

Trata-se, portanto, de um estudo de caso, para o qual foram desenvolvidas revisão e pesquisa bibliográfica. A coleta de dados incluiu o levantamento de fontes documentais e a participação de sujeitos colaboradores por meio de entrevistas semiestruturadas, filmadas ou com respostas por escrito. Foi feita uma análise qualitativa dos documentos e das contribuições dos colaboradores, a fim de responder aos seguintes objetivos específicos:

- a) Investigar informações intrínsecas e extrínsecas da cópia da carta do Prof. Otto Alcides Ohlweiler;
- b) Mapear (reconstituir) o itinerário (trajetória) deste objeto;
- c) Estabelecer possíveis vínculos deste objeto com memórias individuais e/ou coletivas no decorrer de sua trajetória;
- d) Identificar as potencialidades deste objeto na condição de museália (objeto de museu).

No segundo capítulo deste trabalho, intitulado **A CARTA**, busquei analisar o item da Coleção CEUE do Museu da UFRGS a partir de informações básicas que deveriam ser coligidas para uma ficha catalográfica. Considerando o processo de musealização pelo qual o item está sendo submetido, comecei pela descrição de seus dados intrínsecos, tanto físicos quanto de conteúdo, já que se trata de um objeto cuja produção envolve a escrita. Pergunta básica: DO QUE SE TRATA O OBJETO (O QUÊ)?

O terceiro capítulo, **O PERCURSO NO CONTEXTO**, foi destinado ao estudo de subsídios contextuais da produção deste item. Arrolei, inicialmente, informações extrínsecas ao documento, mas relacionadas diretamente a ele, no sentido de confirmar o teor de seus próprios elementos a partir de outras fontes. Assim, foram analisados documentos institucionais, que permitiram uma melhor compreensão não só do contexto como também dos percursos administrativos de geração da carta em questão. Através de uma pesquisa bibliográfica, procurei, também, esboçar o “cenário” de construção da carta, através de subsídios acerca do contexto mais amplo - histórico, social, político, cultural. Perguntas básicas: FOI PRODUZIDO ONDE, QUANDO, COMO E POR QUÊ?

Dediquei o quarto capítulo, **O REMETENTE**, a investigar o próprio “fabricador” do documento - Otto Alcides Ohlweiler. A partir de uma incursão pelo acervo familiar

do signatário da carta e de entrevista realizada com uma de suas filhas, procurei compor seu complexo perfil a partir de dois eixos interdependentes: a trajetória acadêmica e a política. Esse estudo foi potencializado pela consulta a ricas fontes bibliográficas e documentais. Perguntas básicas: QUEM PRODUZIU? POR QUE MOTIVOS?

Como o documento - carta - trata-se de uma manifestação escrita com a intenção de ser remetida a alguém, é preciso reconhecer a quem ela foi destinada. Assim, no quinto capítulo, **OS DESTINATÁRIOS**, propus-me a indicar para quem esta carta foi dirigida, ou a quem foi dada a conhecer. Considerando que o presente trabalho está inserido no campo da memória, essa identificação extrapola o “endereçamento” explícito. Perguntas básicas: PARA QUEM FOI PRODUZIDO? FOI FEITO PARA QUÊ?

A pesquisa é tratada aqui como “inerente”, integrante, parte da gestão de acervos museológicos, pois é a partir dela que os valores de um objeto são construídos, discutidos, selecionados e/ou explicitados. Nesse sentido, destaca-se neste trabalho o papel da pesquisa museológica, bem como o compromisso de quem a realiza, já que os campos da Memória, do Patrimônio Cultural e, conseqüentemente, da Museologia, são espaços de disputa em que não há como se (man)ter neutralidade.

## 2 A CARTA

Durante o segundo semestre letivo do ano de 2013 do Curso de Museologia, tive a oportunidade de realizar um trabalho acadêmico<sup>2</sup> que passou a ser um dos mais significativos na minha trajetória como estudante. Buscando aliar teoria e prática a partir do enfoque da disciplina - pesquisa museológica -, o processo ainda nos proporcionou exercícios de conservação preventiva e de documentação museológica, qualificando nossas reflexões acerca de elementos essenciais à gestão de acervos.

Partindo da pesquisa museológica, elaboramos relatório e dossiê de alguns itens de um acervo específico. A escolha desses itens veio da parceria do Curso de Museologia com a Rede de Museus e Acervos Museológicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (REMAM/UFRGS), que teve como projeto piloto o apoio do Museu da UFRGS como *locus* de estudo. A equipe da instituição sugeriu que fosse trabalhada a Coleção CEUE<sup>3</sup>, pois o processamento museográfico é ainda incipiente.

A Museologia contemporânea, principalmente após o advento do conceito de “museu integral” e das discussões ensejadas, não se encontra presa ao passado, articulando-se com o presente e o futuro. “Mesmo no campo simbólico, os objetos do passado deixam de ser simplesmente reificados, congelados [...] para reassumir um papel dinâmico no sistema simbólico do tempo presente” (BARBUY, 1995, p. 226).

A respeito das possibilidades investigativas em museus, a autora Letícia Julião (2006, p. 97) ressalta a importância de pesquisas que avancem “[...] para além dos objetos em si, [...] reconhecendo sua historicidade, suas relações com contextos sociais específicos”. Segundo Loureiro e Loureiro (2013) a transformação, intencional, do objeto para museália potencializa seu valor de documento, desprendendo-o de “[...] uma realidade imediata para remeter e evocar realidades ausentes” (2013, p.6). Esse valor é atribuído a partir do processo de musealização.

[...] a musealização consiste em um conjunto de processos seletivos de caráter informacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação. Tais processos, que têm no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma

---

2 O trabalho em questão fazia parte da disciplina *Tópicos Especiais em Pesquisa Museológica* (BIB03103), ministrada no referido período pelas professoras Ana Carolina Gelmini de Faria e Jeniffer Alves Cuty.

3 O Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia completou 100 anos em 2003. No mesmo ano seu acervo foi doado ao Museu da UFRGS, originando, assim, a Coleção CEUE naquele Museu.

síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que, reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa (LOUREIRO 2011, apud LOUREIRO: LOUREIRO, 2013, p.6).

O documento com o qual trabalhei foi a “Carta do Prof. Otto Alcides Ohlweiler”. Não a conhecia anteriormente. Meu contato com este objeto ocorreu num contexto em que era instigada a construção de um itinerário de pesquisa que buscasse o percurso dessa materialidade e das possibilidades de articulação que o mesmo possa ter provocado ao longo de sua trajetória. Por isso, considere esse “achado” como um “presente acadêmico”.

Na verdade, cabe ressaltar que o item em questão não é propriamente “a carta”, mas uma cópia do documento que, em março de 1984, o Prof. Ohlweiler dirigiu ao reitor da UFRGS, Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira. No texto redigido, o Prof. Ohlweiler não chegou a recusar o título de Professor Emérito que lhe seria concedido por decisão do Conselho Universitário, a partir de proposição emanada da Congregação do Instituto de Química (IQ). Entretanto, com uma argumentação articulada, ele solicitou o adiamento sem data da outorga do referido título, por entender que a UFRGS ainda não havia feito a devida autocrítica acerca da submissão de muitos de seus membros à repressão política em 1964 e nos anos seguintes.

Por ser uma cópia de carta não enviada nem recebida pelo CEUE, outras pessoas que a encontrassem poderiam simplesmente tê-la descartado. Quando a li pela primeira vez, no entanto, percebi que entender a presença desta cópia no acervo do CEUE e, posteriormente, na Coleção CEUE do Museu da UFRGS seria de extrema importância para um trabalho no campo da Memória. Entendi que, se essa cópia foi guardada por tantos anos, era porque seu conteúdo e/ou sua existência deveria, de alguma forma, interessar (ou ter interessado) aos estudantes da Escola de Engenharia.

Assim, para dar continuidade ao processo de musealização deste documento, era preciso compreender que interesses e motivações teriam levado esta cópia ao CEUE e porque ela foi guardada. Esse processo não só agrega as informações referentes ao bem cultural, ele também estimula a produção de conhecimento com base no estudo desses acervos. Julião (2006), p.106) reforça: “[...] somente uma atitude investigativa, indutora de reflexão, pode conduzir a percepções que ultrapassem o mero objeto”.

A gestão do patrimônio não é uma ação naturalizada, ao contrário, Buckland (1997 *apud* SMIT, 2008) ressalta quatro condições preeminentes para a determinação de um documento: *materialidade* - somente objetos e sinais físicos constituem documentos; *intencionalidade* - há uma intenção de tornar um objeto evidência de um fato; *processamento* - os objetos são transformados conceitual e tecnicamente como documentos, e *atitude fenomenológica* - o objeto, qualificado como documento, deve ser percebido e compartilhado em tal condição. Para desbravar as operações que potencializam o valor atribuído ao objeto, a Museologia se articula de forma interdisciplinar com métodos e instrumentos de campos em interlocução a fim de evocar a musealidade que dará condição de transformar a materialidade em museália. Neste trabalho, o diálogo com o “movimento da História” será basilar para explorar o itinerário da cópia de carta: “[...] uma vez que o ser humano se tornou, de ponta a ponta, histórico, nenhum dos conteúdos analisados pelas Ciências Humanas pode ficar estável em si mesmo nem escapar ao movimento da História” (FOUCAULT, 2007, p.513).

Segundo Nascimento (1994, p.11) “[...] os objetos [são] elaborados e existentes fora do homem, mas [...] refletem as complexas teias de relações entre os homens no processo histórico”. Os objetos na condição de museália possuem uma complexidade e riqueza de informações que requer do exercício museal uma aprofundada investigação. O primeiro passo desta pesquisa é analisar as informações intrínsecas, ou seja, deduzidas do próprio objeto, através da análise das suas propriedades físicas (FERREZ, 1994).

O objeto desta pesquisa (ANEXO) é um item da Coleção CEUE do Museu da UFRGS composto por seis folhas de papel branco, sutilmente amarelado, com dimensões de 29,7cm X 21cm (altura X largura). Trata-se de uma carta datilografada apenas no anverso das folhas. Possui marcas triangulares escuras no canto superior esquerdo de todas as folhas, indicando ser uma fotocópia (xerocópia). Apenas na última folha consta a numeração (“fl. 6” no canto superior direito), sugerindo que a numeração das outras folhas tenha sido perdida no momento da confecção da cópia.

No canto superior direito da primeira página observa-se a data: “Porto Alegre, 05 de março de 1984”. Abaixo da data, à esquerda, segue o endereçamento em quatro linhas: “Exm<sup>o</sup> Sr.”; “Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira”; “M.D. Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul”; “NESTA”. Após um espaçamento, há o

vocativo “Senhor Reitor Magnífico:”, seguido do texto da carta propriamente dito. O texto continua nas quatro folhas seguintes, ocupando as páginas inteiras. A carta encerra na sexta folha, não totalmente preenchida. Abaixo do último parágrafo, à direita, lê-se a despedida “Saudações cordiais,”; acompanhada, após um espaçamento, do nome datilografado do signatário “Otto Alcides Ohlweiler”. Não consta marca de assinatura nem de qualquer traço manuscrito.

As seis folhas possuem perfurações características de tachinhas nos dois cantos superiores, sugerindo sua exposição em mural. Na margem superior esquerda há também várias pequenas marcas redondas aos pares, indicando que a carta tenha sido grampeada mais de uma vez, após a retirada dos grampos. Há uma evidente perda de informação na margem inferior do documento, possivelmente ocasionada no processo de sua reprodução.

O próprio aspecto físico do item sugere perguntas de pesquisa a seu respeito. Inicialmente, é uma cópia reprográfica de carta não assinada, sem inscrições manuscritas, da qual o CEUE não é, explicitamente, nem o remetente nem o recebedor. Sendo assim, a verificação da existência do documento original, emitido, de fato, pelo signatário e recebido pelo destinatário, justifica-se como um dos primeiros percursos de pesquisa.

Outros indícios verificados são as marcas de perfuração por tachinhas, sugerindo sua exposição em mural. Devido ao teor da carta, é de se supor que os próprios estudantes do CEUE tivessem interesse nessa exposição, pendurando a cópia da carta em locais de pequena ou ampla circulação. No entanto, essa suposição precisaria ser confirmada para que fossem compreendidas as relações da carta com o CEUE e seus estudantes. Poderia ter ocorrido o contrário, por exemplo. Um estudante poderia ter simplesmente retirado a cópia do mural, ao invés de colocá-la, sem qualquer discussão ou participação de seus pares. De qualquer forma, num ou noutro caso, é importante compreender as motivações dos estudantes do CEUE para evidenciar suas relações com a carta e/ou seu conteúdo.

Apenas esses indícios e essas perguntas seriam suficientes para justificar uma pesquisa que permitisse compreender quais seriam os vínculos entre esta carta (cópia) e os estudantes do CEUE e seu acervo, de forma a legitimar ou não sua musealização. No entanto, o teor da carta também precisava ser minimamente compreendido em seu contexto, pois sugeria relações e significados mais amplos dentro e fora da Universidade. Sendo assim, passo à descrição do conteúdo do item,

cuja referência será unicamente o texto da carta, partindo do pressuposto de que o autor é de fato o Prof. Ohlweiler.

Localizado no envelope “CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA 1984”<sup>4</sup> da Coleção CEUE, Fundo UFRGS, no Museu da UFRGS, o item em questão, de fato uma correspondência, não foi dirigido originalmente ao CEUE. Provavelmente seu conteúdo interessou aos membros da entidade, conforme a hipótese de sua exposição em mural indicada pelas marcas de tachinha. No entanto, fica a dúvida a respeito da chegada dessa correspondência ao CEUE - se foi “recebida” (nesse caso, de quem?) ou “buscada” pelos membros da Diretoria.

Trata-se de uma reprodução de documento datado de 05 de março de 1984, dirigido ao Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira, Reitor da UFRGS na ocasião. Como o endereçamento traz “NESTA”, é possível presumir que o signatário, Otto Alcides Ohlweiler, explicitamente professor universitário, escreve de dentro da Universidade<sup>5</sup>. Considerando que a carta refere-se à outorga do título de “Professor Emérito” e que o texto menciona suas atividades docentes em unidades da UFRGS por quase 50 anos, supõe-se seu vínculo com a UFRGS na época. Resta esclarecer a questão sobre uma possível aposentadoria.

A carta versa sobre os motivos pelos quais o Prof. Ohlweiler decidiu não receber, naquele momento, o título honorífico de “Professor Emérito”, que lhe seria concedido por decisão do Conselho Universitário de 1º de dezembro de 1983. Conforme o escrito, a proposta inicial de concessão do título partira da Congregação do Instituto de Química (IQ).

O cerne de sua justificativa vincula-se ao processo de repressão política na UFRGS, decorrente da “instauração da ditadura militar em 1964” (OHLWEILER, 1984, fl.1). Passando a explicitar alguns métodos da perseguição sofrida pelos professores da Universidade, a carta relata a constituição da Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) na UFRGS, trazendo dados acerca de nomes e procedimentos adotados.

---

<sup>4</sup> A classificação inicial havia sido feita em função da temporalidade. Sob supervisão da Profa. Jeniffer Cuty, em 2011, Priscila Chagas Oliveira, no Estágio Curricular Obrigatório A, elaborou uma proposta de classificação baseada na função primária dos documentos. Em 2014, no Estágio Curricular Obrigatório B, sob orientação da Prof. Ana Carolina Gelmini de Faria, a referida aluna iniciou o arrolamento da coleção.

<sup>5</sup> Não foi possível precisar se “NESTA”, no endereçamento, refere-se à UFRGS ou à Capital Porto Alegre.

[...] o regime apelou para a intervenção pura e simples nas Universidades, aí impondo “*manu militari*”<sup>6</sup> a constituição de Comissões Especiais de Investigação Sumária, que foram integradas por elementos do corpo docente que os Conselhos Universitários e as Congregações das Faculdades foram virtualmente compelidos a indicar. (OHLWEILER, 1984, fl. 2).

O texto afirma que, de maneira geral, as universidades brasileiras, incluindo a UFRGS, dobraram-se às exigências intervencionistas. De forma contundente, a carta alerta para o fato de que o recurso adotado feriu sobremaneira a autonomia das universidades, forjando uma “[...] aparente legitimidade à repressão que iria atingir cerca de uma centena de professores no País” (Idem, fl.2). Em que pese o fato de que algumas unidades possam ter indicado seus representantes buscando evitar “exageros”, o Prof. Ohlweiler denuncia que a atuação da UFRGS legitimou do ponto de vista político a repressão contra seu corpo docente.

Seja como for, do ponto de vista estritamente político, a UFRGS, tendo à época como Reitor o Prof. José Carlos Fonseca Milano, legitimou a repressão política contra seu corpo docente, em consequência do que foram demitidos muitos de seus melhores professores. (OHLWEILER, 1984, fl. 2).

A carta indica alguns nomes ligados à Comissão Especial de Investigação Sumária na UFRGS, afirmando que a presidência nominal era de um professor, mas que, de fato, a condução dos trabalhos estava a cargo do interventor militar, o Gen. Jorge Garrastazu Teixeira. Ao relatar sua experiência de interrogatório, o Prof. Ohlweiler demonstra quão mentirosas, “despropositadas e irrelevantes” poderiam ser essas incriminações pelas quais o corpo docente da UFRGS - na verdade a vítima - foi julgado, condenado e punido (Idem, fls.2-3).

Ele conta que o General-Interventor formulou a acusação de que, em 1949, na condição de paraninfo de uma turma da Escola de Engenharia, o Prof. Ohlweiler teria pronunciado um discurso muito radical, obrigando o então Diretor da Escola, Prof. Luiz Leseigneur de Faria, a fazer reparos à sua fala. Conforme o Gen. Garrastazu Teixeira, ele próprio teria presenciado essa situação no Salão Nobre da Reitoria da UFRGS. No entanto, o autor argumentou que o Diretor da Escola de Engenharia era, na verdade, o Prof. Lelis Espartel; que ele não havia feito qualquer comentário a respeito de seu discurso; e que, na época, “[...] o prédio da Reitoria sequer estava construído” (Ibidem, fl.3).

Voltando à concessão do título de “Professor Emérito”, o Prof. Ohlweiler explica que não poderá “[...] deixar de avaliar a resolução do Conselho Universitário

<sup>6</sup> Segundo o dicionarista Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, a expressão latina *manu militari* é utilizada no campo do Direito na acepção de “[...] por força militar; recorrendo à força militar; coercitivamente” (FERREIRA, 1986, p. 1084).

no contexto mais abrangente dos acontecimentos ocorridos no âmbito da Universidade em decorrência do golpe militar de 1964” (Ibidem, fl.3). Segundo ele, isso se deve não só porque tais acontecimentos atingiram seus direitos de cidadão, “[...] mas também pelo que representaram para a vida da nossa Universidade” (Ibidem, fl.3).

A partir de então o texto passa a comentar o parecer da Comissão Especial, encarregada pelo Conselho Universitário de opinar sobre a proposta do Instituto de Química (IQ) de conceder-lhe o referido título. Conforme seu entendimento, o parecer tece “generosas referências” à sua atuação docente na Escola de Engenharia, na Faculdade de Filosofia e no Instituto de Química por aproximadamente 50 anos. Ele reconhece que quase sempre recebeu da Universidade o apoio necessário para seus empreendimentos. Agradece por isso e afirma ter feito o que era seu dever.

Outro elemento do parecer que ele considera positivo foi a preocupação “[...] em registrar minha atividade como cidadão numa dimensão global, não omitindo inclusive minha longa militância na corrente do pensamento marxista” (OHLWEILER, 1984, fl.4). No entanto - explicita o autor da carta - há um aspecto desse documento que exige retificações. Pelo seu relato, o parecer afirma que ele não foi demitido do cargo de professor universitário pelo processo repressivo desencadeado em 1964, indicando como causa para isso a situação de que “[...] eu não me teria valido da cátedra<sup>7</sup> para fins de “proselitismo político”. A minha opinião é, entretanto, outra e vou registrá-la como um depoimento que poderá ser útil para o levantamento histórico dos acontecimentos em foco (Idem, fl.4)”.

Os argumentos apresentados pelo Prof. Ohlweiler para refutar a conclusão dos pareceristas a respeito de sua não demissão dividem-se em dois blocos. Inicialmente, ele afirma que não foi demitido porque a Escola de Engenharia, ao contrário do que ocorreu em outras unidades, não patrocinou nem beneficiou em sua jurisdição o “clima de caça às bruxas”. Na ocasião a Escola tinha como Diretor o Prof. Luiz Leseigneur de Faria e como representante na Comissão de Investigação o Prof. Saviniano de Castro Marques.

O segundo e decisivo argumento elencado pelo Prof. Ohlweiler diz respeito ao fato de que, da forma como o trecho em questão do parecer se apresenta, “[...] ainda

---

<sup>7</sup> A palavra “cátedra”, de origem grega, refere-se no contexto em questão ao “[...] cargo ou função de professor de disciplina de nível universitário ocupado por professor titular” (FERREIRA, 1986, p. 369).

tem o vício de implicitamente justificar a penalização dos professores que foram expulsos arbitrariamente da Universidade” (Ibidem, fl.4). Ele afirma de maneira categórica que o fundamental, ao contrário, seria reconhecer a ilegitimidade daquelas Comissões Especiais:

Ora, o aspecto essencial da questão, que precisa ser reconhecido e proclamado, é a ilegitimidade original daquele tribunal de exceção, na época constituído sob intervenção militar na Universidade, e cuja finalidade precípua era atingir um certo número de docentes para fazer calar pelo terror as vozes da oposição ao novo regime no seio do magistério (Ibidem, fls. 4-5).

Seguindo o percurso proposto ao longo da carta, o autor declara que, por razões políticas e pelo sentimento de solidariedade aos colegas atingidos pela repressão, não existiam naquele momento as condições para que ele pudesse receber o título oferecido. Sendo assim, ele não recusa o título, mas opta pelo “[...] adiamento sine-die<sup>8</sup> de sua outorga” (OHLWEILER, 1984, fl.5).

O Prof. Ohlweiler admite que a Universidade não era mais “uma instituição ocupada”, como afirmara o escritor Erico Verissimo no início dos anos 1970, quando recusou o título de Doutor *Honoris Causa*. Por outro lado, compreende que ainda não havia sido “[...] esboçada nenhuma avaliação autocrítica em relação ao processo de repressão desencadeado na Universidade nos anos 60” (Idem, fl.5). Assumindo a dimensão mais ampla que pretende dar à circunstância do adiamento da outorga de seu título, ele clama para que a UFRGS efetue institucionalmente a avaliação das consequências que a repressão política desencadeada no período ditatorial trouxe para sua trajetória. Essa atitude, afirma, é necessária e urgente para a conservação de sua memória histórica e para a afirmação de sua autonomia e de sua consolidação como espaço de produção cultural e de debate das grandes questões.

De fato, a análise dos acontecimentos que marcaram tão negativamente a vida da Universidade com a implantação do regime militar [...] é uma necessidade impostergável para a conservação da memória histórica da instituição; é também um imperativo para a afirmação de uma maior autonomia da Universidade, autonomia essa indispensável para que aquela possa contribuir com uma produção cultural autêntica e, ao mesmo tempo, converter-se em um foro respeitável para o debate dos grandes problemas contemporâneos (Ibidem, fl.5).

Antes de encerrar, o Prof. Ohlweiler ainda aponta importantes sugestões para que essa análise efetivamente ocorra: a publicação da própria carta no “Jornal da

---

<sup>8</sup> A locução latina *sine die* (sem dia) é utilizada na expressão “*adiar sine die*” significando “[...] sem se fixar data para o adiamento” (FERREIRA, 1986, p.1590).

Universidade” e a abertura dos documentos referentes ao processo de repressão a pesquisadores.

Na medida em que me for reconhecido o direito de fazer alguma sugestão com vistas a favorecer o encaminhamento de uma tal análise, eu reivindico a publicação desta carta no Jornal da Universidade e lembro da conveniência de que seja liberada, para os estudiosos da nossa História, toda a documentação concernente ao processo de repressão na Universidade a partir do golpe militar de 1964. (OHLWEILER, 1984, fl.5).

Para finalizar, o Prof. Otto Ohlweiler dirige-se ao reitor, enviando seus “[...] protestos do maior respeito e da mais alta consideração” (Idem, fl.6) e solicitando que o conteúdo da missiva chegue ao conhecimento do Conselho Universitário. Ao ler e reler a cópia da carta, diversas dúvidas em relação ao texto se apresentavam. Ainda não havia encontrado nenhuma comprovação de que o Prof. Ohlweiler era realmente seu autor. Um texto datilografado sem assinatura poderia ter sido feito por qualquer pessoa. Era necessário confirmar se a carta original existiu e se foi remetida ao reitor, para conhecimento do Conselho Universitário.

Além disso, eu entendia que a análise e a interpretação de um objeto, no campo da Museologia, requer a compreensão de suas relações com as pessoas e seu contexto. Decidi, portanto, que este item da Coleção CEUE merecia mais investigação. Para tanto, defini e organizei os principais pontos que deveriam nortear o itinerário desta pesquisa:

- a) **A origem da cópia da carta no acervo do CEUE.** Esta cópia havia sido buscada pelos estudantes do CEUE, ou havia sido dirigida a eles? Nesse caso, por quem?
- b) **A exposição da cópia da carta em mural pelos estudantes do CEUE.** Conforme indicam as marcas de perfuração por tachinhas, o documento realmente havia sido pendurado em mural pelos estudantes do CEUE? Em que local? Por quais motivos?
- c) **Recebimento da notícia da “recusa” do Título de Professor Emérito no Instituto de Química.** Como a notícia da recusa do Título repercutiu junto à “comunidade” do Instituto de Química, considerando que a proposta da homenagem havia surgido de sua Congregação?
- d) **Publicação da carta no Jornal da Universidade.** A carta foi publicada no Jornal da Universidade, conforme reivindicação do Prof. Ohlweiler?

- e) **Liberação dos documentos concernentes ao processo repressivo na Universidade aos pesquisadores/historiadores.** A documentação produzida pelos processos repressivos desencadeados na Universidade a partir do golpe de 1964 foi liberada aos pesquisadores, de acordo com a recomendação do Prof. Ohlweiler?
- f) **Análise dos acontecimentos repressivos ocorridos na Universidade com a implantação da ditadura de 1964.** Existe uma análise que busque responder de que forma os processos repressivos instaurados na UFRGS a partir de 1964 marcam a memória da instituição? Que consequências os processos, os expurgos e as perseguições trouxeram para a própria UFRGS e sua história? Uma avaliação desse tipo, ensejada ou endossada institucionalmente, indicaria a necessidade de autocrítica da Universidade, ou de seus representantes, em relação às pessoas atingidas e às consequências disso para a própria instituição?
- g) **Impactos da atitude do Prof. Ohlweiler explicitada pela carta.** Como a carta do Prof. Ohlweiler foi recebida por diferentes grupos dentro e fora da Universidade? Houve quem concordasse ou discordasse? Por quais motivos? Houve quem se identificasse?
- h) **Biografia do Prof. Otto Alcides Ohlweiler.** Quem é este professor que assume uma postura de crítica tão contundente às medidas adotadas pela Universidade em determinados contextos políticos? Conhecer as trajetórias que ele trilhou dentro e fora da UFRGS permite compreender sua posição em 1984? De que forma sua biografia e suas memórias se relacionam (conectam, entrelaçam) com a história e as memórias da UFRGS?

Com todas essas perguntas a responder, iniciei uma nova etapa da pesquisa, agora em outro patamar. Como museóloga em formação, conscientizei-me de minha responsabilidade perante as memórias individuais e/ou coletivas de que os objetos musealizados são evocadores.

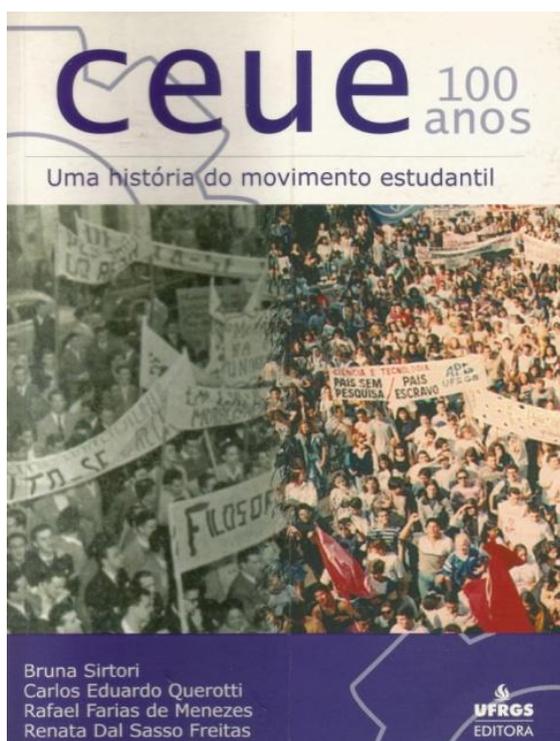
### 3 O PERCURSO NO CONTEXTO

Explicitadas as informações intrínsecas do objeto estudado, esta pesquisa procurou compreender as motivações de existência da carta e de sua guarda em um contexto mais amplo. Para tanto, foram buscadas, inicialmente, informações institucionais através de documentos administrativos, estudos acadêmicos, reportagens jornalísticas e publicações. Também foram utilizados como subsídios os conteúdos divulgados na *internet* por páginas oficiais de algumas instituições, conforme citados e referenciados neste texto.

Assim, serão elencadas a seguir as informações extrínsecas à carta, obtidas por meio de investigação, a partir dos tópicos selecionados na descrição de seu conteúdo: oriundas de outras fontes que não o objeto, as informações extrínsecas permitem conhecer os contextos nos quais os objetos existiram, funcionaram e adquiriram significado (FERREZ, 1994).

A decisão foi iniciar o itinerário pela condição atual da cópia da carta: um objeto em processo de musealização, pertencente à Coleção CEUE do Museu da UFRGS. O CEUE foi criado em 1903 e permanece em funcionamento (CEUE, 2014, doc. elet).

**FIGURA 1** - Capa do livro CEUE – 100 anos: uma história do movimento estudantil



Fonte: Acervo Museu da UFRGS.

Entidade que congrega os estudantes da Escola de Engenharia, hoje uma unidade acadêmica da UFRGS, teve como antecessor o Grêmio dos Estudantes daquela Escola (CEUE, 2003, p.31). Em 2003, por ocasião dos 100 anos de existência do CEUE, foi organizado um livro comemorativo (Figura 1) por estudantes do Curso de História<sup>9</sup>. Gustavo Takeshi Fujihara, Presidente do CEUE na gestão 2002/2003, foi o principal responsável pela comemoração desse centenário.

Conforme informação manifestada em 2013 por Lígia Ketzer Fagundes, historiadora do Museu da UFRGS, naquele mesmo ano os membros da Diretoria do CEUE efetuaram a doação de seu acervo. Isso teria ocorrido por sugestão dos autores do livro<sup>10</sup>. Verifica-se, assim, porque o acervo em questão encontra-se hoje no Museu da UFRGS.

Outros documentos do envelope “CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA 1984”, da Coleção CEUE, indicam como presidente da entidade no período o aluno Edgardo Aquiles Prado Perez. Como se verá adiante, essa informação foi corroborada na etapa final da pesquisa.

Um passo importante para o estudo do documento em questão foi a confirmação de algumas informações institucionais citadas na carta. Nesse sentido, busquei identificar se o reitor da UFRGS na época era, de fato, o Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira. Esse dado foi ratificado.

Conforme a relação dos reitores disponibilizada na página da UFRGS na *internet* pelo Conselho Universitário, o Prof. Macarthy Moreira foi Reitor de 06 de agosto de 1980 a 05 de agosto de 1984 (UFRGS, 2014b, doc. eletr.). Macarthy Moreira graduou-se em História na UFRGS em 1952, passando a atuar como docente na instituição. Em 1985 aposentou-se do cargo de Professor Titular na UFRGS. Citado como um dos primeiros historiadores Livre-Docentes da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (FAUSTINO; CLEMENTE, 1999), lá permaneceu como Professor Titular ao menos até 2004 - data da última atualização de seu currículo na Plataforma Lattes<sup>11</sup>.

A carta do Prof. Ohlweiler é polida ao se dirigir ao reitor em 1984. No entanto, seria pertinente levantar informações mais precisas sobre o recebimento da

---

<sup>9</sup> O livro foi organizado por Bruna Sartori, Carlos Eduardo Querotti, Rafael Farias de Menezes e Renata Dal Sasso Freitas, orientados pelo professor Benito Bisso Schmidt.

<sup>10</sup> Informação oral prestada a Cidara Loguercio Souza.

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/9129268839520299>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

correspondência pelo Prof. Macarthy, bem como quais procedimentos foram adotados a seu respeito naquele contexto da UFRGS.

Dados igualmente importantes oferecidos pelo texto dizem respeito à decisão do Conselho Universitário de conceder o título de Professor Emérito ao signatário da carta, aprovando, assim, a proposta apresentada pela Congregação do Instituto de Química. O parecer elaborado pela Comissão designada pelo Conselho Uniersitário para a análise da matéria também é relevante para o item em questão. O texto não cita os nomes dos membros da referida Comissão. No entanto, o autor explicita os tópicos de sua concordância com o documento, bem como os pontos de sua discordância, sobre os quais se erguem alguns dos principais argumentos apontados na carta.

Nesse sentido, justifica-se a busca por documentos vinculados a essas informações. Além da necessidade de confirmá-las institucionalmente, o teor desses documentos também importa para a análise desta carta no acervo do CEUE. Sendo assim, foram procurados inicialmente os subsídios relativos ao Conselho Universitário da UFRGS e à sua decisão. O Conselho Universitário (CONSUN) é definido como:

[...] órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento da Universidade nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar, tendo sua composição, competências e funcionamento definidos no Estatuto e no Regimento Geral (UFRGS, 2014a, doc. eletr.).

Em sua página da *internet*, o Conselho ainda disponibiliza a consulta ao Banco de Dados de Decisões. Por esse meio, foi possível localizar a Decisão nº 143/83, referente ao título honorífico a ser concedido ao Prof. Ohlweiler. Ela é assinada pelo Prof. Sérgio Lamb, Vice-Reitor no exercício da Reitoria, em 1º de dezembro de 1983, como refere a carta. Em seu texto confirma também que a proposta inicial partiu da Congregação do Instituto de Química.

O que o CONSUN decidiu através desse documento foi a aprovação do parecer da Comissão Especial e, por consequência, “[...] a proposição da Congregação do Instituto de Química para a concessão do título de “Professor Emérito” ao Professor OTTO ALCIDES OHLWEILER”. Um novo documento é ainda citado: a Decisão nº 112/83 do Conselho, que constitui a referida Comissão. Esse é um dado novo e relevante para a pesquisa.

Fica claro, portanto, que a Decisão nº 143/83 do CONSUN vincula inexoravelmente a concessão do título ao parecer emitido pela Comissão Especial.

Isso evidencia a vinculação estabelecida pelo signatário da carta: aceitar a concessão do título naquele momento significaria reforçar os termos do parecer, com o qual ele possui importantes discordâncias expressas.

Confirmada a existência de uma decisão do CONSUN que concedia ao Prof. Ohlweiler o título de Professor Emérito, por proposição da Congregação do Instituto de Química, continuei buscando fontes para averiguar se a carta da qual a Coleção CEUE possui uma cópia foi, de fato, utilizada como resposta.

### 3.1 A Visita ao Arquivo

Ambas as decisões do Conselho Universitário - a que constitui a Comissão Especial (Decisão nº 112/83) e a que aprova a concessão do título (Decisão nº 143/83) - referem o Processo nº 43.157/82<sup>12</sup>. Assim, em dezembro de 2013, estabeleci contato com a arquivista Flávia Helena Conrado, então Diretora da Divisão de Documentação<sup>13</sup> da UFRGS, à procura do referido processo. Naquele mesmo mês tive a oportunidade de consultá-lo no Arquivo Geral, com seu auxílio.

Este processo<sup>14</sup> é fundamental para o entendimento das principais questões que envolvem o presente trabalho. Aberto em 22 de novembro de 1982 pelo Instituto de Química, em sua capa consta o nome de Otto Alcides Ohlweiler e o assunto: “Encaminha processo de título de Professor Emérito ao Professor citado acima”. A primeira folha é um documento dirigido ao reitor, Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira, pelo Prof. Valentim Emilio Uberti Costa, Diretor do Instituto de Química, encaminhando o processo em 18 de novembro de 1982 (Processo 43.157/82). A seguir, constam documentos que explicitam os trâmites internos da solicitação no Instituto de Química (IQ):

- a) Ofício de 07 de abril de 1982, assinado por membros da Congregação do IQ, solicitando ao Prof. Valentim Uberti Costa, como Presidente, que encaminhe

<sup>12</sup> Seu conteúdo será bastante citado neste trabalho. Para facilitar a identificação do documento por parte do leitor, optei por referenciá-lo ao longo do texto apenas como “Processo 43.157/82”. No entanto, na seção de Referências, ele consta como “UFRGS. Arquivo Geral. Índice de Processos. **Processo nº 43.157/82**, arquivado em 09/04/1988. Origem: Instituto de Química da UFRGS”.

<sup>13</sup> A Divisão de Documentação (DIVDOC), órgão central do Sistema de Acervos e Arquivos da UFRGS (SAAUFRGS), é responsável pela operacionalização das políticas de arquivo. A essa Divisão se vinculam o Arquivo Geral, que coordena e operacionaliza as decisões da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), e a Rede de Arquivos. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/saaufrgs/saaufrgs.htm>>. Acesso em 19 out 2014.

<sup>14</sup> Tratam-se de dois processos unificados: Processo nº 43.157/82, que tramitou no Conselho Universitário, e Processo nº 105/82, do Instituto de Química, pois o protocolo da Universidade era descentralizado.

- “proposição no sentido de ser concedido o título de Professor Emérito ao Prof. Otto Alcides Ohlweiler” (Processo 43.157/82, fl.2);
- b) Encaminhamento ao Prof. Valentim Uberti Costa, Presidente da Congregação do IQ, do parecer sobre “os méritos para a concessão do título”, elaborado pela Comissão designada pela Congregação para esse fim. Assinado pelo Professor Helio A. Hoefel em 13 de maio de 1982 (Idem, fl.3);
- c) Parecer elaborado pela Comissão, assinado pelos seus componentes - Prof. Ernesto Emílio Schmitt, Prof. Euclides F. da Rocha Fraga e Prof. Helio A. Hoefel - em 13 de maio de 1982 (Ibdem, fls.4-10);
- d) Atas da Congregação do Instituto de Química com conteúdos pertinentes. Ata da 29ª Reunião: leitura do ofício e nomes dos que o subscreveram<sup>15</sup>, aprovação da proposta de concessão do título de Professor Emérito ao Prof. Ohlweiler e constituição da Comissão encarregada de emitir parecer sobre o mérito de tal concessão (Ibdem, fl.11). Ata da 30ª Reunião: apresentação do parecer à Congregação, com solicitação de subsídios ao plenário (Ibdem, fl.12). Ata da 31ª Reunião: apreciação e aprovação do parecer (Ibdem, fl.13). Ata da 32ª Reunião: aprovação da ata da sessão em que foi aprovado o parecer e, por consequência, a própria concessão do título (Ibdem, fl.14). Essas reuniões da Congregação do Instituto de Química ocorreram de abril a setembro de 1982.

A folha de nº 15 registra o início da tramitação do processo no Conselho Universitário (CONSUN). Nela estão presentes dois despachos. O primeiro, com data de 1º de dezembro de 1982, encaminha o processo ao Conselho Universitário. Há uma rubrica, provavelmente a reitor, Prof. Earle Macarthy Moreira. O segundo, assinado “de ordem” por Jane Maria Figueiredo da Cunha, Secretária do CONSUN, encaminha o processo para o Prof. Luiz Duarte Vianna, Coordenador da Comissão Especial, para emitir parecer. O último despacho também foi assinado em dezembro de 1982. Seguem a Decisão nº112/82, de 16 de dezembro de 1982, que constitui a Comissão Especial, e o Parecer nº 114/83, de 06 de outubro de 1983. Composto por oito páginas, o texto do documento, ao encerrar, “PROPÕE ao EGRÉGIO CONSELHO UNIVERSITÁRIO: Seja outorgado o título de PROFESSOR EMÉRITO

<sup>15</sup> Conforme essa Ata, o ofício foi subscrito pelos professores Ernesto E. Schmitt, Benour C. Bittencourt, Yeda P. Dick, Helio A. Hoefel, Mario A. Schneider, Clarisse M. S. Piatnicki, Annelise E. Gerbase e pela representante discente Naura Sartori.

ao Prof. OTTO ALCIDES OHLWEILER” (Processo 43.157/82, fl.24). É assinado pelos membros da Comissão: Prof. Luiz Duarte Vianna, relator, Prof. Milton Laquintinie Formoso<sup>16</sup> e Prof. Darcy Dillemburg.

O parecer relata minuciosamente a trajetória acadêmica do Prof. Ohlweiler, acrescentando informações biográficas de caráter pessoal, ideológico e político. De vital importância para a compreensão dos argumentos apontados pelo Prof. Ohlweiler na carta, interessa especificamente a este trabalho um parágrafo do texto, transcrito a seguir.

Com os destaques acima, foi nossa intenção ressaltar que - mesmo divergindo de suas bases ideológicas - o trabalho de OHLWEILER foi o de alguém que, com indiscutível honestidade, procurou expressar o que pensava e o que sentia, sempre fruto de suas meditações. [Não fora assim e OHLWEILER, quando da Comissão de Inquérito instalada em nossa Universidade em decorrência da Revolução de 1964, teria seus direitos políticos cassados e seria afastado de suas funções, o que não ocorreu, mesmo porque jamais valeu-se da cátedra para proselitismo político.] (Processo 43.157/82, fl.20-21).

Os colchetes inseridos em determinado trecho, conforme citação acima, são explicados por uma legenda no rodapé da folha 20, onde se lê: “[ ] Suprimido conforme ata nº 599, de 17/11/83” (Processo 43.157/82, fl.20). A seguir, às fls. 25 e 26 do processo, constam duas cópias de documentos assinados pelo Prof. Sérgio de Meda Lamb, Vice-Reitor, no exercício da Reitoria. A cópia da própria Decisão nº 146/83, de 1º de dezembro de 1983, é a primeira. A segunda trata-se da cópia do ofício que comunicou ao Prof. Ohlweiler a decisão do Conselho Universitário de conceder-lhe o título. Esse ofício não numerado, com data de 06 de dezembro de 1983, emanou do Conselho Universitário, conforme indica o cabeçalho, e foi dirigido ao endereço pessoal do Prof. Ohlweiler.

O principal aspecto a ser considerado sobre esse documento é o fato de sua comunicação ao Prof. Ohlweiler sobre a concessão do título. Sendo assim, a cópia da carta estudada deve ser compreendida como uma resposta a ele. Eis o conteúdo do ofício assinado pelo Prof. Sérgio Lamb:

Tenho a grata satisfação de comunicar-lhe que o Egrégio Conselho Universitário desta Universidade [...], acolhendo proposição da congregação do Instituto de Química, decidi, por unanimidade, conceder-lhe o título de “Professor Emérito” da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à causa do ensino superior nesta Instituição. Ao convidá-lo a participar da sessão solene do Conselho Universitário, em data a ser fixada, oportunidade em que o título lhe será outorgado, apresento-lhe as expressões de meu elevado apreço. (Processo 43.157/82, fl. 26)

<sup>16</sup> Segundo o parecer, Milton Laquintinie Formoso teria sido o primeiro colaborador do Prof. Ohlweiler a publicar trabalho com ele, o que teria ocorrido em 1953 em um periódico nacional.

Na sequência, constam as atas das sessões do Conselho Universitário que tratam da apresentação do parecer pela Comissão Especial, apreciação, votação e decisão final do Conselho (Processo 43.157/82, fls. 27-48).

A Ata da 599ª Sessão do CONSUN (Processo 43.157/82, fls.27 a 35), de 17 de novembro de 1983, contém importantes informações. Assinado pelo Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira, esse documento confirma que as rubricas até então atribuídas ao reitor são dele efetivamente. Essa mesma rubrica aparece em todas as folhas da Ata. Na última página ainda é possível identificar que o mesmo padrão da rubrica finaliza a assinatura (Idem, fl.35).

Após outras discussões foi apresentada pelo Conselheiro Clóvis Veríssimo do Couto e Silva a proposição de outorgar o título de Professor Emérito a João Leitão de Abreu, oriunda da Congregação da Faculdade de Direito. Igualmente, foi eleita a Comissão Especial, conforme Decisão nº 137/83 (Processo 43.157/82, fl.32) É importante lembrar que João Leitão de Abreu era, na ocasião, Ministro de Estado Chefe do Gabinete Civil do Presidente, o Gal. João Baptista de Figueiredo. O cargo de Ministro de Estado Extraordinário para os Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República já havia sido exercido por ele durante o mandato do Gal. Emílio Garrastazu Médici (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2014).

Quanto ao relato do parecer emitido pela Comissão Especial sobre a outorga do título de Professor Emérito ao Prof. Ohlweiler, algumas considerações devem ser feitas. Segundo o texto da Ata nº 599, o Relator, Prof. Luiz Duarte Vianna, “expôs, resumidamente, o conteúdo do parecer” (Processo 43.157/82, fl.32). O Conselheiro Manoel André da Rocha, então, solicitou ao Relator que fosse suprimido o já citado trecho da página 04 do parecer, integralmente transcrito na Ata (Idem, fls. 32 e 33). Acerca da proposta de supressão, o Relator teria consultado “seu colega de Comissão, Conselheiro MILTON LUIZ LAQUINTINIE FORMOSO [...], concordando ambos em fazê-la, o que foi também endossado pelo Diretor do Instituto de Química, Conselheiro VALENTIM EMÍLIO COSTA” (Ibdem, fl. 32). A ausência do outro membro da Comissão, Conselheiro Darcy Dillenburg, já havia sido justificada na abertura da Ata (Ibdem, fl. 27). Mesmo com a concordância sobre a retirada de um fragmento do parecer, a votação da matéria foi transferida para a sessão seguinte. O motivo seria a falta de *quorum* qualificado, cuja verificação havia sido solicitada pelo Conselheiro Milton Formoso.

No final da última página da Ata nº 599 está escrito: “APROVADA EM: 22/03/1984 com retificações (Ata nº 602)”. A Ata nº 602, de 22 de março de 1984, em que consta a aprovação da Ata nº 599, não foi incluída no processo.

A Ata da 600ª Sessão do CONSUN, realizada em 1º de dezembro de 1983, sob Presidência do Prof. Sérgio de Meda Lamb, Vice-Reitor, no exercício da Reitoria, foi assinada por ele (Processo 43.157/82, fl. 48). A Ata possui 13 páginas, sendo que da primeira à décima segunda páginas constam duas rubricas. Uma eu atribuo ao próprio Prof. Sérgio Lamb. A segunda é do Prof. Macarthy. Conforme a informação escrita no rodapé da última folha (Idem), essa Ata também foi aprovada em 22 de março de 1984, portanto, na mesma Sessão de nº 602, cuja Ata não consta no processo. Quanto à discussão sobre a outorga do título ao Prof. Ohlweiler, consta que:

[...] o Conselheiro VIANNA apresentou uma síntese do parecer da Comissão Especial, o qual não pode ser votado na sessão anterior por ausência de quorum qualificado. Após, a presidência passou a palavra ao Plenário para os esclarecimentos que se fizessem necessários. O Professor OHLWEILER, na qualidade de Professor e Cientista, é motivo de grande orgulho para a Universidade, salientando que graças a ele foi desenvolvido o senso de pesquisa, fato marcante para sua carreira no magistério. A presidência conduziu o Plenário para o regime de votação [...]. APROVADO com 33 votos. O Conselheiro MILTON LUIZ LAQUINTINIE FORMOSO sugeriu que fosse convidado o Professor LUIZ PILLA como orador na solenidade de outorga do título ao Professor OHLWEILER. O Conselheiro VALENTIM EMÍLIO UBERTI COSTA endossou a sugestão do Conselheiro FORMOSO, agradecendo, em nome da Faculdade [sic] de Química, a concessão do título de “Professor Emérito”, por parte do Conselho Universitário. (Processo 43.157/82, fls. 38-39)

Enfim, entre as folhas 49 e 54 do processo encontra-se uma cópia da carta do Prof. Ohlweiler, de teor idêntico ao do objeto deste trabalho, com a diferença de que constam rubricas do Prof. Ohlweiler em todas as páginas e sua assinatura na última folha. Fica claro, portanto, que se trata da reprodução feita a partir da carta original enviada ao reitor. A cópia ainda permite ver mais duas inscrições. No canto inferior direito da primeira folha, consta: “R. 2-4-84” e, logo abaixo, uma assinatura ou rubrica de difícil identificação. De qualquer forma, parece se referir à data em que foi registrado o recebimento da carta. Já na margem superior da primeira folha, há o seguinte despacho, escrito em três linhas mais a rubrica: “Em 09.04.84 / Ao conhecimento do Conselho Universitário, / na primeira sessão q. ocorra.” A rubrica é a mesma que encaminhou o processo ao Conselho Universitário (Processo 43.157/82, fl.15), atribuída ao Prof. Earle Macarthy Moreira.

Após a cópia da carta do Prof. Ohlweiler, há apenas a última folha do processo. Nela constam duas informações, ambas com data de 16 de dezembro de

1988, sob o reitorado do Prof. Gerhard Jacob. A primeira, assinada por Maria Elizabeth Fiori, Secretária do CONSUN, refere-se ao último despacho do processo: “De ordem, archive-se” (Processo 43.157/82, fl.55). A última informação traz o registro do arquivamento do processo pelo Arquivo Geral.

Para uma análise mais aprofundada da questão, seria necessário consultar as Atas posteriores do CONSUN, especialmente a que acatou a Ata da sessão em que a concessão do título fora aprovada e a que dá conhecimento ao CONSUN da carta-resposta do Prof. Ohlweiler. Outro aspecto que merece atenção é o fato de que o parecer da Comissão Especial é relatado em detalhes na carta do Prof. Ohlweiler, incluindo o trecho suprimido. Isso indica que ele teve acesso ao parecer.

Portanto, no Processo nº 43.157/82, encontrado no Arquivo Geral da Universidade, havia a cópia da carta original assinada pelo Prof. Ohlweiler. Isso comprovava, pelos trâmites administrativos, a existência da carta, sua autoria, seu envio e seu recebimento pelo reitor. Mas ainda não era a carta original: no documento presente no Arquivo, não havia marca de caneta no texto escrito - em especial na assinatura -, nem nitidez na impressão, evidências significativas e observáveis no documento em suporte papel a que tive acesso.

### **3.2 A Carta Original e o Original da Cópia**

Meu contato com o processo relatado anteriormente foi fundamental para explicitar e compreender o contexto dos procedimentos administrativos envolvidos na proposição de concessão do título e na carta-resposta do Prof. Ohlweiler. No entanto, localizar a carta original permanecia sendo uma necessidade. Não porque existe certo “fetichismo” sobre a originalidade dos objetos no campo da Museologia, mas porque a carta original - e sua localização - poderiam trazer mais elementos para a pesquisa.

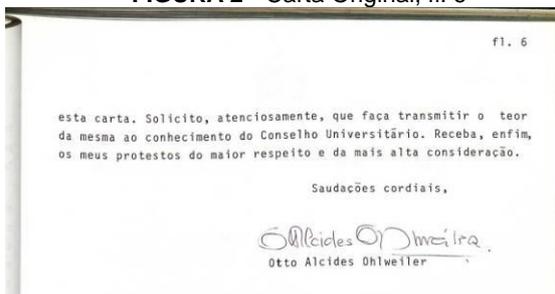
Com esse intuito procurei, ainda em 2013, o Gabinete do Reitor da UFRGS. Foi minha primeira tentativa, já que a carta era dirigida ao reitor. Lá conversei com Claudia Regina Mano, Chefe da Secretaria do Gabinete do Reitor. Muito atenciosa, Claudia Mano me informou que esta carta não estava nos arquivos do Gabinete.

Segundo sua opinião, a carta deveria estar nos arquivos do CONSUN. Assim, com seu auxílio, entrei em contato com Rosemeri Antunes dos Santos, Secretária do CONSUN. Rapidamente Rosemeri dos Santos localizou a carta original nos arquivos

do CONSUN referentes à “Correspondência Recebida - 1983 e 1984”, com a qual tive meu primeiro contato em 09 de dezembro de 2013. Os documentos desse arquivo encontram-se encadernados.

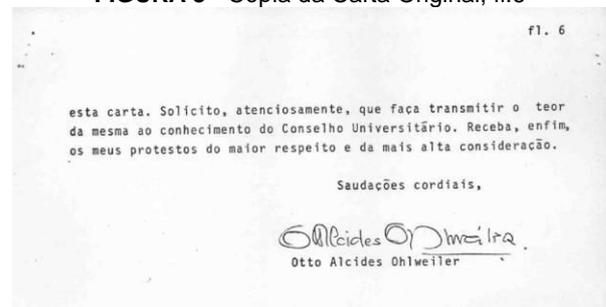
A originalidade da carta pode ser percebida pela marca da impressão dos caracteres da máquina datilográfica. Além disso, as inscrições, rubricas e assinatura são originais, feitas com caneta esferográfica, caneta-tinteiro ou lápis (FIGURA 2). Esses sinais tornam-se mais claros quando confrontados aos da carta inserida no Processo nº 43.157/82 (FIGURA 3). A comparação evidencia, portanto, que o documento constante no processo é uma cópia da carta original, que se encontra no Arquivo do CONSUN.

FIGURA 2 - Carta Original, fl. 6



Fonte: Arquivo do CONSUN

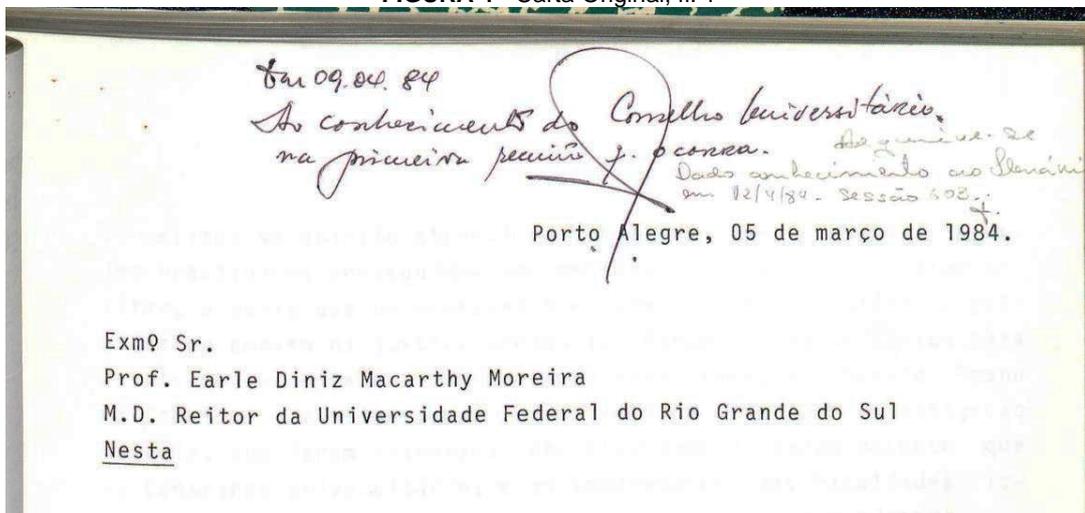
FIGURA 3 - Cópia da Carta Original, fl.6



Fonte: Processo nº 43.157/82

A carta original ainda trouxe mais um elemento para a pesquisa, além de sua própria localização nos arquivos do CONSUN. Na margem superior da primeira página, pouco abaixo e à direita do despacho do reitor, há uma inscrição a lápis (FIGURA 4). Pelo seu teor e forma, acredito que tenha sido feita por alguém do corpo técnico da Secretaria do CONSUN em 1984. Ali está escrito: “Arquive-se. Dado conhecimento ao Plenário em 12/4/84. Sessão 603”, finalizando com uma rubrica.

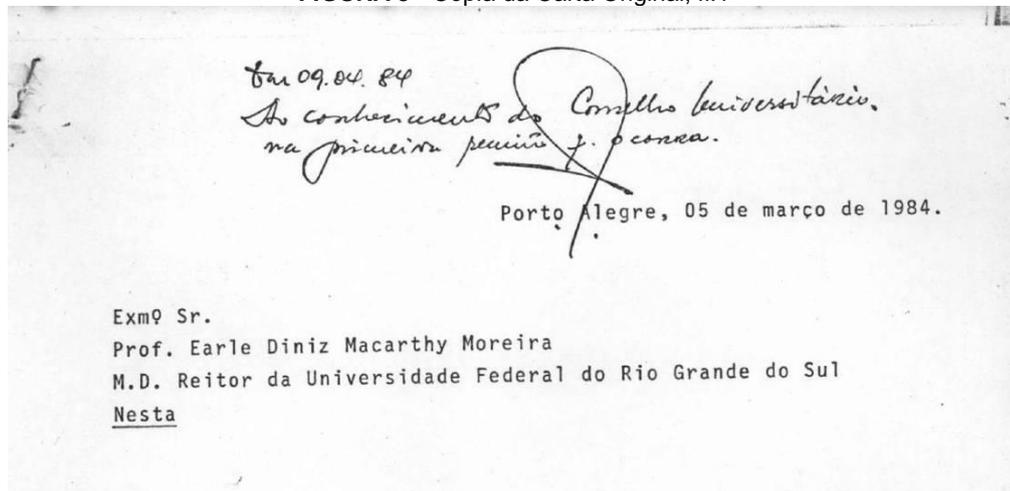
FIGURA 4 - Carta Original, fl. 1



Fonte: Arquivo do CONSUN

Já a cópia inserida no Processo nº 43.157/82 contém apenas o encaminhamento “ao conhecimento do Conselho Universitário”, feito pelo reitor, Prof. Earle Macarthy Moreira (FIGURA 5).

FIGURA 5 - Cópia da Carta Original, fl.1



Fonte: Processo nº 43.157/82

Considerando que a cópia constante no processo limita-se ao despacho do reitor, essa informação presente na carta original é de suma importância. Apesar de ter sido escrita a lápis por uma pessoa “anônima” (cuja rubrica não a identifica de imediato com o documento), ela confirma que a carta foi conhecida pelo CONSUN, indicando, inclusive, a data e a ata da sessão. Certamente essa ata precisa ser analisada para que se perceba como o teor da carta foi dado a conhecer pelos Conselheiros e qual foi seu impacto no CONSUN. De qualquer forma, o simples fato da Ata nº 603 não constar no processo sugere um procedimento não padrão. Seria mais um indício para pesquisa futura?

Além de buscar documentos junto à Administração Central da Universidade, procurei enriquecer a pesquisa através de informações oriundas do Instituto de Química, de onde partira a proposição para a outorga do título. Lá fui atendida pelo Prof. Cesar Liberato Petzhold, Diretor, e Emilse Maria Agostini Martini, Vice-Diretora. Ambos disponibilizaram-se a compartilhar informações sobre o tema, tornando-me acessíveis significativas fontes.

Assim, por intermédio da bibliotecária Gilca Maria de Oliveira Santos Cristino, com autorização da Profa. Emilse Martini, tive acesso à cópia digitalizada do Processo nº 222<sup>17</sup>, aberto em 05 de abril de 1984, no protocolo do Instituto de

<sup>17</sup> No texto, este processo será referenciado como “Processo 222/84-IQ”. Na Seção de Referências, consta “UFRGS. Instituto de Química. **Processo nº 222/84**. Origem: Otto Alcides Ohlweiler”.

Química. Na capa, constam o número do processo, a data de abertura, o nome do Prof. Otto Alcides Ohlweiler e o assunto: “agradece o título de professor emérito” (Processo 222/84-IQ, capa). Na folha de abertura há uma carta assinada pelo Prof. Ohlweiler, com data de 03 de abril de 1984, em que ele se dirige ao Prof. Valentim Uberti Costa, Diretor do Instituto de Química na época, e à Congregação do Instituto, agradecendo pela indicação do título e justificando sua decisão através do envio de uma cópia da carta dirigida ao reitor e ao CONSUN.

Estou enviando a V. Excia., para conhecimento vosso e da Colenda Congregação do Instituto de Química, juntamente com esta, cópia de carta que acabo de enviar ao Senhor Reitor Magnífico, Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira, a propósito da resolução do Conselho Universitário que aprovou uma proposição anterior da Congregação do IQ no sentido que me fosse concedido o título de Professor Emérito.

Solicito a V. Excia. dê conhecimento à Congregação do teor da referida carta. Outrossim, solicito que transmita à Congregação do IQ os meus agradecimentos por seu empenho em encaminhar ao Conselho Universitário a proposição inicial que deu lugar à resolução do Conselho Universitário.

Atenciosamente

Otto Alcides Ohlweiler (Processo 222/84-IQ, fl.1).

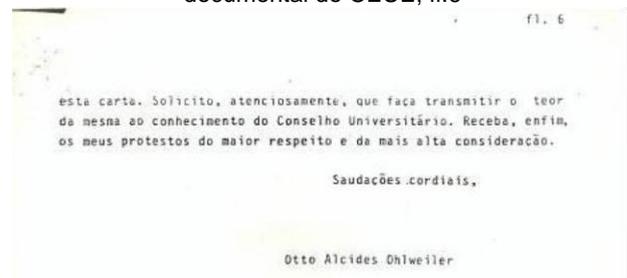
A cópia enviada ao Instituto de Química não está assinada (FIGURA 6), tal como a do objeto desta pesquisa<sup>18</sup> (FIGURA 7).

**FIGURA 6** - Cópia da Carta enviada pelo Prof. Ohlweiler ao IQ, fl. 6



Fonte: Arquivo do Instituto de Química

**FIGURA 7** - Cópia da Carta encontrada no acervo documental do CEUE, fl.6



Fonte: Coleção CEUE, Museu da UFRGS

O documento encontrado no CEUE parece, de fato, ter sido “uma cópia da cópia”. Há evidente perda de informação, como a da numeração das páginas de 2 a 5, ocorrida, provavelmente, no procedimento adotado para sua reprodução. Além disso, o processo aberto pelo Prof. Ohlweiler no Instituto de Química legitima uma cópia da carta sem assinatura, de onde poderiam ter surgido outras cópias. Há, portanto, fortes indícios de que esta cópia não assinada da carta seja o “original” da cópia encontrada no CEUE.

<sup>18</sup> De acordo com informação oral de Berenice Rolim, as cópias de documentos não eram assinadas na UFRGS. Era um procedimento de praxe.

### 3.3 Contexto Repressivo, Percursos Desencontrados

O regime ditatorial instaurado no Brasil a partir do golpe de Estado que depôs o Presidente João Goulart (Jango) em 1964 é objeto de extensa e (in)tensa produção acadêmica em diferentes áreas, tais como História, Ciência Política, Economia, Literatura, Educação, Direito - especialmente Justiça Transicional (Justiça de Transição)<sup>19</sup>, entre outras.

Os estudos a respeito têm crescido e trazido significativas contribuições à compreensão desse período recente da História do Brasil e da América Latina. Embora não seja o foco deste trabalho (aprofundar as discussões sobre como se forjaram e consolidaram os regimes de exceção nesses países), faz-se necessário o breve relato de alguns pontos para contextualização do objeto que estou estudando. O que pretendo, ao elencar tópicos relacionados, sobretudo, à repressão de docentes na UFRGS, é perceber o contexto histórico, social e político dos acontecimentos relatados na carta do Prof. Ohlweiler. A abordagem feita aqui, ainda que limitada pela necessidade, busca estabelecer claramente ao que o texto da carta do Prof. Ohlweiler se refere quando fala das “implicações do processo de repressão política desencadeado no seio de nossa Universidade” (OHLWEILER, 1984, fl.1).

Entre o final dos anos cinquenta e o começo dos anos sessenta do século XX, recrudescceu, no panorama mundial, uma divisão que ficou conhecida como Guerra Fria. Os Estados Unidos resolveram, então, garantir a hegemonia no continente americano, fomentando uma série de ditaduras. O golpe de Estado ocorrido no Brasil em 1964, dentre outras motivações, é reflexo disso.

Passados 50 anos, a sociedade brasileira ainda busca compreender o que ocorreu e procura a melhor forma para lidar com as sequelas de tão profundo trauma. No campo acadêmico, esses esforços se multiplicam. Com o apoio de alguns desses trabalhos busco ferramentas teóricas e conceituais para aporte do meu tema.

Utilizando a expressão “Ditadura Civil-Militar” para designar o período, o pesquisador Jaime Valim Mansan (2009) afirma que “[...] forças militares e civis [...]

---

<sup>19</sup> “O conceito de justiça transicional surgiu no final da década de oitenta e início da década de noventa principalmente em resposta às mudanças políticas ocorridas na América Latina e no Leste Europeu. Da junção de demandas por justiça e por transição democrática, o termo justiça transicional foi cunhado para expressar métodos e formas de responder a sistemáticas e amplas violações aos direitos humanos.” (PINTO, 2010, p.129)

instauraram no país um regime ditatorial que [...] valeu-se de diversas medidas repressivas para garantir sua dominação” (MANSAN, 2009, p.58). Enrique Serra Padrós (2009) também chama os regimes autoritários estabelecidos na América Latina a partir dos anos 1960 de Ditaduras de Segurança Nacional, pois uma de suas marcas comuns é a adoção da Doutrina de Segurança Nacional.

Para o caso específico do Brasil, Jaime Mansan (2009) fala em Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), a partir da constatação feita por Maria Helena Moreira Alves<sup>20</sup> de que essa nomenclatura “[...] era utilizada pelos membros da ESG [Escola Superior de Guerra], que foi um dos centros idealizadores da ditadura brasileira, e referia-se especificamente à adaptação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) estadunidense” (MANSAN, 2009, p.63). Segundo essa Doutrina, para garantir a “segurança nacional”, era preciso combater o “inimigo interno”, conceito “intencionalmente indefinido e elástico” com o objetivo de englobar quaisquer opositores ao Regime no seu todo ou a alguma medida específica, pontual. Para tanto, “[...] todos os meios eram justificáveis: prisões, assassinatos, torturas, desaparecimentos, restrições às liberdades individuais, censura”, entre outros (REIS, 2012, p.12).

Conforme explica o historiador Enrique Padrós (2009), esses regimes valeram-se de várias “[...] modalidades de violência repressiva estatal, todas elas políticas de **terrorismo de Estado**” (PADRÓS, 2009, p.36. Grifo meu). Nesse sentido, cabe salientar duas práticas complementares largamente utilizadas pelos ditadores para imprimir “um clima de medo e terror”<sup>21</sup>: a adoção de uma ampla e complexa rede de órgãos de informações, “[...] responsáveis pela coleta de dados e vigilância da população [...]” (REIS, 2012, p.14), bem como a preocupação de “[...] legitimar seus atos legalmente” (SCHUMACHER, 2013, p.13).

A título de exemplo da trama de espionagem e repressão, adotada em prol da “segurança nacional”, saliento a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), em junho de 1964, “[...] subordinado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) e que assessorava diretamente o Presidente da República” (CUNHA, 2009, p.112). O SNI tinha a finalidade de coordenar nacionalmente as atividades de informações (REIS, 2012). Posteriormente, cada ministério passou a contar com uma Divisão de

<sup>20</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

<sup>21</sup> Thaís Blume dos Reis (2012) cita os três componentes psicológicos da “cultura do medo”, segundo Maria Helena Moreira Alves: o silêncio, o isolamento e a desesperança.

Segurança e Informações (DSI), “[...] e em todos os órgãos governamentais, autarquias e empresas públicas foi criada uma Assessoria de Segurança e Informações (ASI)” (CARRION, 2009, p.53).

A rede, ou “comunidade de informações” também era composta pelos centros de informação dos ministérios militares<sup>22</sup>, pelos serviços secretos das três armas (Exército, Marinha e Aeronáutica), pelos serviços secretos da Polícia Federal e da Polícia Militar, entre outros (CUNHA, 2009). Os antigos Departamentos de Ordem Política e Social, conhecidos como DOPS ou DEOPS<sup>23</sup>, foram transformados, por exemplo, em centros de repressão e tortura (CARRION, 2009). Foram criados, ainda, vários órgãos em âmbito nacional, além de outros nos estados e municípios, que trabalhavam de forma colaborativa. Dentre eles, o sistema de Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) teve atuação preponderante.

Os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) [...] faziam o planejamento das medidas de defesa interna a serem adotadas. Atuavam no controle e execução dessas medidas e na articulação dos escalões envolvidos. Os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) executavam o “trabalho sujo”. [...] A atuação desses órgãos impôs medo na população (REIS, 2012, p.16-17).

Por outro lado, vários autores salientam a preocupação dos ditadores com a “legalidade” e “legitimidade” de seus atos (a começar pelo próprio golpe de Estado e a instauração de um regime de exceção), motivo pelo qual as ações foram acompanhadas de inúmeras medidas que pretendiam conferir-lhes suporte “legal”. Essa “cautela”, que se evidencia:

[...] pela inflação legislativa, tinha por verdadeiro sentido o de criar uma aparência de normalidade para a vida social e política que impedisse o reconhecimento do regime a partir da perspectiva da excepcionalidade e do arbítrio, o que incorpora um traço dos regimes totalitários (SANTOS, 2009, apud SCHUMACHER, 2013, p.13).

Nesse sentido, a primeira medida de maior abrangência foi adotada em 09 de abril de 1964. Era o Ato Institucional, conhecido, posteriormente à instituição dos outros atos, como Ato Institucional nº 1 (AI-1), “[...] o qual, em completa e intencional inobservância à Constituição vigente [...], expurgou o aparato estatal dos partidários do governo anterior e organizou uma “caça às bruxas” a supostos comunistas” (SCHUMACHER, 2013, p.12). A partir dessa iniciativa, os “Comandantes-em-Chefe”

<sup>22</sup> Centro de Informações do Exército, Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica e Centro de Informações da Marinha (CUNHA, 2009).

<sup>23</sup> Instituídos na segunda década do século XX, esses Departamentos foram muito utilizados no Estado Novo e na Ditadura Civil-Militar, instaurada em 1964.

lançavam a pedra basilar do arcabouço normativo para sustentação “legal” do novo regime, fundamentada na Doutrina de Segurança Nacional. Segundo o texto do primeiro Ato Institucional, o autoproclamado “movimento revolucionário” traduzia “o interesse e a vontade da Nação” (Ato Institucional nº1, de 09 de abril de 1964)<sup>24</sup>.

[...] Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. [...] **Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória.** (Ato Institucional nº1, de 09 de abril de 1964. Grifo meu)

Fica claro, portanto, que a manutenção da Constituição de 1946 e das Constituições estaduais, segundo o artigo 1º “com as modificações constantes deste Ato”<sup>25</sup>, é uma medida pró-forma, de busca pela “legitimação” do grupo golpista perante a sociedade. O que se seguiu foi um regime centralizado e autoritário, que desarmou a população como um todo dos seus direitos individuais básicos. Entre outras providências relativas ao monopólio do poder, como a instituição de eleições indiretas para Presidente da República, o AI-1 embasava “legalmente” a caçada aos opositores do regime.

O Art. 7º, por exemplo, suspendeu por seis meses “as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade” (AI-1 - Art. 7º). Dessa forma, “[...] todos tornavam-se alvos potenciais para a perseguição” (MANSAN, 2009, p.71). Nos quatro parágrafos desse artigo explicitam-se as diversas formas de expurgo a que seriam submetidos servidores federais, estaduais e municipais, civis e militares, “mediante investigação sumária” (AI-1, Art.7º, §1º). O Art. 10 ainda garante aos Comandantes-em-Chefe a prerrogativa de “[...] suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos<sup>26</sup> e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos”. Esses dois artigos - o 7º e o 10º - foram regulamentados pelo Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964<sup>27</sup>.

Portanto, o novo regime imbuído da Doutrina de Segurança Nacional (de origem exógena), e com o domínio hegemônico dos aparatos repressivos do Estado, começou seu trabalho de extinção dos entraves sociais e políticos ao seu poder. O AI-1 era a primeira medida “legal”, seguida de outras normas repressivas, tais como

<sup>24</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm)>. Acesso em: out. 2014.

<sup>25</sup> Art. 1º - São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas Emendas, com as modificações constantes deste Ato. (Ato Institucional nº1)

<sup>26</sup> A partir da instauração desse Ato, e de suas consequências, houve apoiadores do golpe que passaram à oposição. Além das medidas repressivas, seu texto deixava claro que o regime que se instalava pretendia ser de longo prazo, diferentemente do que imaginavam setores que lhe cederam apoio.

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53897-27-abril-1964-394234-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em out. de 2014.

decretos e portarias, visando fundamentar “uma ampla perseguição político-ideológica”, chamada pelos próprios militares golpistas<sup>28</sup> de “Operação Limpeza”. Seu objetivo era eliminar, imobilizar ou controlar “[...] toda e qualquer possibilidade [...] de oposição ao regime que se estruturava [...]” (MANSAN, 2009, p.69).

Uma dessas medidas repressivas da “Operação Limpeza” que atingiu mais fortemente a trajetória das universidades brasileiras, incluindo a UFRGS, foi a criação das Comissões Especiais de Investigação Sumária. O fato, relatado na carta do Prof. Otto Ohlweiler, já foi objeto de estudos, publicações e pesquisas acadêmicas, bem como de denúncia por parte de setores estudantis, técnicos e docentes da UFRGS, e da sociedade em geral.

Como exemplo de combate a essa situação e defesa dos atingidos pela atividade da Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) instituída na UFRGS, temos a carta sobre a qual se debruça este estudo. Ou seja, o posicionamento do Prof. Ohlweiler não é uma ação isolada de um indivíduo magoado e, sim, uma peça de um processo mais amplo. Nesse sentido, uma das principais obras existentes a respeito chama-se *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS*. Publicado em 1979 pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ADUFRGS), o livro, considerado fonte primária por Jaime Mansan (2009), teve uma segunda edição em 2008.

A reedição desta obra poderá contribuir para a preservação dessa memória no que concerne a acontecimentos recentes na história do país, por meio da divulgação das atrocidades que comprometeram a vocação da instituição universitária no mundo contemporâneo, qual seja, a de local de debate, de tolerância às diferenças de pensamento e de opiniões, o espaço por excelência da criação e da difusão de conhecimentos, da arte, da cultura (ADUFRGS, 2008, p.17).

Confirmando as informações mencionadas pelo Prof. Ohlweiler, a determinação de que as universidades brasileiras deveriam instaurar inquéritos “[...] para averiguar atos de subversão [...]” partiu do Ministério da Educação e Cultura (MEC) através da Portaria nº 259 de 20 de abril de 1964 (FISCHER; CERUTTI, 2012, p.148).

Em 20 de abril de 1964, o MEC entrara em contato com a Reitoria da UFRGS por telegrama, informando o teor da Portaria nº 259, daquela data, que determinava a instauração de inquéritos nas universidades brasileiras. [...] Entre o envio da mensagem ministerial e a instalação da CEIS, outro telegrama do MEC foi recebido pela Reitoria da UFRGS. Nele, Suplicy de Lacerda<sup>29</sup> determinava que o reitor, [...] entrasse “em entendimento [com o] Comando [do] III Exército,

<sup>28</sup> É preciso salientar que, além do fato desta ditadura não ter sido apenas “militar”, ela também não era um regime de “todos” os militares. Muitos se contrapuseram ao golpe, sendo duramente perseguidos, cassados, torturados e mortos, assim como os civis.

<sup>29</sup> Suplicy de Lacerda era o Ministro da Educação e Cultura.

solicitando-lhe [a] indicação [de] um servidor militar”, com o objetivo de “acompanhar [os] processos sumários” (MANSAN, 2012, p.103-104).

As fontes ratificam que o Prof. José Carlos Fonseca Milano, confirmado na Reitoria após o afastamento do Prof. Elyseu Paglioli, designou a Comissão Especial de Investigação Sumária na UFRGS (FISCHER; CERUTTI, 2012). Outra comprovação do teor da carta do Prof. Ohlweiler diz respeito à indicação do Gen. Jorge Garrastazu Teixeira como “Assessor Militar”. Não por acaso o Prof. Ohlweiler o refere como “interventor militar”.

O oficial indicado pelo 3º Exército foi o Gen. R/1 Jorge Cesar Garrastazu Teixeira, que se fez presente em todas as reuniões desde a instalação da CEIS/UFRGS, atuando efetivamente como coordenador de seus trabalhos, a despeito de sua função ser denominada “Assessor Militar” (MANSAN, 2009, p. 86).

Um importante aspecto deve ser mencionado a respeito da Comissão de Inquérito na UFRGS: alguns dos documentos que servem de fontes para os diferentes estudos a respeito são constituídos por atas da CEIS, localizadas na Universidade de Caxias do Sul (UCS). Após a morte do Prof. Laudelino Teixeira de Medeiros, ex-membro da Comissão, seu acervo foi vendido à instituição em 1999. Dentre seus livros e demais documentos, encontravam-se essas atas. Os documentos estão disponíveis para consulta pelo Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (CEDOC-UCS) desde 2003 (CABRAL, 2010).

Deve ser explicitado também que consta no livro editado pela ADUFRGS um depoimento do Prof. Otto Alcides Ohlweiler, em que ele comenta alguns detalhes da situação de seu inquérito e das acusações infundadas do Gen. Garrastazu Teixeira (ADUFRGS, 2008). Quanto à localização das atas da CEIS, a partir da venda do acervo do Prof. Laudelino de Medeiros à UCS, é interessante observar que o fato ocorreu muito tempo depois da carta em questão. Conforme a Ficha Funcional do Prof. Otto Alcides Ohlweiler na UFRGS, ele faleceu em 1991, sem ter tido acesso, portanto, a esses documentos<sup>30</sup>.

Jaime Masan (2009), com base na Ata da Reunião de Instalação da CEIS na UFRGS, localizada no acervo do Prof. Laudelino Teixeira de Medeiros, afirma o que segue a respeito da referida Comissão Especial de Investigação Sumária:

Instalada na tarde de 18 de maio de 1964, uma segunda-feira, pela Portaria nº 885, baixada naquela data pelo Reitor Fonseca Milano, “considerando os termos da Portaria nº 259” de 20 de abril de 1964, baixada pelo Ministro da Educação e Cultura

<sup>30</sup> O CEDOC/UCS disponibiliza as atas de instalação e início das atividades da CEIS e as atas da Subcomissão D do período em que o Prof. Laudelino de Medeiros a integrava. Os outros documentos ainda são desconhecidos.

Flávio Suplicy de Lacerda, e “em cumprimento ao artigo 7º do Ato Institucional e ao Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964, que o regulamentou”, a CEIS/UFRGS, [...] caracterizou-se por um intrincado e complexo funcionamento. De modo geral, a atuação da comissão alinhou-se com as principais diretrizes da DSND [...]. A preocupação com a legitimidade de suas ações fez com que os membros da CEIS/UFRGS elaborassem um conjunto de formalidades e rituais burocráticos, o que era condizente com o modo de reprimir típico daquela conjuntura imediatamente posterior ao Golpe.

[...] Vinculava-se formal, substancial e publicamente, assim, a atuação da CEIS/UFRGS à “Operação Limpeza”. (MANSAN, 2009, p.88).

A Portaria nº 885 designava os componentes da CEIS, todos professores catedráticos da UFRGS, indicados por suas respectivas congregações para essa finalidade, com uma exceção. O representante da Faculdade de Arquitetura, cuja Congregação havia se negado a indicar um membro para a Comissão, foi:

[...] o instrutor de ensino Amadeu Fagundes da Rocha Freitas [que] apresentou-se voluntariamente para a função e, embora pertencesse aos quadros da Escola de Engenharia, foi indicado pelo diretor da Faculdade de Arquitetura e teve sua indicação ratificada pela Congregação dessa faculdade. Foi um dos mais ativos participantes desse “santo inquérito” que se estabeleceu na UFRGS [...]. (ADUFRGS, 2008, p. 34).

O representante indicado pela Congregação da Escola de Engenharia, conforme referido na carta do Prof. Ohlweiler, era o Prof. Saviniano de Castro Marques. Não constava na Portaria o nome do “Assessor Militar”, nem qualquer referência à participação de integrantes externos à UFRGS (MANSAN, 2009). No entanto, as atas das reuniões tornam explícita a destacada participação do “Sr. Assessor Militar”, Gal. Teixeira, bem como o vínculo e as trocas de informação entre a CEIS/UFRGS, o 3º Exército e o DOPS/RS (Idem).

De acordo com a Ata da primeira Reunião Ordinária da CEIS/UFRGS, realizada em 21 de maio de 1964, foi aprovado seu regimento e as subcomissões ficaram assim constituídas:

- **Subcomissão A:** Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Agronomia e Veterinária, Escola de Engenharia e Escola de Geologia;
- **Subcomissão B:** Faculdade de Direito de Pelotas e Faculdade de Odontologia de Pelotas;
- **Subcomissão C:** Faculdade de Medicina, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Odontologia de Porto Alegre e Escola de Enfermagem;
- **Subcomissão D:** Faculdade de Direito de Porto Alegre, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Filosofia e Escola de Artes. (MANSAN, 2009, p. 91-92)

É preciso salientar que várias outras medidas repressivas às entidades estudantis e aos próprios estudantes, tais como expurgos, prisões, torturas e desaparecimentos, também foram implementados em larga escala por diferentes setores do governo, incluindo a colaboração de setores da UFRGS, tais como o Conselho Universitário e a CEIS. Vários professores e técnicos também foram

presos, interrogados ou torturados por órgãos diversos do aparato repressivo. O próprio Prof. Ohlweiler foi preso nesse período, como se verá adiante. No entanto, como exemplo da repressão na UFRGS (com a participação de muitos de seus membros), o texto a seguir se concentrará nas informações relativas aos expurgos específicos de professores, caso salientado pelo Prof. Ohlweiler em sua carta. É claro que esses relatos são insuficientes para uma “[...] análise dos acontecimentos que marcaram tão negativamente a vida da Universidade [...]”, como solicita o Prof. Ohlweiler (1984, fl.5). Mas o recorte e as possibilidades de abrangência deste trabalho não se destinam a tal finalidade.

Em relação ao expurgo de 18 docentes, realizado ainda em 1964, em consequência da atividade direta da CEIS/UFRGS ou mesmo de outros braços da “Operação Limpeza”, como a Comissão Geral de Investigações do MEC (CGI), Jaime Mansan (2009) identifica que a maior parte dos atingidos “[...] possuía significativo reconhecimento, no interior da comunidade universitária, tanto profissionalmente quanto política e ideologicamente” (MANSAN, 2009, p.149). Em que pese a imposição ditatorial infringida à Universidade e o fato de que o afastamento sumário desses docentes é resultado, em essência, de “[...] conflitos político-ideológicos no interior da comunidade universitária da UFRGS” (Idem), não são descartados outros elementos motivacionais:

[...] certos grupos e indivíduos, mais ou menos alinhados com a Ideologia de Segurança Nacional, foram instrumentalizados pelo novo bloco dominante, o que a eles possibilitou a atuação direta no afastamento sumário de alguns de seus colegas, baseando-se para tanto em critérios e argumentos político-ideológicos. Dado o caráter ditatorial do regime, inexistia necessidade efetiva de comprovação das acusações, embora os membros da CEIS/UFRGS se preocupassem constantemente em manter uma aparência de legalidade e imparcialidade em suas “investigações”, sem o que a arbitrariedade e o caráter político-ideológico de suas ações se tornariam ainda mais notórios.

[...] alguns grupos e indivíduos, no interior da comunidade universitária, cumpriram papel fundamental na promoção da “Operação Limpeza”, demonstrando assim uma das formas de relação entre sociedade civil e sociedade política. Se tal colaboração (de diversas formas, em diferentes graus e em vários casos, ainda que não em todos) se deu em função de um alinhamento ideológico com o regime ditatorial, parece bastante plausível supor que as **disputas pelo poder no interior da comunidade universitária** também tenham motivado alguns indivíduos a atuar de acordo com os interesses políticos do novo regime. (MANSAN, 2009, p.149. Grifo meu).

Essa suposição de Jaime Mansan acerca de possíveis outros motivos para a atuação destacada de alguns membros da CEIS - no sentido da adoção de medidas repressivas em relação a seus colegas - é baseada nos dados obtidos por sua pesquisa, e encontra eco no texto da carta do Prof. Ohlweiler:

[...] devo esclarecer que a Escola de Engenharia, tendo à época como Diretor o professor Luiz Lesseigneur de Faria e como representante na Comissão de Investigação o professor Saviniano de Castro Marques, não favoreceu, no âmbito de sua jurisdição, que prevalecesse o clima de caça às bruxas, donde resultou que nenhum dos cinco professores indiciados - entre os quais eu próprio figurava -, afora o constrangimento de um comparecimento forçado ante um tribunal de origem espúrea, fosse punido, muito ao contrário, pois, do que sucedeu em outras unidades, onde a convivência com a intervenção foi da delação até a intriga. (OHLWEILER, 1984, p.04).

Sendo assim, não parece, de fato, uma inferência despropositada. Dessa forma, a indicação do pesquisador para a realização de futuros estudos a respeito também se alinha com o clamor do Prof. Ohlweiler para que a Universidade realize uma “avaliação auto-crítica em relação ao processo de repressão desencadeado” em seu seio (OHLWEILER, 1984, fl.5).

A repressão e as perseguições foram iniciadas logo após o golpe. No entanto, elas se aprofundaram e assumiram contornos mais abrangentes na sociedade como um todo nos anos seguintes.

O Gen. Emílio Garrastazu Médici dirigiu o Brasil de 1969 a 1974. Seu governo é citado como o período da intensificação das “[...] perseguições, prisões, mortes e exílios [...]” (CORDEIRO, 2009, p. 90) cometidos pelo regime ditatorial. Ele foi antecedido pelo Mal. Arthur da Costa e Silva<sup>31</sup>, que esteve à frente do governo federal entre 15 de março de 1967 e 31 de agosto de 1969. Antes do Gal. Médici assumir, por motivos de saúde do Mal. Costa e Silva, o governo foi exercido cerca de dois meses por uma Junta Militar, que manteve as mesmas diretrizes e procedimentos. Juntos, esses dois governos (considerando que o interregno da Junta Militar não se caracterizou por uma interrupção) são apontados como o período de maior acentuação dos padrões repressivos da Ditadura Civil-Militar, cujo marco é o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Instituído em 13 de dezembro de 1968, atribuindo ainda mais poderes extraordinários ao Presidente da República, o AI-5 previa:

[...] a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos, a suspensão do direito de habeas corpus nos crimes contra a segurança nacional, além de gerar a hipertrofia do Executivo. Estava implantado o dispositivo legal para a instalação do Terrorismo de Estado na ditadura brasileira.

O terror passou a ser a mediação entre Estado e sociedade em nome da pretensa “segurança nacional”. [...] o Estado pôde se impor com poderes quase ilimitados. Além disso, um de seus elementos mais perversos foi o de [...] transformar os cidadãos em agentes do próprio Estado. Desse modo, práticas como a suspeição e a delação tornaram-se comuns.

A partir da decretação do AI-5, o Brasil passou a viver os “anos de chumbo” (1968-1974), período de maior utilização, sistematização e qualificação dos mecanismos repressivos. (PADRÓS; FERNANDES, 2009, p.41)

---

<sup>31</sup> Arthur da Costa e Silva assumiu a Presidência como general, mas foi promovido a marechal em 1966.

Dos dezessete atos institucionais, o AI-5, baixado durante o governo do Mal. Costa e Silva, é associado ao “[...] momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados.” (D’ARAUJO, 2014, doc.elet.). Em decorrência dele e de toda uma legislação repressiva complementar iniciou-se uma perseguição ainda mais violenta a quem exprimisse alguma manifestação contrária não só ao regime, mas a qualquer procedimento adotado por ele. Por isso, pessoas que ideologicamente poderiam não se opor aos preceitos dos mandatários, também foram perseguidas e sofreram punições simplesmente por não concordar com tal arbítrio (ou mesmo por estarem no caminho da ascensão de alguém). Nas universidades não foi diferente.

Para buscar compreender a dimensão desse período de arbítrio, transcrevo um trecho do artigo do jornalista Luiz Oscar Matzenbacher, publicado em 1994 no livro *UFRGS: identidade e memórias - 1934-1994*, alusivo aos 60 anos da Universidade. Matzenbacher era vice-presidente do Diretório Central de Estudantes da UFRGS (DCE) em 1971, assumindo a presidência após a suspensão de João Ernesto Maraschin em virtude do Decreto Lei 477<sup>32</sup>.

Não tínhamos a quem recorrer contra aquela força brutal da Ditadura Militar. Só à nossa coragem de redigir notas à população. E distribuí-las na Universidade. [...] Era a única maneira de evitar que as torturas no DOPS, DOI-CODI e quartéis militares acabassem causando a morte de estudantes indefesos, opositores ao regime autoritário. Era o tempo do medo, como jamais em tal intensidade os brasileiros haviam conhecido. E poucos, como nós, tinham coragem de, armados apenas de canetas, papéis e os antigos mimeógrafos a álcool, enfrentar o arbítrio. Eu tinha então 21 anos de idade. E agora, ao escrever este artigo [...] sinto-me de novo perante a Comissão de Inquérito, presidida pelo então diretor da Faculdade de Veterinária, Danilo Krause, que a mando do então ministro da educação, Jarbas Passarinho, e do reitor Eduardo Faraco, **busca descobrir quem redigiu a nota “Morre um Estudante” e não como morreu o estudante Ary Abreu Lima da Rosa**<sup>33</sup>. (MATZENBACHER, 1994. p.149. Grifo meu.)

Assim, em decorrência do AI-5 e de legislação complementar, houve uma segunda onda de expurgos de professores na UFRGS em 1969, em que se viu uma consolidação e centralização da perseguição política. O MEC tornou-se o grande instrumento dessa repressão ao centralizar as ações de investigações sumárias a serviço da “Operação Limpeza”. As Comissões Especiais de Investigação Sumária,

<sup>32</sup> O Decreto Lei nº 477 foi baixado por Costa e Silva com base no AI-5. Ele previa “[...] as infrações disciplinares de cunho político dos professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino, bem como as penas a eles aplicáveis” (ABREU, *Decreto Lei nº 477*, 2014, doc. eletr.).

<sup>33</sup> Ary Abreu Lima da Rosa, estudante da Escola de Engenharia, morreu no ano de 1970 em condições ainda não totalmente esclarecidas. A respeito do seu caso, consultar o Acervo da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, disponível em: <<http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/86>>.

criadas pelos reitores das instituições de ensino superior em 1964 por determinação superior, foram substituídas pela Comissão de Investigação Sumária do MEC (CISMEC). A CISMEC foi criada em 1969 (MANSAM, 2009), assim como as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) nas universidades. Essas Assessorias, instaladas nos órgãos governamentais, autarquias e empresas públicas, eram subordinadas às Divisões de Segurança e Informações dos respectivos ministérios, que já atuavam com essa configuração desde 1967 (Idem).

Percebe-se, assim, que com o aparato de órgãos de informação ainda mais complexo e centralizado, o MEC “[...] passou a atuar *diretamente* na execução de ações repressivas e de investigação político-ideológica” (MANSAN, 2009, p.276). Os militares golpistas acompanhavam as ações de repressão, expurgos e investigação desde 1964. No entanto, naquela ocasião “[...] tratava-se de uma intervenção externa, destinada a controlar e apoiar uma comissão criada *em caráter extraordinário*” (Idem, p.276). Entre 1968 e 1969 “[...] ocorreu uma *internalização* de tal função de “assessoria militar”, com a instalação da ASI/UFRGS como órgão *permanente* da estrutura universitária” (Ibidem, p.276). Isso não eximiu outros setores da Universidade das ações de repressão, como demonstram o caso relatado acima por Matzenbzcher e a apreciação feita pelos docentes da ADUFRGS em 1979.

Finalmente, consolidava-se a aliança entre os setores conservadores e tecnocráticos da Universidade com o estado autoritário, mediante a criação das Assessorias de Segurança e Informação. Viabilizava-se, assim, o controle permanente da Universidade, efetuado a partir da cúpula dominante, com a disseminação do medo, da desconfiança e da delação. (ADUFRGS, 2008, p. 90).

A Assessoria de Segurança e Informação da UFRGS (ASI/UFRGS), teria sido criada em 1968. Sua chefia ficou a cargo do Cel. Natalício da Cruz Correa. “A nomeação oficial do militar, contudo, como “assessor” do quadro da universidade, só ocorreria em 23 de agosto de 1969.” (MANSAN, 2009, p.200).

Jaime Mansan (2009) cita uma reportagem de 1979 realizada pelo jornalista Renan Antunes de Oliveira acerca do encerramento das atividades da ASI/UFRGS. Publicada no jornal *O Rio Grande* sob o título **Dispensado o assessor de informações da Universidade**, a matéria recebeu destaque na capa, com a seguinte manchete: **A Universidade expurga seu SNI**. Dentre as entrevistas concedidas, duas merecem especial atenção. Segundo o próprio Cel. Natalício Correa, ele teria assumido em 1968 “como um quebra-galhos do reitor Faraco”

(MANSAN, 2009, p.200). Isso indicaria que a atuação do “assessor” teria iniciado antes da data de sua nomeação.

Já o reitor Homero Jobim salientou na reportagem que, efetivamente, desaparecia naquele momento (1979) “a figura do assessor de Segurança e Informações”, e que então o cel. Natalício Correa passava a ser “assessor para outros assuntos”. (MANSAN, 2009, p. 201)

Essa última informação demonstra que a mesma pessoa que chefiava a ASI/UFRGS permaneceu no quadro da Universidade, como “assessor para outros assuntos”. Ainda segundo Mansan (2009), quando a ADUFRGS publicou o livro *Universidade e Repressão: Os expurgos na UFRGS (1979)*, os docentes da Associação fizeram contato com a Reitoria para solicitar um espaço para lançamento.

Sintomaticamente, foram recebidos não pelo reitor Homero Jobim, mas pelo cel. Natalício da Cruz Correa, então “assessor especial do reitor”, já que a ASI/UFRGS havia sido extinta formalmente, naquele ano. Após passarem por outros setores da universidade, teriam sido comunicados na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo que o reitor não permitira que qualquer sala fosse cedida para o lançamento. Foi assim que a publicação acabou sendo lançada no auditório da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em 23 de agosto de 1979. (MANSAN, 2009, p.286).

Na semana seguinte ao seu lançamento:

[...] a agência central do SNI elaborou um dossiê sobre o livro. [...] Pode-se perceber, assim, que [...] alguns mecanismos de sustentação do regime ditatorial, como o sistema de informações, permaneciam plenamente atuantes, naqueles últimos meses da década de 1970, como ainda permaneceriam ao longo da década de 1980. (MANSAN, 2009, p.286-287).

Até quando esse sistema de espionagem e coleta de informações sobre os membros da Universidade continuaram acontecendo, se é que se encerraram? Não encontrei ainda fontes que me permitam afirmar categoricamente algo acerca disso. O que encontrei foi uma notícia publicada na página da Associação dos Servidores da UFRGS (ASSUFRGS) a respeito de processos relativos ao corte de horas-extras. Conforme a notícia, dentre os servidores que ingressaram com esta ação em 1988, consta o nome de NATALÍCIO DA CRUZ CORREA (ASSUFRGS, 2014).

Voltando à questão dos afastamentos sumários de docentes na UFRGS, o presente trabalho, conforme foi dito, não se presta à análise de tais processos. No entanto, é relevante para este estudo referente à Memória que sejam explicitados ao menos os nomes dos atingidos, suas unidades e tipo de afastamentos. Assim, reproduzo abaixo uma adaptação de dois quadros-síntese (FIGURAS 8 e 9), elaborados por Jaime Valim Mansan (2009) acerca dos expurgos na UFRGS

realizados em 1964 e em 1969, respectivamente. A adaptação foi realizada a fim de manter apenas os dados de interesse referidos. Foram omitidos, portanto, outros campos que somente seriam compreensíveis no contexto do trabalho de origem.

**FIGURA 8 - Quadro 1:** Os docentes expurgados em 1964

Nome	Faculdade / Escola	Curso	Tipo expurgo
Demétrio Ribeiro	Arquitetura	Arquitetura	Externo (CEIS/UFRGS)
Edgar Albuquerque Graeff	Arquitetura	Arquitetura	Externo (CEIS/UFRGS)
Edvaldo Pereira Paiva	Arquitetura	Arquitetura	Externo (CEIS/UFRGS)
Enilda Ribeiro	Arquitetura	Arquitetura	Externo (CEIS/UFRGS)
Nelson Souza	Arquitetura / Reitoria	Arquitetura	Externo (CEIS/UFRGS)
Luiz Carlos Pinheiro Machado	Agronomia e Veterinária	Agronomia e Veterinária	Externo (CEIS/UFRGS)
Apio Cláudio de Lima Antunes	Direito (Pelotas)	Direito	Externo (CEIS/UFRGS)
Ernanj Maria Fiori	Filosofia	Filosofia	Externo (CEIS/UFRGS)
Hugolino Andrade Uflacker	Direito (Pelotas)	Direito	Externo (CEIS/UFRGS)
Antônio de Pádua Ferreira da Silva	Ciências Econômicas	Escola Técnica	Interno (não-renovação contratual)
Cláudio Francisco Accurso	Ciências Econômicas	Economia	Externo (CEIS/UFRGS)
Cibilis da Rocha Viana	Ciências Econômicas	Economia	Externo (cassação de direitos políticos)
Armando Temperani Pereira	Ciências Econômicas	Economia	Externo (cassação de direitos políticos)
Antônio Ajadil de Lemos	Direito	Direito	Externo (cassação de direitos políticos)
Luiz Fernando Corona	Arquitetura / Belas Artes	Arquitetura	Externo (CEIS/UFRGS)
Antônio Santos Flores	Medicina	Medicina	Externo (CEIS/UFRGS)
Brasil Rodrigues Barbosa	Direito	Direito	Externo (cassação de direitos políticos)
Carlos Jorge Appel	Col. Aplicação	---	Indireto

Fonte: Adaptado de MANSAN, 2009, p.151.

Em relação ao tipo de afastamento que Jaime Mansan (2009) chama de “expurgo indireto”, cabe explicar do que se trata. O pesquisador designou dessa forma os casos em que a própria pessoa tomava a iniciativa de se afastar “[...] em função de constrangimentos diversos, relacionados, via de regra, com especificidades da conjuntura política” (MANSAN, 2009, p.117). Poderiam ser de várias ordens as motivações para esse tipo de atitude: prevenção (afastar-se antes

de ser afastado), inconformidade ou descontentamento com os rumos traçados para a Universidade, necessidade de fuga ou exílio por conta da conjuntura política, solidariedade aos colegas afastados sumariamente, entre outros. O autor chama a atenção para o fato de que a falta de dados a respeito de casos similares dificultam sua identificação. Assim, muitos outros poderão existir de que não se tenha conhecimento (MANSAN, 2009).

**FIGURA 9 - Quadro 2.: Os docentes expurgados em 1969**

Nome	Faculdade	Curso	Tipo expurgo
Angelo Ricci	Filosofia (diretor)	Letras	Externo (CISMEC)
Antonio do Carmo Cheuiche	Filosofia	Filosofia	Indireto
Ari Mazzini Canarin	Arquitetura	Arquitetura	Externo (CISMEC)
Bruno Puntel	Filosofia	Filosofia	Indireto
Carlos de Britto Velho	Filosofia	[Licenciaturas]	Externo (manifesto)
Carlos Maximiliano Fayet	Arquitetura	Arquitetura	Externo (CISMEC)
Carlos Roberto Velho Cirne Lima	Filosofia	Filosofia	Externo (manifesto)
Dionísio de Oliveira Toledo	Letras	Letras	Externo (manifesto)
Emilio Mabilde Ripoll	Arquitetura	Arquitetura	Externo (CISMEC)
Ernesto Antonio Paganelli	Arquitetura	Arquitetura	Externo (CISMEC)
Ernildo Jacob Stein	Filosofia	Filosofia	Externo (CISMEC)
Gabriel Azambuja de Britto Velho	Filosofia	Filosofia	Indireto
Gerd Alberto Bornheim	Filosofia	Filosofia	Externo (CISMEC)
João Carlos Brum Torres	Filosofia	Filosofia	Externo (CISMEC)
Joaquim José Barcelos Felizardo	[CAFD]	História	Externo (CISMEC)
José Pio de Lima Antunes	Agronomia e Direito (Pelotas)	Agronomia e Direito	Externo (CISMEC)
Leônidas Xausa	Filosofia	Ciência Política	Externo (CISMEC)
Manoel Alves de Oliveira	Agronomia (Pelotas)	Agronomia	Externo (CISMEC)
Maria da Glória Bordini	Letras	Letras	Externo (manifesto)
Maria Luisa de Carvalho Armando	Letras	Letras	Interno (Dep. Letras)
Reasylyvia Kroeff de Souza	Letras	Letras	Externo (manifesto)
Roberto Buys	Arquitetura	Arquitetura	Externo (CISMEC)
Victor de Britto Velho	Filosofia	Filosofia (coordenador)	Externo (manifesto)

Fonte: Adaptado de MANSAN, 2009, p.275.

Quanto ao tipo de expurgo denominado “externo (manifesto)”, é preciso explicar que essa classificação foi adotada por Mansan (2009) para a situação do afastamento sumário de professores que assinaram uma carta-protesto acerca dos expurgos de seus colegas em 1969, especialmente do Prof. Angelo Ricci, Diretor da Faculdade de Filosofia. Outros professores teriam assinado a carta. No entanto, só foram afastados os que, inquiridos por um representante do MEC, negaram-se a retirar sua assinatura do manifesto. Naquelas circunstâncias, o ato de coragem

desses professores é não só digno de nota, como demonstra que grupos significativos da Universidade nunca se calam frente à repressão:

Ao Excelentíssimo Magnífico Reitor  
Professor Eduardo Zácara Faraco

Magnífico Reitor,

Começamos referindo o fato e dando-lhe o nome. O fato é: a exclusão do diretor da Faculdade de Filosofia e de professores desta Universidade.

O nome é: crime.

Nossa atitude é a única possível diante do crime: a repulsa incondicional. A expressão mínima desta repulsa é a interrupção sumária das aulas.

Dirigimo-nos a Vossa Magnificência pedindo uma atitude condizente com o fato acima aludido e caracterizado: se os professores demitidos ou aposentados não forem reintegrados nas suas funções, Vossa Magnificência não terá outro caminho além da renúncia.

Porto Alegre, 3 de setembro de 1969<sup>34</sup>.

Outra atitude importante foi a luta empreendida pela ADUFRGS para que os docentes afastados sumariamente em 1964 e 1969 fossem reintegrados à Universidade, de que a publicação citada é um exemplo, bem como a promoção de conferências e debates com alguns desses docentes. “Dentro de um contexto mais amplo, qual seja, o da Campanha pela Anistia, a luta pela reintegração dos professores cassados foi uma demonstração do espírito de liberdade acadêmica, de justiça e de desprendimento” (TAITELBAUM, 1994, p.29).

Cabe frisar que a ADUFRGS foi criada em junho de 1978 (TAITELBAUM, 1994), mas o início de uma reivindicação popular pela concessão de anistia às vítimas da Ditadura Civil-Militar é registrado entre 1974 e 1975 (RODEGUERO, 2011; SCHUMACHER, 2013). Nesse sentido, se os docentes da UFRGS ainda não participavam do movimento através de uma entidade representativa, os estudantes, por sua vez, sempre tiveram papel destacado nessa participação através de suas entidades. Dentre outras organizações de diversos setores da sociedade e da própria UFRGS, o Diretório Central de Estudantes (DCE) e o CEUE, por exemplo, assinaram o seguinte manifesto publicado em abril de 1978 no *Diário de Notícias*.

No momento em que milhares de brasileiros estão exilados, fora e dentro da Pátria, e que nos é negada a liberdade de expressão e de organização e o acesso às informações, assumimos a luta pela anistia ampla e irrestrita a todos os presos, banidos, exilados e atingidos por motivos políticos, dentro da luta maior por liberdades democráticas, por melhores condições de vida e trabalho para a grande maioria da população. Pela anistia ampla e irrestrita (RODEGUERO, 2011, p.109).

Considerado um marco, o I Congresso Nacional pela Anistia ocorreu no segundo semestre de 1978. Aproximadamente 1.000 pessoas participaram das

<sup>34</sup> Carta-manifesto de docentes da UFRGS (1969 *apud* ADUFRGS, 2008, p. 86).

comissões de trabalho do encontro, discutindo várias questões e elaborando suas resoluções. Assim, foi elaborada a carta do congresso, que explicita qual era a anistia que eles almejavam: “A anistia pela qual lutamos deve ser **Ampla** - para todas as manifestações de oposição ao regime; **Geral** - para todas as vítimas da repressão; e **Irrestrita** - sem discriminações ou restrições” (RODEGUERO, 2011, p.146. Grifos presentes no original).

A participação da ADUFRGS na Campanha pela Anistia como uma das inúmeras “[...] entidades de atingidos por atos institucionais” (RODEGUERO, 2011, p.197) também é citada no livro *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*, publicado em 2011. Juntamente com outros setores, a ADUFRGS participava não só da luta pela anistia, como das manifestações acerca do caráter limitado do projeto de Lei de Anistia, encaminhado ao Congresso Nacional pelo Gal. João Batista Figueiredo em 27 de junho de 1979:

Os professores universitários gaúchos também se pronunciaram contrariamente às restrições do projeto de Lei de Anistia. Uma comissão de professores da UFRGS, em conjunto com professores que foram expurgados arbitrariamente nos anos de 1964 e 1969, enviou um documento ao Congresso Nacional e para [...] Assembleia Legislativa do Estado. Além disso, foi elaborado um livro contando a história dos expurgos na UFRGS, que foi lançado antes da aprovação da Lei de Anistia. (RODEGUERO, 2011, p. 200).

Em síntese o projeto de Lei em discussão no Congresso Nacional concedida a anistia:

[...] a todos que tinham cometido crimes políticos ou conexos, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da administração pública [...], aos poderes Legislativo e Judiciário ou aos militares que foram punidos com fundamento em atos institucionais ou complementares. Eram excluídos [...] aqueles que cometeram crimes de “terrorismo” [...] (RODEGUERO, 2011, p. 191).

Sendo assim, as principais limitações daquele projeto reclamadas por esses setores diziam respeito basicamente duas questões. Uma se referia à exclusão daqueles considerados “terroristas”. É preciso lembrar que a definição de “terrorismo”, bem como a de “crime político” era feita pelo próprio regime de exceção, com base na DSN. Não estava em questão o “terrorismo de Estado” de que nos fala Enrique Serra Padrós. O outro ponto bastante discutido antes, durante, depois da aprovação e implementação da Lei de Anistia, estendendo-se até os dias de hoje, diz respeito aos “crimes conexos”. Conforme demonstra Rodeguero (2011), os manifestantes em prol da anistia interpretavam, em 1979, “[...] que a medida atingiria todos os membros do aparato repressivo que, a serviço da ditadura,

torturaram, mataram, sequestraram e fizeram desaparecer centenas de pessoas” (RODEGUERO, 2011, p.191).

No início de 1984, organizava-se no Brasil inteiro a grande campanha pelas eleições diretas para Presidente. Vale lembrar que a carta do Prof. Ohlweiler foi escrita em março. O comício pelas *Diretas Já* em Porto Alegre, que reuniu mais de 200.000 pessoas no dia 13 de abril, estava sendo amplamente preparado. A mobilização popular havia conquistado a anistia, mesmo que ainda sujeita a críticas, e a ditadura civil-militar estava no seu fim. Segundo Silva: “[...] o movimento das Diretas abriu caminho para a restauração da Democracia no Brasil. Foi o despertar de toda uma nação que [...] com coragem e determinação enfrentou e resistiu a ditadura civil-militar. O povo brasileiro deu uma aula de cidadania” (SILVA, 2013, p.46).

O problema é que, ao que tudo indica, a Universidade, institucionalmente, parece ter gazeado essa aula de cidadania. Excetuando-se as iniciativas de pessoas, grupos ou setores, a UFRGS não teve a mesma coragem e determinação de olhar para si mesma.

A partir da Lei de Anistia, alguns docentes afastados retornaram à Universidade. Outros nunca mais quiseram ou puderam voltar. O fato é que, apesar de esforços, iniciativas e algumas conquistas no sentido de localizar os documentos relativos à repressão na UFRGS:

[...] parte dos docentes expurgados em 1964 e 1969 já faleceu, sem nunca ter recebido qualquer explicação, por parte da universidade, acerca dos reais motivos de terem sido punidos. [...] Há grande expectativa, assim, no sentido de que os remanescentes dos expurgados possam receber, o mais breve possível, um retorno consistente e oficial da universidade a que dedicaram boa parte de sua vida profissional, retorno esse que não pode ser dado de outra forma senão através da abertura irrestrita de seus arquivos. Não basta a disponibilização limitada aos interessados diretos, o que é importante, mas insuficiente. É imprescindível que, pelo menos, historiadores e demais pesquisadores vinculados à temática também possam ter acesso a tais documentos, sem o que não se avançará no assunto (MANSAN, 2009, p 288).

As considerações finais da dissertação de Mansan (2009), após uma análise ampla, criteriosa e consistente a respeito dos expurgos de professores na UFRGS, reverberam as solicitações expressas na carta do Prof. Ohlweiler. Vinte e cinco anos separam esses textos. Algumas perguntas respondidas, outras tantas a responder.

A Aula Magna da UFRGS realizada no dia 07 de maio de 2013 teve como tema “Comissão Nacional da Verdade<sup>35</sup>” e foi proferida por Cláudio Lemos Fonteles. Durante a atividade, foi anunciado pelo reitor, Prof. Carlos Alexandre Netto, que

A UFRGS terá uma comissão da verdade com participação de todos os segmentos que fazem esta Universidade. A academia não se furta do papel de colaborar com esclarecimento de uma parte obscura de nossa história. Uma forma, também, de homenagear todos aqueles que dedicaram sua vida à luta por um país mais justo e democrático (NETTO, 2013 *apud* UFRGS, 2014, doc. eletr)

Ainda em maio, foi criado o **Comitê Ary Abreu Lima da Rosa pela Memória e a Verdade na UFRGS**, por iniciativa da Associação dos Pós-Graduandos da UFRGS (APG-UFRGS) e participação de entidades dos outros segmentos. O Comitê elaborou uma proposta sobre a criação e o funcionamento da Comissão da Verdade na UFRGS para encaminhar à Reitoria (COMITÊ..., 2014, doc. eletr.). Perceber a contemporaneidade dessa discussão é um passo fundamental para compreender a atualidade da carta do Prof. Otto Alcides Ohlweiler.

### 3.4 Percursos de Honrarias em Contexto

Segundo a carta, o Prof. Ohlweiler não teria recusado o título de Professor Emérito. A argumentação expressa foi no sentido de que a Universidade não reunia as condições necessárias para que este título fosse recebido por ele. Assim, por motivos políticos e de solidariedade aos colegas vitimados pela repressão dentro da UFRGS, teria sido solicitado o adiamento de sua outorga sem data prevista.

Ao solicitar o adiamento por tempo indeterminado do recebimento do título, o texto da carta utiliza o exemplo de Erico Verissimo. Conforme consta, o escritor não teria aceitado o título de Doutor *Honoris Causa*, oferecido pela mesma Instituição, por motivos políticos semelhantes.

O *site* do CONSUN disponibiliza<sup>36</sup> um arquivo com a relação de Títulos Honoríficos Outorgados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (TÍTULOS HONORÍFICOS, 2014):

<sup>35</sup> Segundo Simone Rodrigues Pinto (2010), as comissões de verdade constituem-se em uma das alternativas de justiça transicional, pois “[...] buscam estabelecer um amplo cenário dos acontecimentos ocorridos durante o período de repressão política ou guerra civil, esclarecendo eventos obscuros e permitindo que o amplo debate varra da sociedade o silêncio e a negação das dores do período da história a que diz respeito” (PINTO, 2010, p. 130).

<sup>36</sup> Em 2013 consegui acessar este documento diretamente no site do CONSUN. Já em 2014, acessei novamente o documento, buscando pelo título, pois já não estava disponível de forma direta. No dia 17 de outubro de 2014, em contato telefônico com André Schneider, Assessor do CONSUN, obtive a informação de que o arquivo teria sido retirado do ar e não deveria estar disponível, exatamente para que fossem feitas correções.

FIGURA 10 - Títulos Honoríficos: Cabeçalho

TÍTULOS HONORÍFICOS OUTORGADOS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (mediante decisão do Conselho Universitário)				
Convenções: PHC – Professor Honoris Causa DHC – Doutor Honoris Causa BEN – Benemérito PE – Professor Emérito FE – Funcionário Emérito				
Nome	Unidade	Título	Decisão	Sessão Solene
Getúlio Dorneles Vargas		PHC	11.03.40	14.11.40

Fonte: CONSUN

Os títulos de “Professor *Honoris Causa*” e “Benemérito”, mencionados na Figura 10, devem ter caído em desuso. De acordo com o art. 81 do Estatuto da UFRGS em vigor, que trata “Das Distinções Universitárias”, poderão ser outorgados pelo CONSUN apenas os títulos de:

- I - Professor Emérito, a seus professores aposentados que tenham alcançado posição eminente no ensino, na pesquisa ou na extensão;
- II - Doutor *Honoris Causa*, a personalidades que se tenham distinguido na vida pública ou na atuação em prol do desenvolvimento da Universidade, do progresso das ciências, das letras e das artes;
- III - Funcionário Emérito, a seus servidores técnico-administrativos aposentados que tenham se distinguido por seu trabalho na Universidade, nas mais diversas áreas de atuação. (UFRGS, Estatuto, 1994, p. 18)

Para exemplificar a importância dada a tais reconhecimentos honoríficos emanados da Universidade, vale citar que o primeiro nome da lista é o do Ex-Presidente da República Getúlio Vargas. O título de Professor *Honoris Causa* foi recebido por ele no salão nobre da Faculdade de Medicina, em sessão solene da Assembleia Universitária (SOARES; SILVA, 1992). Isso ocorreu em 14 de novembro de 1940, em plena vigência, portanto, do Estado Novo. Na época, o reitor da Universidade<sup>37</sup> era o Prof. Ary de Abreu Lima.

Atendendo às minhas intenções iniciais de busca, esse documento indicou a confirmação das duas situações referidas na carta do Prof. Ohlweiler. Junto ao nome de Erico Verissimo consta o número e a data da decisão do CONSUN de conceder-lhe, de fato, o título de Doutor *Honoris Causa*. No entanto, o espaço destinado à data da sessão solene de outorga do título está em branco (FIGURA 11).

<sup>37</sup> Denominada Universidade de Porto Alegre (UPA) desde sua fundação em 1934. Passou a adotar a designação Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) em 1947.

**FIGURA 11 - Títulos Honoríficos 2: Erico Verissimo**

Gen. Emilio Garrastazu Médici	DHC	51/70 - 11.06.70	20.10.70
Érico Veríssimo	DHC	61/73 - 23.10.73	

Fonte: Adaptado do CONSUN

O mesmo ocorre na indicação do título oferecido ao Prof. Ohlweiler (FIGURA 12). Estão discriminados o nome, a Unidade (Instituto de Química), a data e o número da decisão do CONSUN que lhe concede o título de Professor Emérito. Não aparece, entretanto, a data da sessão solene em que o título teria sido recebido.

**FIGURA 12 - Títulos Honoríficos 3: Otto Alcides Ohlweiler**

Otto Alcides Ohlweiler	Instituto de Química	PE	146/83 - 01.12.83
------------------------	----------------------	----	----------------------

Fonte: Adaptado do CONSUN.

Esse seria mais um indicativo de que ambos os títulos não foram recebidos, sem, no entanto, esclarecer os motivos. Inicialmente, cheguei a supor que a não divulgação da data da sessão nesse documento poderia ser interpretada como uma confirmação de que os títulos não tivessem sido outorgados. Posteriormente, percebi que esse dado deve ser visto como mais um indício, não uma confirmação. No entanto, o não recebimento do título por Erico Verissimo, pelas razões esposadas pelo Prof. Ohlweiler, foi confirmado por Fernanda Verissimo, Luis Fernando Verissimo e Maria da Glória Bordini, por meio de correio eletrônico, em outubro de 2014.

O fato de o espaço destinado à data da sessão estar em branco pode significar que não houve sessão ou, simplesmente, que o espaço não foi preenchido. Outro exemplo do não registro da sessão solene de entrega do título é o caso do Prof. Elyseu Paglioli, importante ex-reitor da Universidade (FIGURA 13).

**FIGURA 13 - Títulos Honoríficos 4: Elyseu Paglioli**

Nome	Unidade	Título	Decisão	Sessão Solene
Elyseu Paglioli	Faculdade de Medicina	PE	02/74 - 18.01.74	

Fonte: Adaptado do CONSUN

O Prof. Elyseu Paglioli era neurocirurgião e catedrático da Faculdade de Medicina de Porto Alegre (SOARES; SILVA, 1992). Foi prefeito da Capital em 1951 e assumiu o Reitorado da UFRGS em 1952. Em setembro de 1962, foi indicado

como Ministro da Saúde do presidente João Goulart (Jango), cargo que ocupou durante o período parlamentarista desse governo. Em fevereiro de 1963, retornou à Reitoria da Universidade.

Logo após o Golpe de 1964, Paglioli foi afastado da Reitoria. Alguns indícios apontam para uma saída por iniciativa própria, outros para a existência de fortes pressões como determinantes. De qualquer maneira, diante de sua grande vinculação com o trabalhismo, parece bastante plausível que tenha sido, de um modo ou de outro, afastado do cargo em função dos acontecimentos de abril de 1964. (MANSAN, 2009, p.80-81).

Por esses indicativos, não parece demais afirmar que, em 1964, houve uma interrupção abrupta dos caminhos pensados para a Universidade.

Aliás, conforme mostram as Figuras 10, 11, 12 e 13, a relação de Títulos Honoríficos oferecidos pelo CONSUN, recebidos ou não, mereceria por si só um estudo aprofundado. Pelo pouco que expus aqui, é possível perceber que desde o início, quando foi outorgado o primeiro título em 1940, as motivações da Universidade para a concessão dessas honrarias não se restringiram ao mérito acadêmico dos homenageados. Fatores de ordem política também influenciaram nessas escolhas. Da mesma forma, a interpretação do que seria a “atuação em prol do desenvolvimento da Universidade, do progresso das ciências, das letras e das artes”, foi feita de diferentes maneiras, inclusive antagônicas, pelos membros da Universidade que efetivaram essas escolhas.

Um exemplo disso foi o título de Doutor *Honoris Causa* concedido anteriormente ao de Erico Verissimo (FIGURA 11). O Gen. Emilio Garrastazu Médici, à frente do governo federal desde 30 de outubro de 1969, recebeu a honraria em 20 de outubro de 1970, pela Decisão nº 51/70 do Conselho Universitário. No mesmo sentido, o Conselho Universitário, em 04 de agosto de 1967, já havia decidido conceder o título de Professor *Honoris Causa* ao Mal. Arthur da Costa e Silva (Decisão nº 64/67).

Foi necessário observar os títulos concedidos a esses dois militares nos momentos em que governavam o País com alguma atenção. Mesmo sendo o período de maior arbitrariedade infligido pela Ditadura Civil-Militar, o Conselho Universitário da UFRGS entendeu que o Mal. Costa e Silva e o Gal. Médici eram merecedores dos títulos de Professor *Honoris Causa* e Doutor *Honoris Causa*, respectivamente.

Outro fato merece ser relatado sobre essas decisões do CONSUN. Os documentos que concedem os títulos ao escritor Erico Verissimo, ao Prof. Ohlweiler

e ao Prof. Paglioli referem pareceres emitidos por Comissões Especiais, constituídas para esse fim. Já as decisões referentes aos militares no exercício do poder não foram baseadas em parecer. Nem sequer houve constituição de Comissão Especial para analisar o assunto. São citados apenas os processos que deram início à proposição das honrarias.

Assim, “por unanimidade”, o título de Professor *Honoris Causa* foi concedido pelo Conselho Universitário “ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal ARTHUR DA COSTA E SILVA” na Decisão nº 64/67, com a assinatura do Prof. José Carlos Fonseca Milano. Por sua vez, a Decisão nº 51/70, assinada pelo Prof. Eduardo Zácara Faraco, resolveu:

Aprovar integralmente os termos do Ofício nº 308/70-GAB, de 15-5-70, do Sr. Reitor, e, conseqüentemente, conceder, **por aclamação**, o título de Doutor “honoris causa” ao Exmo. Sr. General EMILIO GARRASTAZU MÉDICI, **preclaro** Presidente da República Federativa do Brasil. (UFRGS. CONSUN, Decisão nº 51/70. Grifo meu).

O que depreender das expressões “por unanimidade”, “por aclamação” e “preclaro”, utilizadas nesse contexto? Como explicar, nesses termos, a concessão aos ditadores citados de honrarias destinadas “[...] a personalidades que se tenham distinguido na vida pública ou na atuação em prol do desenvolvimento da Universidade, do progresso das ciências, das letras e das artes”? Pois, se o que se desenvolveu sob sua batuta foi a intervenção nas Universidades, a repressão e os expurgos, numa afronta incontestada da autonomia universitária? O que mais progrediu, senão o controle das ciências e a censura sobre as letras e as artes?

O aprofundamento dessa discussão não é o foco deste trabalho. Os elementos citados servem apenas para demonstrar que, na medida em que se transforma a conjuntura política e social mais ampla, mudam também os critérios das mercês honoríficas concedidas pela Universidade. As honrarias, portanto, não estão imunes ao momento histórico, mas são também seus reflexos.

É claro que, mesmo durante períodos políticos mais conturbados, houve muitos agraciados com esses títulos que os receberam por sua importância acadêmica. Muitos homenageados, de fato, contribuíram para o desenvolvimento da Universidade, das ciências e das artes, independentemente de seu recebimento. Refiro apenas os casos do Prof. Paglioli e do escritor Erico Veríssimo para me limitar aos citados. Tais exemplos, no entanto, não invalidam a constatação de que esses não foram sempre os critérios utilizados. A Universidade valeu-se também de outras motivações para conceder essas honrarias, transformando algumas em verdadeiros

“manifestos” de alinhamento político, como foi o caso do título concedido ao Gal. Médici. Por que estranhar, então, que o não recebimento de tal honraria seja também movido por razões políticas, constituindo-se num manifesto de outro tipo?

## 4 O REMETENTE

Buscando responder à indagação “quem é este professor que assume uma postura de crítica tão contundente às medidas adotadas pela Universidade em determinados contextos políticos?”, este capítulo dedicou-se a conhecer um pouco mais da trajetória de vida do Prof. Ohlweiler. Ao evidenciar caminhos trilhados por ele dentro e fora da UFRGS, procurei obter elementos que me permitissem compreender sua posição em 1984, que gerou a carta em questão. Intencionei verificar, também, se existem pontos de entrelaçamento entre sua trajetória e memórias de pessoas e/ou setores vinculados à UFRGS, ou à própria história da instituição.

O Prof. Ohlweiler, remetente da carta que gerou este estudo, completaria neste ano um século de vida. Em virtude da pesquisa, tive o prazer de conhecer a artista plástica Regina Ohlweiler, sua filha, ainda no final de 2013. Regina Ohlweiler conversou comigo e concedeu-me uma entrevista valiosa, permitindo-me o acesso ao acervo pessoal do Prof. Ohlweiler, que está sob sua guarda. A partir de nossas conversas, ela motivou-se a produzir um rico material biográfico a respeito de seu pai, com imagens e documentos do acervo, tornando-o disponível através de um *blog* na *internet*<sup>38</sup>. Sendo assim, as informações constantes neste capítulo terão como eixo central esse relato biográfico realizado por sua filha.

Otto Alcides Ohlweiler nasceu no dia 31 de outubro de 1914 em Porto Alegre, cidade em que sempre residiu e onde veio a falecer no dia 02 de setembro de 1991, vítima de câncer. Oriundo de uma família de classe média de origem alemã, era filho do comerciante Otto Carlos Augusto Ohlweiler e de Rosa Regina Fett Ohlweiler. De seu casamento com Ondina Siqueira Ohlweiler, nasceram as duas filhas, Maria Rosa Ohlweiler Barbosa e Maria Regina Ohlweiler, citada neste trabalho como Regina Ohlweiler, seu nome artístico:

[Otto Alcides Ohlweiler] Contraiu poliomielite nos primeiros anos de vida, o que lhe deixou sequela nas duas pernas e no braço direito. [...] Apesar da fragilidade física, gostava de acampar, caçar e pescar. Desde cedo mostrou interesse pela filosofia, pela política e pelas ciências exatas. (OHLWEILER, 2014, doc. eletr.)

No trecho acima, a filha escreve sobre uma de suas características mais marcantes: a versatilidade. Sua personalidade polivalente já se evidencia pelo

---

<sup>38</sup> Disponível em: <<http://ottoalcidesohlweiler.blogspot.com.br>>. Acesso em: 31 out. 2014.

envolvimento tanto nas diversas atividades intelectuais, quanto em práticas consideradas esportivas. Além disso, seu interesse demonstrado “desde cedo” por diferentes de áreas de conhecimento, tais como Filosofia, Política e Ciências Exatas, foi uma das marcas mais importantes de sua trajetória. Segue um primeiro conjunto de imagens (FIGURAS 14, 15 E 16) que ilustram algumas dessas “facetas” do Prof. Ohlweiler.

**FIGURA 14** - Ohlweiler lendo a *Revista do Globo*



**FIGURA 15** - Ohlweiler caçando marrecos, 1940



**FIGURA 16** - Ohlweiler com a esposa, anos 1950



Fonte: Acervo Pessoal da família Ohlweiler, disponível em <<http://ottoalcidesohlweiler.blogspot.com.br>>.

Otto Ohlweiler concluiu seu Curso Ginásial em 1931, no Colégio Anchieta (OHLWEILER, 2014). Segundo consta no parecer da Comissão Especial do CONSUN<sup>39</sup>, naquele Colégio, Ohlweiler teria sido aluno de importantes professores de diferentes áreas, impulsionando seus estudos e interesses diversificados. Dentre outros, são citados o naturalista Pe. Balduino Rambo e o filósofo Pe. Werner v.u.z. Mühlen. “E foi nesse mesmo Colégio Anchieta que conheceu e passou a admirar a figura do Prof. Luis Leseigneur de Faria, o qual, mais tarde, viria a ser seu Diretor na Escola de Engenharia de nossa Universidade” (Processo 43.157/82, fl.19).

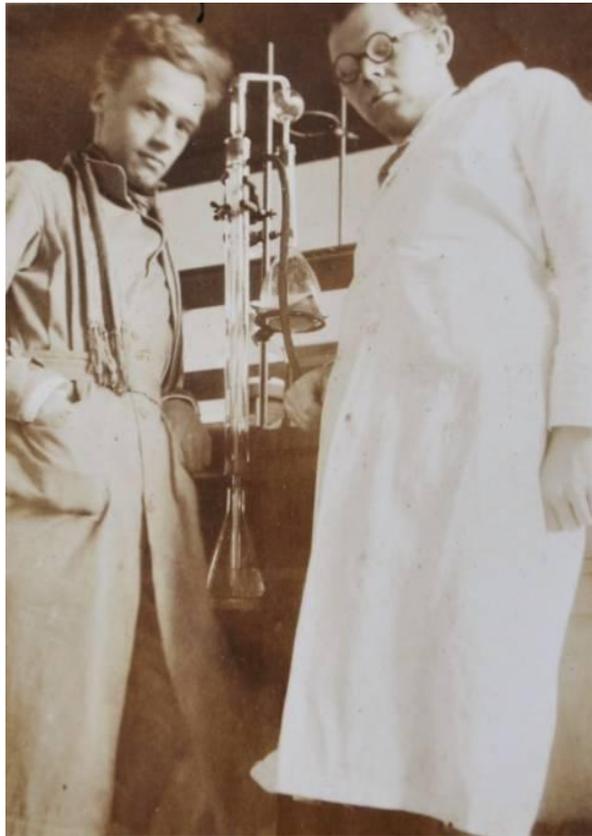
Posteriormente, ingressou no Curso de Química Industrial da Escola de Engenharia de Porto Alegre. O “Curso de Química Industrial”, criado em 1920, havia iniciado suas atividades em 1921, tendo como diretor-chefe o Prof. Leovegildo Paiva. O prédio em que Ohlweiler estudou e exerceu boa parte de suas atividades

<sup>39</sup> Em que pesem os pontos de que o Prof. Ohlweiler discorda desse parecer, devidamente explicitados na carta, ele também manifesta sua concordância com a maior parte do texto, motivo pelo qual optei por sua utilização neste capítulo. O parecer da Comissão do Instituto de Química também foi amplamente utilizado.

profissionais foi inaugurado em 08 de junho de 1926, com a presença do então Presidente da República Washington Luis, para abrigar o “Instituto de Química Industrial” (MELO; COSTA, 1984). Esse instituto integrava a abrangente estrutura da Escola de Engenharia de Porto Alegre.

A Escola de Engenharia, fundada em 1896, “[...] trazia em si o germe de uma grande organização, uma verdadeira Universidade Técnica [...], com amplos efeitos na vida econômica e no ambiente cultural de nosso Estado” (PAGLIOLI, 1964, p.82). Essa complexa organização da Escola de Engenharia, de que falava o Prof. Paglioli (1964), foi “[...] reconhecida sob o nome de Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, pelo Decreto Federal 20.272, de 03 de agosto de 1931” (SOARES; SILVA, 1992, p.29-30).

**FIGURA 17** - Ohlweiler estudante do Curso de Química Industrial, 1934.



Fonte: Acervo Pessoal da família Ohlweiler, disponível em <<http://ottoalcidesohlweiler.blogspot.com.br>>.

Na imagem acima (FIGURA 17), Ohlweiler aparece ao lado do colega Oscar Maximiliano Homrich<sup>40</sup> em um laboratório da Escola de Engenharia no mítico ano de 1934, nascimento da UFRGS. Em 28 de novembro daquele ano, através do Decreto Estadual 5.758, foi criada a Universidade de Porto Alegre (UPA), à qual a Escola de

<sup>40</sup> Oscar Maximiliano Homrich foi o primeiro Diretor do ICTA/UFRGS, Professor Emérito por aquele Instituto e pela Escola de Engenharia em 1979.

Engenharia seria incorporada, assim como outros estabelecimentos (SOARES; SILVA, 1992). Com o intuito de integrar estabelecimentos do interior, a Universidade de Porto Alegre (UPA) passou a Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) a partir da Constituição Estadual de 1947, originando a instituição que hoje conhecemos como UFRGS (SOARES; SILVA, 1992). Por isso, neste mês de novembro de 2014, a UFRGS, nascida UPA, comemora seus 80 anos de aniversário, sendo uma instituição com mais de 100 anos de história. Essa observação é importante, pois assinala que a relação de Otto Ohlweiler com a UFRGS iniciou há mais de 80 anos. Na condição de aluno, ele viu a UPA nascer.

A placa mural dos formandos da turma de Ohlweiler é exposta ainda hoje nos corredores do Instituto de Química da UFRGS. É interessante observar que essa placa contém a inscrição “CHIMICOS INDUSTRIAES DE 1935” (FIGURA 18).

FIGURA 18 - Painel Mural de Formandos, 1935.



Fonte: Instituto de Química/UFRGS - Foto de Cesar Petzhold.

O Conselho Federal de Química disponibiliza em sua página na *internet* o acesso à legislação pertinente à profissão de químico no Brasil, cujo documento mais antigo é o Decreto nº 24.693, de 12 de julho de 1934. O segundo documento, o Decreto nº 57, de 20 de fevereiro de 1935, “*Approva o regulamento para a execução do decreto n. 24.693, de 12 de julho de 1934, que dispõe sobre o exercicio da profissão de chimico*”<sup>41</sup> (CONSELHO, 2014, doc. eletr.). Assim, o ano de 1934 marcou simultaneamente a história da UFRGS e da profissão de químico. Ohlweiler, testemunhou isso, participando da consolidação de ambas.

<sup>41</sup> O texto do Decreto nº 57/1935, disponibilizado pela Subsecretaria de Informações do Senado Federal e pelo Conselho Federal de Química, obedece ao sistema ortográfico misto.

No dia 18 de setembro de 1935, foi publicada no *Jornal da Manhã* a matéria *A formatura dos Estudantes da Escola de Engenharia*. Conforme a notícia, a solenidade seria realizada no Salão Nobre da Biblioteca Pública, integrando os festejos do Centenário Farroupilha (A FORMATURA..., 1935).

Daqueles jovens formandos da Escola de Engenharia em 1935, vários gravaram seu nome na história da UFRGS e do Rio Grande do Sul em diferentes áreas. Otto Alcides Ohlweiler (FIGURA 19) também deixou sua marca. Academicamente, destacou-se no desenvolvimento da própria Química, como campo de ensino e pesquisa. Seus trabalhos científicos alcançaram reconhecimento nacional e internacional, sendo referência até hoje.

**FIGURA 19** - Ohlweiler graduado em Química Industrial em 1935



Fonte: Instituto de Química/UFRGS - Detalhe da Foto de Cesar Petzhold.

Acerca da formatura em Química Industrial a matéria menciona os nomes dos graduandos e estampa suas fotos, da mesma forma que foi feito em relação aos formandos dos outros cursos da Escola de Engenharia. Os novos químicos industriais a partir daquela data seriam Bernardo Carnos, Franklin Jorge Gross, Oscar Maximiliano Homrich e Otto Alcides Ohlweiler<sup>42</sup> (MELO; COSTA, 1984).

Por engano do *Jornal*, entretanto, o nome de Ohlweiler, além de grafado de forma equivocada<sup>43</sup>, identifica a foto de Franklin Jorge Gross. Já a legenda de sua foto traz o nome daquele colega (FIGURA 20). Da mesma forma, aparecem trocados os nomes de Bernardo Carnos e Oscar Maximiliano Homrich. No texto da matéria

<sup>42</sup> Em algumas fontes seu nome é escrito como "Ohlleiller". Optei por utilizar neste trabalho a grafia com que ele próprio assinou a carta que gerou a pesquisa: "Otto Alcides Ohlweiler".

<sup>43</sup> Conforme a FIGURA 20, na legenda da foto de Franklin J. Gross, está escrito "Oto Alcides Oseilweiler".

está escrito de forma correta “Otto Alcides Ohlweiler”.

**FIGURA 20** - Formandos em Química Industrial, 1935  
- *Jornal da Manhã*



Fonte: *Jornal da Manhã*, 18/09/1935/AO

**FIGURA 21** - Formandos em Química Industrial, 1935  
- Instituto de Química



Fonte: Detalhe da Foto de Cesar Petzhold.

O equívoco da identificação das fotos pode ser facilmente percebido pela imagem deste outro detalhe da placa mural dos formandos de 1935 (FIGURA 21).

No ano seguinte à sua formatura, Ohlweiler iniciou a carreira docente no Instituto de Química Industrial da Escola de Engenharia (FIGURA 22).

**FIGURA 22** – Ohlweiler, Professor Assistente na Escola de Engenharia, julho de 1940.



Fonte: Acervo Pessoal da família Ohlweiler, disponível em <<http://ottoalcidesohlweiler.blogspot.com.br>>.

Ohlweiler dedicou toda sua vida profissional à carreira docente na Universidade, onde desempenhou primordialmente as atividades de ensino e pesquisa, tendo contribuído, também, em algumas funções administrativas. Em abril de 1936, Otto Ohlweiler foi investido como Assistente da Cátedra<sup>44</sup> de Química Geral e Inorgânica da Escola de Engenharia, a convite do titular, o Prof. Bernardo Geisel<sup>45</sup> (Processo 43.157/82, fl. 21). Permaneceu nesse cargo até maio de 1949. Com o desmembramento daquela cadeira, assumiu, em caráter interino, a regência da Cátedra de Química Analítica da Escola de Engenharia de junho de 1944 até maio de 1949 (Idem, fl. 4). Em março de 1949, Ohlweiler foi aprovado no concurso de provas e títulos, passando, assim, a professor catedrático de **Química Analítica Quantitativa** da Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul.

FIGURA 23 – Ohlweiler, aprovado com distinção no concurso para catedrático



Fonte: Acervo Pessoal da Família Ohlweiler.

<sup>44</sup> Conforme o sistema de cátedras vigente no período, havia um professor titular, catedrático, investido no cargo vitalício através do concurso de provas e títulos. Ele mantinha o domínio didático da cátedra e escolhia seus auxiliares, cujo contrato poderia ser ou não renovado. Os professores auxiliares dos catedráticos recebiam diferentes designações, dependendo de sua função e da estrutura administrativa. Poderiam ser “instrutores de ensino”, “chefes de laboratórios”, “assistentes”, “auxiliares de ensino”, entre outros (FÁVERO, 2000).

<sup>45</sup> O Prof. Bernardo Geisel havia sido um dos dois formandos da primeira turma do Curso de Química Industrial em 1923. Foi Diretor do Instituto de Química Industrial (1935-1937), sendo substituído por Otto Alcides Ohlweiler em 1937. Um de seus três irmãos militares, o Gal. Ernesto Geisel, viria ser Presidente da República de 1974 a 1979, substituindo o Gal. Médici, ainda no período ditatorial.

O excelente resultado de sua prova - 9,78, a maior média alcançada na Escola de Engenharia - rendeu-lhe muitos cumprimentos e homenagens. A esse respeito, foi publicada uma nota em um jornal de Porto Alegre (FIGURA 23). Infelizmente, o recorte não fornece o nome do periódico. Conforme as normas da época, a aprovação nesse concurso para a cátedra rendeu-lhe “[...] o grau de Doutor, conferido pela Escola de Engenharia da URGs, em 10 de agosto de 1959” (Processo 43.157/82, fl. 4). O ano de 1947, além de modificar o nome da Universidade em que Ohlweiler iria assumir como catedrático, é de extrema relevância na sua vida por outros motivos, como se verá adiante.

Paralelamente às funções desempenhadas na Escola de Engenharia, exerceu atividade docente também na Faculdade de Filosofia. Lá ingressou em 1942 como Assistente da Cátedra de Química Geral e Inorgânica<sup>46</sup>, também regida pelo Prof. Bernardo Geisel. Com seu afastamento em 1954, Ohlweiler assumiu a regência da cadeira. Conforme dispositivo legal, por ter o título de Doutor, foi “[...] nomeado Professor Adjunto daquela cátedra da Faculdade de Filosofia, ocupando-a como regente até sua aposentadoria” (Processo 43.157/82, fl.22), que ocorreu em janeiro de 1968. Portanto, em dezembro de 1968, quando foi decretado o AI-5, ocasionando, entre outros desdobramentos, os expurgos de professores em 1969, o Prof. Ohlweiler já estava aposentado da Cátedra na Faculdade de Filosofia.

Na Escola de Engenharia, Ohlweiler permaneceu como titular de sua cadeira até 1970, quando o Instituto de Química foi transformado em unidade acadêmica, no contexto da Reforma Universitária de 1968<sup>47</sup>. Assim, a partir de 1970, esteve lotado no Instituto de Química (IQ) da UFRGS, como Professor Titular de Química Analítica Quantitativa, integrando a Comissão de Carreira de Química até 1978, ano em que se aposentou. Cumpriu também diferentes funções administrativas na Escola de Engenharia, dentre as quais a de Assistente Chefe<sup>48</sup> do Instituto de Química Industrial, de 1937 a 1940, e a de membro do Conselho Técnico Administrativo, entre 1952 e 1959.

Ambas as comissões que opinaram acerca da concessão do título<sup>49</sup> referem em seus pareceres que, na reunião do dia 28 de maio de 1978, o Prof. Ohlweiler

---

<sup>46</sup> O parecer da Comissão da Congregação do IQ refere “cadeira de Química Geral e Inorgânica e Química Analítica” (Processo 43.157/82,, fl. 4).

<sup>47</sup> A respeito da Reforma Universitária de 1968, consultar a dissertação **A Reforma Universitária de 1968 e o Processo de Reestruturação da UFRGS (1964-1972): uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura civil-militar brasileira**, de Janaína Dias Cunha (2009).

<sup>48</sup> Equivalente a Diretor do Instituto de Química Industrial, pertencente à Escola de Engenharia na época.

<sup>49</sup> A Comissão da Congregação do Instituto de Química e a Comissão Especial do CONSUN, já referidas.

teria recebido da Congregação da Escola de Engenharia um significativo “voto de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados” àquela Escola. O parecer da Comissão do CONSUN ainda afirma que, por esse motivo, a Escola de Engenharia estaria associada à proposição do Instituto de Química de conceder-lhe o título de Professor Emérito (Processo 43.157/82, fl.17).

Em 1982, quando a Congregação do IQ propôs que lhe fosse outorgado o título, ele atuava no Instituto como Pesquisador, com regime de 40h (MELO; COSTA, 1984). Na ocasião, ele era pesquisador bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na categoria de Pesquisador 1-A<sup>50</sup>, e pertencia à “[...] Comissão Técnico-Científica do Instituto de Química da UFRGS, criado para gerir o Projeto Especial de Química” (Processo 43.157/82, fl. 5).

No entanto, a referência unânime sobre sua maior dedicação e contribuição profissional foi, de fato, ao trabalho de ensino e pesquisa. Como docente, diferenciou-se por seu perfil autodidata<sup>51</sup>, publicando diversas obras didáticas de Química, amplamente utilizadas em universidades do Brasil. Nesse sentido, é considerado um pioneiro no campo da Química Analítica, pois, até pouco tempo, não existiam outros textos de autores nacionais, ou escritos originalmente em português.

Também no Campo da Pesquisa, o Professor Otto Alcides Ohlweiler marcou seu pioneirismo, pois, sem dispor de uma Instituição com tradição de pesquisa, nem de infra-estrutura adequada, conseguiu, mercê da qualidade científica de seus trabalhos, a publicação de 25 deles em periódicos nacionais e 18 em periódicos estrangeiros de renome internacional (Processo 43.157/82, fl. 6).

É importante perceber que no período em que Ohlweiler “abriu caminhos” para o ensino e a pesquisa nacional em Química, especialmente no âmbito da UFRGS, as condições para isso não eram as mais favoráveis. Por isso, as características de autodidatismo e pioneirismo de seu trabalho são constantemente citadas. O parecer da Congregação do IQ relaciona cinquenta títulos publicados no campo da Química desde 1949 até 1981, entre livros didáticos e/ou teóricos, artigos científicos em periódicos nacionais e estrangeiros. Seu primeiro artigo publicado em periódico estrangeiro data de 1953. Ainda conforme esse parecer, sua participação em vários Congressos Brasileiros de Química, promovidos pela Associação Brasileira de Química, ocorreu sempre com apresentação de trabalhos. Um desses

<sup>50</sup> A categoria de Pesquisador 1-A era naquele momento a mais alta do CNPq. Conforme alguns entrevistados, o Prof. Ohlweiler deve ter sido um dos primeiros bolsistas pesquisadores dessa categoria na UFRGS.

<sup>51</sup> A característica de autodidatismo associada a Ohlweiler é constantemente citada em diferentes fontes, referendo-se a áreas do conhecimento diversificadas.

foi premiado como melhor trabalho de Química Analítica no XVIII Congresso Brasileiro de Química (Processo 43.157/82, fl. 9).

Com uma rápida busca no SAbi, catálogo do Sistema de Bibliotecas da UFRGS, é possível perceber que, pelo menos, dezoito bibliotecas desse sistema disponibilizam títulos de Otto Ohlweiler. O interessante é que as obras não se limitam a áreas como as de Química, Engenharia, Física ou Farmácia. Elas abrangem, entre outras, Arquitetura, Psicologia, Artes, Ciências Econômicas, Educação, Ciências Sociais e Humanidades. Volto assim a uma importante característica de Otto Alcides Ohlweiler, já citada neste trabalho: a versatilidade.

Ao lado da inclinação pela Química, campo em que construiu toda a sua carreira profissional, Ohlweiler manteve sempre o interesse por outras áreas. O início do esboço biográfico publicado pela filha Regina já explicita isso: “[...] foi um químico, político e escritor brasileiro” (OHLWEILER, 2014, doc. eletr.). Conforme visto anteriormente, no texto de sua carta, ao discutir o parecer emanado da Comissão Especial do CONSUN, Ohlweiler reafirma “[...] sua longa militância na corrente de pensamento marxista, que vem desde os tempos da ditadura getuliana” (OHLWEILER, 1984, fl. 4). Assim, para a compreensão de seu posicionamento em 1984 a respeito da outorga do título, ainda mais levando em conta o contexto geral, é necessário conhecer também sua trajetória política.

No início dos anos 1940, quando o mundo enfrentava a II Guerra Mundial, Ohlweiler posicionou-se claramente contrário às forças militares do Eixo e às suas concepções nazi-fascistas. Publicou vários artigos no jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em que abordava temas políticos e filosóficos. Burlando a censura do Estado Novo, tratava desses assuntos, dentre outros.

Nesta mesma época, à frente de um grupo de intelectuais democratas, organizou a Associação de Diplomados pela Universidade de Porto Alegre - de que foi presidente -, e que patrocinou a realização de numerosas conferências de orientação anti-fascista e em prol da restauração das liberdades democrático-burguesas no país.<sup>52</sup> (ADUFRGS, 1988/ Acervo Pessoal).

Infelizmente, não localizei outros dados acerca dessa Associação de Diplomados pela UPA, certamente a precursora das entidades de ex-alunos ou

---

<sup>52</sup> Assim como outros dados, esse trecho foi extraído do jornal *ADverso*, da ADUFRGS, pertencente ao Acervo Pessoal de Ohlweiler. Mesmo com recortes, trata-se de uma folha inteira de jornal, com a maior parte das duas páginas. A da direita contém uma matéria do Prof. Ohlweiler, intitulada **A universidade e a reprodução das relações sociais burguesas**. A da esquerda possui relevantes informações a seu respeito, mas não há título ou autor. Consta a seguinte informação: “Dados biográficos coligidos em fevereiro de 1987”. Como houve contato explícito entre a equipe do *ADverso* e Otto Ohlweiler para a construção da matéria, algumas informações biográficas parecem ter sido fornecidas por ele próprio, em caráter de entrevista.

egressos da Universidade. A atual Associação dos Antigos Alunos da UFRGS (AAAUFRGS) é uma organização civil e privada, que congrega egressos da Instituição. “É o elo entre a UFRGS e seus ex-alunos. Uma forma de manter-se conectado à universidade” (ASSOCIAÇÃO dos Antigos..., 2014, doc. eletr.). Possui assento no Conselho Universitário e na Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável pelo sistema de avaliação institucional da UFRGS, de que a Secretaria de Avaliação Institucional (SAI) é um órgão executivo. Na CPA, a Associação ocupa hoje uma das duas vagas destinadas aos Representantes da Sociedade Civil Organizada (UFRGS, Portaria nº 3764/2014). Acredito que a história das associações de egressos, da UPA à UFRGS, é um tema relevante para pesquisas futuras. Por estabelecerem diferentes relações com a Universidade, vinculam-se à sua própria história. Pois bem, e aí Otto Ohlweiler também foi pioneiro.

Conectado “aos problemas de seu tempo”, a II Guerra, o nazi-fascismo e a ditadura do Estado Novo, fizeram-no conhecedor de um tipo de arbitrariedade e repressão, contra as quais precisou se manifestar. Juntamente com outros intelectuais egressos da Universidade, o jovem professor de Química Otto Alcides Ohlweiler criou e presidiu a Associação de Diplomados pela Universidade de Porto Alegre, cujas atividades desempenharam significativo papel na formação filosófica de setores da sociedade porto-alegrense. A partir das conferências e debates de cunho anti-fascista, fortalecia-se o pensamento e a ação pela democracia no País. Assim, mesmo que não se conheça muito sobre essa Associação hoje, sou levada a crer que ela representa um dos primeiros elos entre as atividades de Ohlweiler como militante político de esquerda e a história da Universidade.

Ainda no final da década de 1930, provavelmente entre 1937 e 1939, Ohlweiler estabeleceu ou estreitou contatos com militantes comunistas, passando a incluir nas suas ponderações filosóficas os textos marxistas. Assim, paulatinamente, após muitas leituras, discussões e reflexões, passou a compreender o mundo a partir do materialismo histórico. Antes, porém, experimentou o:

[...] materialismo mecanicista, o que lhe fora facilitado pelo conhecimento dos métodos das ciências exatas. Seu primeiro escrito em que realmente tenta valer-se das categorias filosóficas marxistas foi o ensaio *Aspectos do pensamento mágico*, publicado em 1944 na revista *FEUPA*, órgão da Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre. (ADUFRGS, 1988/Acervo Pessoal)

A revista da Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre, que congregava estudantes oriundos de diferentes cursos e seus centros acadêmicos,

tratava de termos como o fim do Estado Novo, a redemocratização do País, a defesa da autonomia universitária e “[...] a reivindicação por maior participação discente nas decisões político-administrativas da Universidade” (GONÇALVES; CARRA, 2013, p. 228). O fato de Ohlweiler ter publicado artigo nessa revista em 1944 sugere uma relação entre a FEUPA - com seus centros acadêmicos - e a Associação dos Diplomados pela UPA.

No entanto, ainda há outras questões a considerar. Rubens Mário Garcia Maciel, eminente médico e professor universitário, no artigo *Nós, os alunos que já estávamos lá*<sup>53</sup>, relata brevemente o surgimento e consolidação das entidades de estudantes “acadêmicos”, ainda no início de 1900. Assim, a partir da criação do CEUE, seguiram-se os Centros Acadêmicos de Medicina e de Direito.

Nos meados da década de 20 foi fundada aquela que seria, até 1930, a entidade máxima dos estudantes das faculdades e escolas equiparadas: a Federação Acadêmica de Porto Alegre. Seu ideólogo e líder máximo foi Waldemar Ripoll, estudante de Direito respeitado por seu talento, integridade e dedicação à causa do ensino superior (MACIEL, 1994, p.56).

Por diferentes e relevantes motivos, mas que não cabem neste trabalho, Waldemar Ripoll renunciou em 1930. Ainda naquele ano a Federação Acadêmica teria sido dissolvida. Rubens Mário Garcia Maciel, que entrou no Curso de Medicina em 1932, relata que, mesmo sem a Federação, os estudantes dos diferentes cursos estabeleciam entre si vários níveis de relacionamento e que os centros acadêmicos mantinham-se fortes.

A lembrança da Federação Acadêmica e de seu ideário não havia desaparecido. Em junho de 32, já intensamente envolvido, como era de seu feitio, na atividade político-partidária, Waldemar Ripoll aceitou o convite para fazer uma conferência sobre “O ideal universitário na América” [...]. Quiseram os azares da sorte que a mim me tocasse, em fevereiro de 1934, revê-lo em seu leito de morte, vitimado por um assassino de aluguel<sup>54</sup> a mando de uma trama política, e auxiliar o médico uruguaio Dr. Balério a realizar a autópsia e o embalsamento de seu cadáver (MACIEL, 1994, p.59).

Após esse comovente relato, Rubens Maciel conta que, no início do ano letivo de 1934, com o apoio do Centro Acadêmico de Medicina, buscou os outros centros acadêmicos para reorganizar a Federação Acadêmica de Porto Alegre (FAPA).

<sup>53</sup> O artigo foi publicado no livro *UFRGS: identidades e memórias - 1934-1994*, alusivo aos 60 anos de história da Universidade (GUEDES; SANGUINETTI, 1994). Paulo Coimbra Guedes e Yvonne Sanguinetti, os organizadores, lograram reunir textos-depoimento de diferentes pessoas sobre seus variados vínculos com a UFRGS. É uma obra riquíssima, em que as memórias individuais se entrelaçam, descortinando-nos a Universidade vivida. Aquela que não se encontra na “história oficial”. Outros artigos dessa obra foram citados neste trabalho.

<sup>54</sup> “Até a metade da década de 1930, as mortes de, pelo menos, três militantes de esquerda ficaram insatisfatoriamente explicadas por parte dos órgãos do governo estadual, as de Waldemar Ripoll, primo-irmão da poetisa Lila Ripoll e acadêmico da Faculdade de Direito de Porto Alegre, a do médico e dirigente comunista Mário Couto e a do advogado Aparício Cora de Almeida.” (MARTINS, 2012, p. 112).

Indicado pelo Centro da Escola de Engenharia, o estudante Edvaldo Pereira Paiva<sup>55</sup> assumiu com ele essa tarefa. O representante do Centro de Estudantes de Direito, por motivos pessoais, não pode participar. Em virtude da perda dos arquivos da Federação em um incêndio, o autor não conseguiu recordar todos os membros da primeira diretoria dessa nova fase. Entretanto, além dele próprio, eleito presidente, ainda citou:

[...] Carlos Armando Gadret e Ernani Fiori, pelo Direito; **Otto Alcides Ohlweiler** e Galeno Pianta, pela Engenharia; Leopoldo Cortez, pela Agronomia; Adalberto A. Creidy, pelo Comércio [...]. Edwaldo Pereira Paiva não quis ser incluído, porque [...] se formaria em dezembro. Mas acompanhou até o fim a redação do projeto de estatutos<sup>56</sup> (MACIEL, 1994, p.60. Grifo meu).

Rubens Maciel ainda conta que, posteriormente, a FAPA passou a FEUPA<sup>57</sup>, que deu origem à FEURGS, que ganhou o “Federal”. Assim, além de acrescentar outros nomes a essa “trama” biográfica de Ohlweiler, o médico informa-nos de sua participação na entidade máxima de representação dos estudantes da UPA. Essa relação com estudantes de diferentes áreas e matizes políticos certamente foi profícua para sua formação.

A esse respeito, é necessário fazer uma ressalva. O parecer da Comissão Especial do CONSUN refere que o início da militância política de Ohlweiler teria ocorrido junto à Ação Integralista Brasileira. Marisângela Martins também manifesta surpresa pelo

[...] fato de Ohlweiler ocupar o cargo máximo da hierarquia partidária do PCB gaúcho no começo dos anos 1940, principalmente se levarmos em conta que, em meados do decênio de 1930, ele escrevera artigos defendendo o Estado Integral em periódicos integralistas. (MARTINS, 2012, p.173).

Inicialmente, vale lembrar que, entre os anos 20 e 30 do século XX, acirravam-se as disputas no campo político e no filosófico. São sabidos vários casos de jovens desse período que iniciaram experimentando uma concepção à direita ou à esquerda, mas, depois, enveredaram pelo caminho inverso. Para citar apenas alguns dos mais conhecidos, Lacerda, por exemplo, era comunista no início. Já Vinicius de Moraes iniciou como integralista.

Quanto a Ohlweiler, creio que a passagem pelo integralismo trata-se de um episódio irrelevante para sua trajetória comunista, nem carecendo ser mencionado ou rebatido em sua carta. No entanto, como esse assunto é frequentemente citado,

<sup>55</sup> Seu nome é citado de formas diferenciadas nas fontes: Edvaldo Pereira Paiva ou Edwaldo Pereira Paiva.

<sup>56</sup> Conforme consta no capítulo 3, os professores Ernani Maria Fiori e Edvaldo Pereira Paiva foram expurgados da Faculdade de Filosofia e da Faculdade de Arquitetura, respectivamente, em 1964.

<sup>57</sup> Diferentemente das outras fontes, o autor refere a FEUPA como Federação dos Estudantes da Universidade de Porto Alegre (MACIEL, 1994, p. 62).

inclusive nos meios acadêmicos, é preciso que se esclareça a questão. Nesse sentido, trago a fala do próprio Ohlweiler a respeito para que não restem dúvidas sobre seu pensamento e conduta política. Por ser uma citação extremamente esclarecedora, optei por reproduzi-la quase na íntegra, apesar de longa:

Nasci de uma família protestante, mas cujas práticas religiosas se restringiam às formas de culto com cunho e atos comunitários. [...] Todavia, fiz meus estudos de 1º e 2º graus em colégios católicos. Embora formalmente nunca me tenha convertido ao catolicismo, cheguei a ser ganho para a doutrina da Igreja mercê de um tenaz processo de catequese. [...] No ginásio dos jesuítas, a doutrinação era praticada mediante métodos de persuasão intensiva, que no último ano culminava com aulas de filosofia ensinada na forma de apologética cristã, segundo a visão tomista de uma “filosofia serve da teologia”. Em contrapartida, devo aos meus antigos mestres jesuítas me terem inculcado uma forma de culto que eu nunca abandonei, o culto da ciência que eles ensinavam com muita eficiência para a época.

[...] No período de meus estudos universitários, um grande número de jovens tomou posições radicais à direita e à esquerda do espectro político. Nesse tempo, fui influenciado pela demagogia nacionalista católico-integralista, que tratava de explorar os sentimentos religiosos e patrióticos bastante difundidos na juventude de então. Sob uma tal influência, escrevi, em 1936, dois artigos na revista *Panorama* editada por um grupo católico integralista.

Logo após, já saído da Universidade fiz contato com jovens comunistas, alguns dos quais, depois da “intentona” de 1935, haviam estado confinados na Ilha Grande e em Fernando de Noronha. Eles me impressionaram pela coerência interna de seu pensamento político-filosófico, que me pareceu afim aos princípios gerais da ciência. Li muitos clássicos da filosofia e, paulatinamente, ainda mais levado pelos conhecimentos acumulados no estudo principalmente da física e da química, cheguei às posições do materialismo espontâneo das ciências naturais, que, como pondera Lênin em *Materialismo e empiriocriticismo*, é adotado, de forma difusa e nem sempre reconhecida, pela maioria dos naturalistas.

Minha ruptura com o idealismo filosófico se deu, em 1939, quando escrevi o ensaio *Materialismo e moral*, curiosamente publicado em *Cadernos* (nº 9), uma revista dirigida pelo pensador católico Tasso da Silveira. [...] Ainda nas posições do materialismo mecanicista, escrevi uma série de artigos sobre a moral kantiana, em 1940, nas páginas do *Correio do Povo*, de Porto Alegre.

Daí por diante, estreitaram-se minhas vinculações com elementos da esquerda em geral e, em particular, com militantes comunistas, não obstante as dificuldades da clandestinidade a que estes se impunham em virtude da reação do Estado Novo varguista. À base de fartas leituras de textos marxistas, tirados das “catácumbas”, sofri uma radical transformação no modo de pensar. [...] foi por essa época, que escrevi o ensaio *Aspectos do pensamento mágico*, ainda denotando a influência das leituras de Durkheim, Levy-Bruhl e Piaget. Mas foi nele que, pela primeira vez, tentei valer-me das categorias filosóficas marxistas.

Nessa época, entre os militantes comunistas da velha guarda, havia muitas perplexidades, dúvidas e hesitações a respeito da orientação política e sobre “o que fazer” nas condições criadas com a deflagração da II Guerra Mundial em Curso. [...] Todavia, quando em junho de 1941, a Rússia foi agredida pelas tropas nazistas do III Reich, estabeleceram-se condições subjetivas e políticas mais favoráveis para a ação organizada dos comunistas. É de quando data meu ingresso no Partido Comunista do Brasil. (OHLWEILER, 1986, *apud* AMARAL, 1986, p.74-76)

É relevante observar que, para Ohlweiler, o comunista não se faz da noite para o dia. Mesmo que tenha ingressado no Partido em 1941, o primeiro texto em que “tentou valer-se das categorias filosóficas marxistas” é o artigo *Aspectos do pensamento mágico*, que, como indicado, integrou a revista FEUPA em 1944.

Sendo assim, fica contextualizado o início de sua “longa militância na corrente de pensamento marxista”, de que fala Ohlweiler em sua carta. O jovem professor Assistente de Química estreitou laços não apenas com os responsáveis pelo

desenvolvimento das ciências em âmbito local ou nacional. Em uma dimensão mais ampla, ao lado de inúmeros militantes comunistas gaúchos e brasileiros, teve destacado papel na discussão e atuação política do Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>58</sup>, que faz parte da história do Brasil.

Ohlweiler, então, ingressou no Partido Comunista do Brasil ainda clandestino, no final de 1941, sendo um dos responsáveis por sua reestruturação no Rio Grande do Sul (MARTINS, 2007; 2012). O PCB, desde a fundação em 1922, passara a maior parte de sua trajetória atuando na ilegalidade. No final dos anos 1930, no entanto, com o recrudescimento da ditadura do Estado Novo, muitos de seus militantes e dirigentes foram presos, e o Partido ficou completamente desarticulado (ABREU, 2014, doc. eletr.). Durante a reconstrução partidária, Otto Ohlweiler assumiu a Secretaria Geral do Comitê Regional, função da mais alta responsabilidade no Estado, até 1945, sendo substituído pelo metalúrgico Abílio Fernandes, já com o Partido legalizado.

Como Secretário Geral do Comitê Regional do Partido Comunista do Brasil, Ohlweiler teve destacado papel para sua reorganização no Rio Grande do Sul. Das mais de trinta células que o Partido tinha no momento de sua legalização em 1945, uma delas era a Célula da Faculdade de Direito. Na época, dois dos comunistas que estudavam naquela Faculdade eram Antônio Pinheiro Machado Neto e Eloar Guazelli, que terão relevância em sua biografia mais adiante. Vale ressaltar que Ohlweiler também atuou junto à sua categoria, sendo presidente da Associação Brasileira de Química, Seção Regional do Rio Grande do Sul, nos anos de 1942, 1950 e 1951 (OHLWEILER, 2014, doc. eletr.).

Quando do lançamento oficial do PCB no Rio Grande do Sul, em 30 de julho de 1945, evento divulgado em ampla reportagem pelo *Correio do Povo*, os comunistas de Porto Alegre já contavam com mais de trinta células, além de comitês distritais e municipal em avançado processo de estruturação. Os dirigentes do PCB gaúcho, segundo a matéria do *Correio do Povo*, eram o metalúrgico Abílio Fernandes, Secretário Geral do partido no estado; o professor e Cônsul do México em Porto Alegre Jorge Bahlis, secretário de Divulgação e Cultura; o professor universitário **Otto Alcides Ohlweiler**, responsável pelas Eleições; o padeiro Edgar José Curvello, Secretário de Massas; o advogado João Alberto Schenkel Filho, Secretário de Organização; e o metalúrgico Eloy Martins, responsável pelo setor Sindical. Alguns deles acumulavam funções em outras esferas do Partido. (MARTINS, 2012, p. 173-174. Grifo meu).

<sup>58</sup> O Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, era designado pela sigla PCB. Após 1960, decorrente de uma divisão interna, passaram a existir dois partidos: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). (MARTINS, 2012, p. 19). Como um permaneceu com o mesmo nome, mas o outro manteve a sigla, há muita confusão a respeito, inclusive em textos acadêmicos ou institucionais.

**FIGURA 24** - Lançamento Oficial do Partido Comunista do Brasil no Rio Grande do Sul, 1945



Fonte: Acervo Pessoal da família Ohlweiler, disponível em <<http://ottoalcidesohlweiler.blogspot.com.br>>.

A partir de 1945, quando repassou o cargo de Secretário Geral ao metalúrgico Abílio Fernandes, na cerimônia de lançamento do Partido (FIGURA 24), manteve-se como dirigente no Comitê Estadual, como Secretário de Eleições (MARTINS, 2007).

Ohlweiler também concorreu pela sigla do Partido ao cargo de Deputado Federal Constituinte, em 1945, ao lado de nomes como Abílio Fernandes, Álvaro Moreyra, Dyonélio Machado, Luiz Carlos Prestes, Trifino Correia, entre outros (Idem). A bancada comunista, eleita em 02 de dezembro de 1945, incluía 14 deputados, além dos suplentes. Com a eleição de Luiz Carlos Prestes para o Senado, pelo Distrito Federal, sua vaga na Câmara foi ocupada por Abílio Fernandes, que estava na 1ª suplência. Ohlweiler foi o quarto mais votado, ficando atrás de André Trifino Correa, que, como 2º suplente, chegou a exercer mandato (BRAGA, 1998).

A expressiva votação recebida pelo Partido Comunista em 1945 e a campanha para as eleições estaduais em 1946/1947 não afastaram o fantasma da repressão. Os militantes do Partido desempenhavam intensa atividade política. Ohlweiler, por exemplo, foi o primeiro diretor do jornal *Tribuna Gaúcha*:

Enquanto isso, a Polícia Política continuava espreitando a movimentação dos membros do PCB. A relação de seus candidatos à Assembléia gaúcha foi cuidadosamente anexada aos relatórios enviados à sede do DOPS, no Rio de Janeiro. Entre aqueles que disputariam as vagas no parlamento sul-riograndense, estiveram os militantes [...] Dyonélio Machado (médico psiquiatra, escritor, membro

das células “dos Profissionais Liberais” e “Siqueira Campos” e diretor do jornal *Tribuna Gaúcha*, [...] Eloy Martins (metalúrgico, líder sindical, Secretário Político da célula “Leocádia Prestes” e Secretário Sindical do Comitê Estadual), Emilce Aveline (professora e conselheira do Clube de Cultura Popular Euclides da Cunha), Ernesto Bernardi (químico industrial), Fernando Silveira (médico), [...] **Otto Alcides Ohlweiler** (professor universitário, Secretário Eleitoral do Comitê Estadual e diretor da *Tribuna Gaúcha*), [...] Sérgio Holmos (operário em construção civil, presidente do MUT estadual, Secretário Político do Comitê Municipal de Porto Alegre e membro do Comitê Nacional), Vasco Prado (escultor). (MARTINS, 2007, p. 142. Grifo meu.)

Envolvidos em absorventes atividades partidárias, sindicais e culturais em 1946, premidos pela repressão que se manifestava em diferentes situações, os comunistas permaneceram esperançosos de que a democracia seria solidificada no País. “No Pleno Ampliado do Comitê Nacional, realizado entre os dias 6 e 10 de dezembro [de 1946], as eleições foram colocadas como “tarefa máxima e decisiva” para o desenvolvimento da luta em prol da democracia” (MARTINS, 2007, p.141-142) Assim, os comunistas “[...] trabalharam intensamente pelas eleições de 19 de janeiro” (Idem, p.146).

Obtendo a maior votação dentre os candidatos do Partido, Ohlweiler foi eleito juntamente com Antônio Ribas Pinheiro Machado Neto e Dyonélio Machado. Considerando que Ohlweiler exerceu o mandato por pouco tempo, a FIGURA 25 mostra uma foto da histórica bancada eleita pelo Partido Comunista em 1947, que seria cassada em 1948.

**FIGURA 25** - Deputados Estaduais Constituintes, bancada eleita pelo PCB/RS, 1947



Antônio Ribas Pinheiro Machado Neto, Dyonélio Machado e Otto Alcides Ohlweiler. Fonte: Acervo Pessoal da família Ohlweiler, disponível em <<http://ottoalcidesohlweiler.blogspot.com.br>>.

A Assembleia Estadual Constituinte foi instalada em 10 de março de 1947. Dyonélio Machado, líder da bancada do PCB, foi eleito 3º Secretário da Mesa Diretora (MARTINS, 2007, p.146). Em abril do mesmo ano, Ohlweiler renunciou ao seu mandato, apresentando uma carta à Mesa Diretora. Foi substituído pelo suplente Júlio Teixeira, advogado constitucionalista. Jover Telles, mineiro de profissão, foi o 2º suplente e também chegou a assumir mandato em algumas ocasiões. Segundo Martins (2007): “Não encontramos, nas fontes disponíveis, as razões da renúncia de Otto. Uma hipótese que não pode ser descartada é a imposição do Partido” (MARTINS, 2007, p.161).

Para compreender a renúncia de Ohlweiler ao mandato na Assembleia, é preciso retornar ao um assunto referido no início deste capítulo: a sua trajetória profissional. O jovem Professor Assistente Otto Ohlweiler desistiu do mandato legislativo a fim de se preparar para o concurso de cátedra. Diferentes fontes ratificam isso: a matéria do *ADverso* (nº 3, 1988), as entrevistas que realizei com Paolo Livotto e com Regina Ohlweiler, a entrevista que Otto Ohlweiler concedeu a José Amaral, publicada na revista *Praxis* (nº 3, 1986), além do próprio Diário da Assembleia Legislativa, que divulgou alguns dados biográficos a seu respeito em 30 de abril de 1984.

Em 1947 foi eleito Deputado Estadual pela legenda do Partido Comunista do Brasil à Assembleia Constituinte Estadual, tendo abandonado a deputação para poder preparar-se à realização do concurso de cátedra. (DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA, 30 abr.1984, p.5).

Assim, mesmo que tenha havido concordância do Partido para sua renúncia, isso não foi uma imposição partidária. Ao contrário, caso a notícia do concurso tenha surgido ainda em 1946, parece mais provável que a “tarefa partidária” assumida por ele tenha sido manter-se candidato para contribuir com a propagação dos ideais partidários em campanha e com a votação na legenda, o que, de fato, ocorreu.

Lembro que a situação do professor assistente, além de insegura, era limitada do ponto de vista do ensino e da pesquisa, já que ele atuava como “auxiliar” do regente da cadeira. O concurso para catedrático incluía o desenvolvimento de uma pesquisa, sem orientador, com trabalho escrito e defesa de tese. Ainda havia prova escrita, prática e de didática. Por isso, Ohlweiler precisava de tempo para se preparar. Sua tese de cátedra, disponível em bibliotecas da UFRGS, data de 1948. O concurso, em seu conjunto, finalizou em março de 1949, como visto

anteriormente. Segundo sua ficha funcional, a data de posse e efetivo exercício é 08 de dezembro de 1950. Era, portanto, um processo complexo e demorado.

De qualquer forma, esse importante fato é mais um exemplo de como a trajetória de Ohlweiler se mescla com a história do movimento comunista e com a história da Universidade, estabelecendo, inclusive, vínculos entre ambas. Não é demais lembrar que a partir da Constituição Estadual de 1947, a Universidade tomou novo impulso, passando a ser designada Universidade do Rio Grande do Sul (URGS). Ohlweiler não cumpriu seu mandato, mas permaneceu no Partido.

Ainda em 1947, o Partido Comunista do Brasil foi tornado novamente ilegal. Os mandatos dos parlamentares comunistas, cuja atuação foi destacada na Assembleia, foram cassados em 1948. Ohlweiler, como já havia renunciado, não foi atingido por essa cassação. No entanto, como permaneceu nas fileiras do Partido, também foi preso e respondeu a processo por crime de imprensa, por conta da direção do jornal *Tribuna Gaúcha*, sendo levado a júri (Ohlweiler apud AMARAL, 1986). Conforme indicam as fontes, Ohlweiler foi defendido pelo jovem advogado Eloar Guazzelli, em seu primeiro caso.

A inter-relação militância político-partidária e atividade profissional foi ressaltada ao longo de sua vida. Um exemplo disso é o fato de seu primeiro caso, durante o Estado Novo, ter sido a defesa do professor e comunista Otto Alcides Ohlweiler, quando este foi acusado na qualidade de diretor da *Tribuna Gaúcha*, jornal vinculado ao PCB. (GUAZZELLI, 2009, p. 122)

O diário *Tribuna Gaúcha*, cujos primeiros números foram dirigidos por Otto Ohlweiler, era um periódico do Partido Comunista no Rio Grande do Sul, que substituiu a revista *Libertação* em 1946. Ohlweiler também participara ativamente da revista *Libertação*, fundada, em 1945, por Décio Freitas e Sibilis da Rocha Viana. *Libertação* era um semanário que reunia artigos diversos da intelectualidade comunista. A *Tribuna Gaúcha*, mesmo com o retorno do Partido Comunista à clandestinidade, permaneceu desempenhando importante papel na propagação das ideias dos militantes do PCB naquele período. “Os comunistas seguiram protestando pelos meios que lhes eram possíveis. O jornal *Tribuna Gaúcha* continuou circulando, sob a direção do arquiteto Demétrio Ribeiro<sup>59</sup> e do jornalista José Gonçalves Thomaz” (MARTINS, 2007, p.171). As matérias abarcavam temas como a denúncia da intervenção imperialista na economia brasileira e as medidas antidemocráticas de

<sup>59</sup> Demétrio Ribeiro, conforme referido no Capítulo 3, encabeçou a lista de professores expurgados da Faculdade de Arquitetura em 1964.

que a cassação do Partido e dos mandatos parlamentares era um exemplo.

Na década de 1950, Otto Ohlweiler empenhou-se na causa pela defesa da preservação dos recursos naturais estratégicos e do monopólio estatal do petróleo, participando da campanha *O Petróleo é nosso*. Como membro da Liga de Emancipação Nacional, apresentou a tese *A Livre Troca de Informações e a Defesa da Ciência Brasileira* na Convenção Nacional da Liga, realizada em 1953, no Rio de Janeiro (OHLWEILER, 2014). “No início dos anos 1950<sup>60</sup>, publicou o livro *A energia atômica na paz e na guerra*, em que divulgava as possibilidades do uso da energia nuclear e alertava para a necessidade de resguardar as reservas de materiais estratégicos” (AMARAL, 1986, p.61).

A física nuclear, de caráter estratégico, é citada como o domínio do conhecimento de especial interesse para a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), entre outros (CNPq, 2014). O tema ocasionou muitas discussões internacionais em diferentes meios e ensejou o desenvolvimento de determinada área de pesquisa, inclusive na UFRGS. Ohlweiler analisou a questão sob o prisma científico-tecnológico, mas também político, especialmente voltando-se para a defesa dos materiais atômicos brasileiros (DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA, 1984). Esse posicionamento contrariou a concepção dominante nos meios governamentais e acadêmicos. As FIGURAS 26 e 27 mostram algumas repercussões da abordagem de Ohlweiler sobre o tema naquele período.

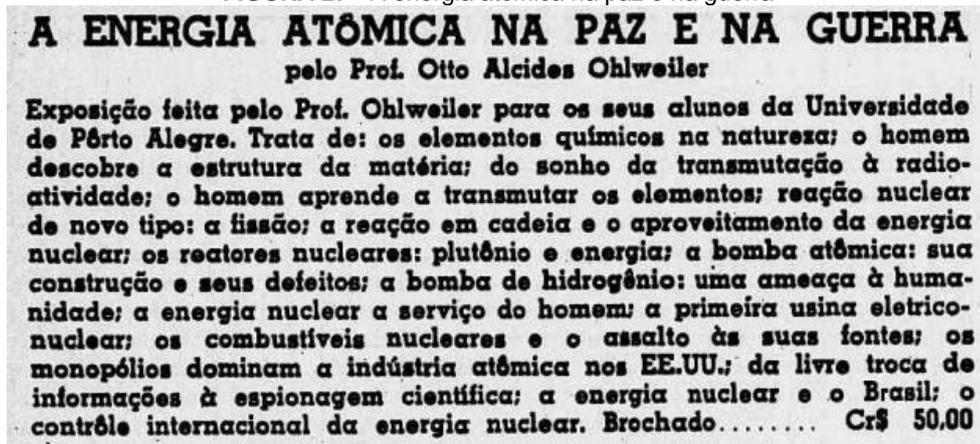
FIGURA 26 - Novas Manifestações...



Fonte: Imprensa Popular, 10 abr 1954, p.5.

<sup>60</sup> Pelas referências que encontrei, acredito que o livro tenha sido escrito em 1951 e publicado em 1955, ou editado em 1951 e reeditado em 1955.

FIGURA 27 - A energia atômica na paz e na guerra



Fonte: Revista da Semana, Ano 56, Nº 41, Rio de Janeiro, 08 out. 1955.

Seu estudo *Processo de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul* foi publicado na Revista Brasiliense em 1959. Considerado “[...] um clássico da historiografia econômica do Estado [...]”, o artigo foi publicado novamente na revista *Ensaio* da Fundação de Economia e Estatística (FEE), em 1983 (ADUFRGS, 1988, p.6). Na entrevista concedida a Amaral, no entanto, Ohlweiler tece uma autocrítica relativa à menção feita ao final desse artigo acerca da então política do PCB:

A referência era, na verdade, sem necessidade e o documento lembrado estava eivado de ilusões típicas quanto à democracia e o nacionalismo burgueses que marcaram na época a orientação do partido; contudo, é preciso confessar que eu então perfilhava essas ilusões. (OHLWEILER, 1986, apud AMARAL, 1986, p. 62).

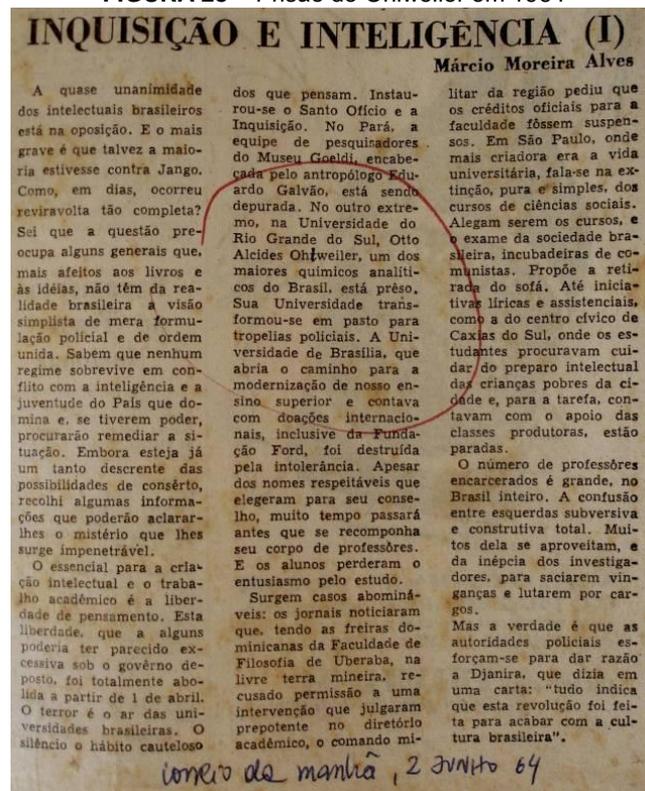
Na década de 1950, Ohlweiler integrou novamente o Comitê Regional do Partido Comunista do Brasil. Como delegado, participou do V Congresso do Partido, realizado em 1960 no Rio de Janeiro, sendo um dos militantes que se opuseram às teses oficiais. A principal decorrência desse congresso, como se sabe, foi a mudança do programa partidário e do seu nome para Partido Comunista Brasileiro, com a manutenção da sigla PCB. Assim, o grupo que discordava da mudança programática e da alteração do nome do partido, bem como de suas motivações teórico-ideológicas, buscaram, em 1962, reorganizar o Partido Comunista do Brasil, adotando a sigla PC do B. “Na ocasião, Ohlweiler acompanhou João Amazonas e os demais que se reorganizaram sob a sigla do PC do B” (AMARAL, 1986, p.62). A partir dessa reestruturação, fez parte da direção do Partido no Rio Grande do Sul, integrando o Comitê Regional até 1965 (ADUFRGS, 1988). Seria essa sua condição de militante, portanto, quando ocorreu o golpe de Estado em 1964, iniciando o longo período da ditadura civil-militar, que duraria até 1985.

Em abril de 1964, foi seqüestrado no seu local de trabalho por oficiais do exército, enquanto na sua residência eram devassados arquivos, inutilizados originais de

obras por publicar e anotações referentes a estudos em desenvolvimento. (ADUFRGS, 1988, p.6).

Sendo uma pessoa pública, o fato de ter sido feito prisioneiro, o que duraria cerca de um mês, ainda mais tendo sido levado de dentro da Universidade, teve certa repercussão nacional, como demonstra o recorte na FIGURA 28.

FIGURA 28 – Prisão de Ohlweiler em 1964



Fonte: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 02 de junho de 1964. Acervo Pessoal Família Ohlweiler.

É interessante observar que o artigo do jornalista Márcio Moreira Alves<sup>61</sup>, publicado no jornal carioca *Correio da Manhã*, em junho de 1964, noticia a prisão de Ohlweiler como um dos inúmeros exemplos citados acerca do “terror” que atingia as universidades, os pesquisadores e a liberdade de pensamento, por ele denunciado. Ele já falava do grande número de professores encarcerados e de como muitos se aproveitavam da confusão “[...] para saciarem vinganças e lutarem por cargos” (ALVES, 1964, [?]. Acervo Pessoal Família Ohlweiler).

Após ser posto em liberdade<sup>62</sup>, Ohlweiler respondeu ao inquérito na UFRGS

<sup>61</sup> Márcio Moreira Alves apoiou o golpe, mas, depois do AI-1, foi para a oposição. Deputado federal pelo MDB, um pronunciamento seu no Congresso Nacional foi usado como desculpa para a decretação do AI-5.

<sup>62</sup> A possibilidade de que Otto Alcides Ohlweiler tenha sido novamente defendido por Eloar Guazzelli não foi investigada. Eloar Guazzelli “ao longo do regime militar [...] notabilizou-se por ter sido o advogado que mais defendeu presos políticos no Rio Grande do Sul” (Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 23 nov. 2014.). Considerando que Ohlweiler foi seu primeiro caso nos anos 1940, parece um tema interessante para pesquisa futura.

perante a Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), já exaustivamente referida. Os documentos referentes aos inquéritos da Subcomissão A, que englobava a Escola de Engenharia, ainda não são conhecidos. As atas encontradas em Caxias do Sul, pertencentes ao acervo do Prof. Laudelino Teixeira de Medeiros, referem-se à instalação da CEIS e suas primeiras reuniões, bem como dos inquéritos da Subcomissão D, à qual pertencia o Prof. Laudelino de Medeiros. No entanto, o Acervo Pessoal da Família Ohlweiler contém a cópia de um importante documento, trazido à tona a partir desta pesquisa: a defesa escrita que o Prof. Ohlweiler apresentou à Subcomissão A (FIGURAS 29 e 30).

**FIGURA 29** - Defesa Escrita de Ohlweiler - Detalhe 1

À SUBCOMISSÃO A DA COMISSÃO DE INVESTIGAÇÕES SUMÁRIAS  
DA UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

Eu, OTTO ALCIDES OHLWEILER, professor catedrático da Escola de Engenharia e professor auxiliar da Faculdade de Filosofia, da Universidade do Rio Grande do Sul, indiciado que fui pela Subcomissão A da Comissão de Investigações Sumárias, criada esta em função do ATO INSTITUCIONAL de 8 de abril deste ano, para atuar no âmbito da Universidade, e tendo optado em apresentar minha defesa por escrito, faço-o, através do presente meio, historiando e expondo o que se segue.

**FIGURA 30** - Defesa Escrita de Ohlweiler – Detalhe 2

O professor Saviniano de Castro Marques terminou a sua exposição preliminar declarando que a Subcomissão A, ao investigar o meu caso pessoal, NADA HAVIA APURADO, QUANTO A ATIVIDADES DE CARÁTER SUBVERSIVO OU RELACIONADAS COM CORRUPÇÃO, NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE.

Ao fim da reunião, após ter respondido a um certo número de perguntas que me foram feitas, solicitei que me fossem fornecidas, por escrito, as acusações a mim imputadas, tendo, então, o professor Saviniano de Castro Marques ditado os itens mencionados tais como se acham acima redigidos.

Finalmente, tendo optado em apresentar minha defesa por escrito, recebi para tanto o prazo de quatro dias. Cabe, aqui, assinalar que, para fazer a minha defesa, não tive acesso a quaisquer elementos constantes do processo elaborado pela Subcomissão A com relação a minha pessoa.

Fonte: Acervo Pessoal da Família Ohlweiler

Conforme a entrevista concedida a José do Amaral (1988), mesmo não tendo sido afastado de seu cargo, aquele “[...] foi para ele um momento de profunda decepção com o corpus universitário ao qual pertencia” (AMARAL, 1988, p.61). Acostumado desde a juventude a conviver com diferentes posicionamentos políticos e ideológicos na Universidade e tendo sofrido as consequências da ditadura do Estado Novo, jamais imaginou presenciar o que ocorreu na UFRGS naquele momento e nos anos seguintes.

Com a Universidade sob intervenção militar, o Conselho Universitário e as Congregações das várias unidades da UFRGS indicaram representantes seus para compor um ‘tribunal de inquisição’ e julgar um grande número de professores acusados da prática de subversão pelo interventor militar, a partir de delações e de outros procedimentos indignos e torpes.

[...] No caso da repressão na Universidade, a tendência dos órgãos dirigentes é de não tocar no assunto. [...] Como se vê, os efeitos de 20 anos de ditadura policial-militar não se eliminam facilmente. [...] Aquilo foi um atentado à cultura que uma verdadeira Universidade jamais poderia ter permitido e, muito menos, continuar acobertando. A negativa de publicação de minha carta ajudou a que todos pudessem compreender a justeza de minha atitude. (OHLWEILER, 1986, *apud* AMARAL, 1986, p. 61)

Depois de 1984, deixou a bolsa de pesquisador do CNPq e se afastou da Universidade. No entanto, manteve sempre uma significativa produção teórica. Entendendo o marxismo como ciência, nunca deixou de ser cientista. Dedicou os derradeiros anos de sua vida especialmente aos temas políticos e filosóficos.

**FIGURA 31** - Composição de fotos de Otto Alcides Ohlweiler



Fonte: Acervo Pessoal Família Ohlweiler

Ainda nos anos 1980, foi um dos militantes do Partido Comunista do Brasil que propunham uma reavaliação da política do Partido, especialmente acerca do episódio conhecido como “Guerrilha do Araguaia”. Terminou afastando-se criticamente, por avaliar que, assim como o PCB, o PC do B também teria se tornado reformista<sup>63</sup>. A partir daí, foi um dos principais teóricos do Partido Revolucionário Comunista (PRC), surgido de uma dissidência do PC do B. Após, o grupo passou a atuar como uma corrente do Partido dos Trabalhadores (PT). Por conta disso, muitos consideram, ainda hoje, que ele chegou a ser militante desse partido. No entanto, conforme sua filha, “resistindo às inúmeras solicitações, nunca filiou-se ao PT” (OHLWEILER, 2014, doc. elet.). Em entrevista concedida para esta pesquisa, Regina Ohlweiler afirmou que, ao final da vida, o pai mostrava-se profundamente decepcionado com o caminho teórico e político seguido pelo Partido Revolucionário Comunista (OHLWEILER, 2014, informação verbal).

<sup>63</sup> Reformismo é o termo usado para as correntes de pensamento, no âmbito comunista, que se dedicam a propor “reformas” no sistema vigente – capitalismo –, abdicando de lutar pela mudança efetiva do sistema.

A propósito de uma possível vinculação do não expurgo de Ohlweiler com o fato de ele ter sido assistente de Bernardo Geisel, não encontrei nas fontes disponíveis nenhuma confirmação a respeito. Os próprios professores da Escola de Engenharia poderiam, de fato, ter se empenhado para além de sua jurisdição a fim de que ele não fosse afastado, diferentemente do que ocorreu em outras unidades. De qualquer forma, de acordo com Regina Ohlweiler, a família nunca soube de uma interferência da família Geisel nesse sentido, muito menos foi cobrada por algo parecido.

Vítima de câncer, Otto Alcides Ohlweiler foi velado no Salão da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a casa à qual renunciou pela UFRGS. Faleceu convicto de suas posições marxistas, desapontado com o movimento comunista e com a Universidade, aos quais dedicou a energia e as forças de sua vida. O que persistiu, até o fim, foi a esperança em um futuro que não chegou a ver. Deixou as sementes.

## 5 OS DESTINATÁRIOS

*Aquilo [a repressão] foi um atentado à cultura que uma verdadeira Universidade jamais poderia ter permitido e, muito menos, continuar acobertando. A negativa de publicação de minha carta ajudou a que todos pudessem compreender a justeza de minha atitude.*  
Otto Alcides Ohlweiler, 1988.

Na epígrafe acima, o Prof. Ohlweiler falava, no ano de 1988, sobre a negativa de publicação da carta pelo reitor em 1984. Esse trecho compõe uma citação do tópico anterior, extraído da entrevista concedida a José do Amaral. Mas a quem exatamente o autor se refere quando diz que essa negativa “ajudou a que **todos** pudessem compreender a justeza de minha atitude”? Como a ponderação exclui o destinatário expresso formalmente no documento administrativo - o reitor -, bem como os membros do Conselho Universitário, que, segundo ele, “lavou as mãos”, quem seriam esses “todos”, cuja compreensão de sua atitude importava tanto a ele?

Propondo alguns caminhos para responder a essa indagação, o presente capítulo procura apontar a quem a opinião do Prof. Ohlweiler foi dirigida através desta carta e por que meios ela teria chegado em seus destinos. Da mesma forma, o reconhecimento de alguns destinatários e de suas apreciações a respeito permite identificar por quais significados e valores estariam vinculados à carta do Prof. Ohlweiler. É importante frisar que, se a carta original, de cunho administrativo, foi dirigida ao reitor e ficou guardada nos arquivos do CONSUN, seu conteúdo só poderia chegar aos demais destinatários por meio de cópias ou, mesmo, de reproduções.

Considerando que o objeto do estudo é uma cópia da carta, encontrada no acervo do CEUE, com marcas de tachinha indicando sua exposição em mural, suponho sua relação com “todos” citados pelo Prof. Ohlweiler. Daí decorre a importância dessa análise para a pesquisa e, inclusive, a possibilidade de responder a uma de suas primeiras questões: como a cópia da carta chegou ao CEUE?

Assim, excetuando os membros do CONSUN (incluídos o reitor e os membros da Comissão Especial que emitiu parecer a respeito), os primeiros destinatários citados na carta vinculam-se ao Instituto de Química. No primeiro parágrafo, a Congregação do IQ é citada por sua proposição de conceder-lhe o título. Antes de iniciar sua argumentação propriamente dita, no início do segundo parágrafo, o autor refere a Congregação mais uma vez: “Sinto-me deveras reconhecido para com

todos aqueles que, de uma ou de outra forma, contribuíram para levar a proposição da Congregação do Instituto de Química até a decisão final do Conselho Universitário” (OHLWEILER, 1984, fl.1). Mesmo que a formulação dessa frase incluía outras pessoas no seu agradecimento, tais como os próprios integrantes do Conselho que aprovaram a concessão do título, a referência à Congregação é significativa.

Além disso, como foi tratado no terceiro capítulo, o Prof. Ohlweiler remeteu no dia 05 de abril de 1984 uma cópia da carta ao Diretor do Instituto de Química, para que a fizesse chegar ao conhecimento da Congregação. No ofício, ele expressava sua gratidão pelo encaminhamento da proposta de concessão do título. A cópia enviada ao Instituto de Química é, nesse sentido, a primeira cópia “original”, avalizada, inclusive, do ponto de vista administrativo e arquivístico. Tratava-se de um “documento” enviado pelo Prof. Ohlweiler à Congregação do IQ. Tudo devidamente registrado, assinado e protocolado.

Com o estabelecimento desse percurso de tal cópia, ficou evidente que os integrantes do Instituto de Química, representados por sua Congregação, fariam parte de um primeiro grupo de pessoas que o Prof. Ohlweiler queria que compreendessem sua atitude. Isso não é difícil de entender, pois a negativa do recebimento do título seria certamente motivo de frustração para os primeiros que se empenharam na proposta. Afinal, eram colegas, alunos, ex-alunos e técnicos, com os quais estabelecia relações profissionais e, provavelmente, fraternais em muitos casos. Pensando na articulação de memórias coletivas, esta foi, de fato, outra das indagações do trabalho: como teria repercutido no Instituto de Química o pedido de adiamento *sine die* do recebimento do título por parte do Prof. Ohlweiler? O que os sujeitos desse Instituto pensaram ou sentiram a respeito? Que ecos poderiam ser percebidos ainda hoje?

Motivada por esses questionamentos, dediquei parte da pesquisa ao contato com diferentes pessoas do Instituto de Química, ou dele egressas. A análise de certos documentos, bem como das entrevistas que alguns me concederam, será relatada mais adiante. Antes, porém, vou elencar outros grupos citados na carta e a quem, certamente, seu conteúdo também se destinava.

Como se sabe, o Prof. Ohlweiler afirmou que a decisão de não receber o título, após muitas reflexões,

[...] resultou, finalmente, como um imperativo de consciência inarredável, [e] prende-se às implicações do processo de repressão política desencadeado no seio de nossa Universidade - em simultaneidade com o que aconteceu em outras Universidades do País - após a instauração da ditadura militar em 1964. Os professores atingidos pela repressão política foram acusados da prática de subversão da ordem, numa singularíssima situação em que aqueles que, de fato, haviam subvertido a ordem constituída assumiam o papel de acusadores, e os que a haviam defendido apareciam acusados de subversão. (OHLWEILER, 1984, fl.1)

Assim, as vítimas da repressão política formariam um segundo grupo de destinatários, por meio de sua manifesta solidariedade e denúncia. O texto é explícito em declarar que essa repressão teria atingido cerca de uma centena de professores no País. Portanto, seu autor não se limitava a apontar as barbaridades ocorridas na UFRGS. Foi uma prática comum às universidades.

Da mesma forma, suas considerações denunciavam as atrocidades cometidas contra todos que sofreram com a truculência do regime, não apenas os professores universitários. Porém, como se tratava da resposta acerca de um título de Professor Emérito, a ser concedido por uma universidade específica, a maior parte da carta foi dedicada a mostrar de que outras maneiras - menos distintas - essa mesma instituição havia tratado seus próprios professores. Nesse sentido, a explanação sobre o inquérito a que ele próprio respondeu foi feita a título de exemplo. A solidariedade que ele manifestou aos colegas atingidos pela repressão na UFRGS, que teria demitido “muitos de seus melhores professores”, distingue de forma significativa esse grupo de destinatários dentre os demais. Além de colegas de docência, alguns haviam compartilhado com ele os tempos de participação nos centros acadêmicos. Outros tinham sido seus “camaradas” no Partido Comunista do Brasil, ainda sob a sigla PCB.

[...] apenas o fato de ser chamado a depor (no caso, no 3º Exército) era suficiente para que o indivíduo recebesse um estigma na universidade. Sem falar no **dilema de consciência** imposto aos que, embora investigados, eram ‘poupados’, enquanto seus colegas eram expurgados ou sofriam outras punições. Assim, entende-se que, independentemente do óbvio aspecto repressivo inerente ao expurgo, o envolvimento de um docente no processo investigatório, na condição de investigado, já constituía um tipo de violência, na medida em que lhe imputava uma dupla “marca de infâmia”, mais ou menos duradoura, mais ou menos reconhecida, mas inegavelmente estigmatizadora. Dupla, porque o docente investigado e não-expurgado poderia ser percebido por favoráveis e defensores do regime ditatorial como um “inimigo interno” e, por determinados setores de oposição, como alguém que havia abandonado a luta contra o autoritarismo, mesmo que, em ambos os casos, a realidade correspondesse ao inverso disso (MANSAN, 2009, p. 125-126. Grifo meu).

Penso que o Prof. Ohlweiler também deve ter experimentado esse “dilema de consciência” de que fala Mansan (2009). O fato de ter sido preso em 1964, ter respondido a inquérito da CEIS, com todas as suas “credenciais” de comunista, e,

ainda assim, não ter sido expurgado, poderia ser um alívio, mas, certamente, motivo de constrangimento também. Outros professores, técnicos e estudantes passaram por isso igualmente.

Ohlweiler se referia, então, a todos que haviam sofrido com a repressão, inclusive nas universidades. Mas a carta se dedicaria, ainda, a setores mais amplos, conforme se percebe por outros dois destinatários anunciados: o Jornal da Universidade e os historiadores.

Ao reivindicar que a carta fosse publicada no Jornal da Universidade, ele esperava claramente atingir, ao menos, os segmentos aos quais a carta se proporia como manifesto de denúncia e instrumento de debate. Conforme escreveu, ele esperava que a apreciação daqueles acontecimentos gerasse uma atitude autocrítica da Universidade, no sentido de ter a “[...] grandeza moral de reconhecer seu erro” (OHLWEILER, 1984, fl.5), tal como a Igreja fizera com Galileu. Juntando-se à afirmação de que daria ao documento a publicidade que achasse conveniente, conclui-se que a carta ao reitor era dirigida, em última análise, à sociedade brasileira. Sua intenção era a de que se constituísse numa verdadeira **carta aberta** de crítica ao regime e aos seus colaboracionistas dentro da UFRGS.

Desnudando métodos e motivações da atuação repressiva legitimada pela UFRGS, Ohlweiler mostrava o quanto a autonomia universitária havia sido ferida. Era necessário restituí-la, com uma profunda análise autocrítica, para que a instituição pudesse desempenhar seu papel junto à sociedade, tornando-se “[...] um foro respeitável para o debate dos grandes problemas contemporâneos” (Idem). Essa atitude mostra a esperança de Otto Ohlweiler no futuro da Universidade à qual se dedicara e, assim, o velho professor nos dá mais uma aula.

A liberação dos documentos relativos ao processo repressivo na Universidade aos “estudiosos de nossa História”, apontada por ele como “uma necessidade para a conservação da memória histórica da instituição”, descortina, assim, a finalidade última de sua carta-manifesto. Como o acesso a esses arquivos permanece sendo demandado por vários setores na Universidade, a lição do professor, deixada há 30 anos, ainda é atual e precisa.

## 5.1 Destinatários diversos, itinerários singulares

Assinalados os principais grupos de destinatários da carta aberta, serão apontados a seguir alguns dos percursos usados para alcançá-los, entrelaçados com elementos de memória (individual ou coletiva), a fim de identificar suas potencialidades como museália. Tal identificação é particularmente importante porque o objeto deste estudo é uma cópia da carta que está em processo de musealização no Museu da UFRGS.

A carta do Prof. Ohlweiler, destinada também aos historiadores e demais estudiosos da Memória, não chegou ao Museu por meios institucionais. Chegou pelas mãos de estudantes de Engenharia vinculados ao CEUE, que doaram seu acervo ao Museu por sugestão de estudantes de História.

Devemos levar em conta que alguns dos principais setores visados e atingidos pela “onda” de repressão citada na carta eram exatamente estudantes universitários, muitos dos quais o Prof. Ohlweiler conhecia. Alguns deles, como Ary Abreu Lima da Rosa, morto pela repressão, eram alunos da Escola de Engenharia. Sucessores, portanto, dos estudantes que criaram o CEUE, o primeiro centro acadêmico desta Universidade e um dos mais antigos do Brasil. O mesmo Centro de Estudantes ao qual Ohlweiler fora vinculado na década de 1930, quando integrou a reorganização da FAPA. O pensamento e a atuação crítica do movimento estudantil, que Ohlweiler acompanhava há tempos, seguramente estavam incluídos dentre os destinatários de sua carta. Os estudantes reunidos em seus centros acadêmicos teriam através dela acesso a importantes informações sobre os acontecimentos na Universidade e mais um exemplo de coragem a seguir. Mais que isso, como diria o Prof. Mário Garcia Maciel, *os alunos já estavam lá* quando foi criada a “nossa” Universidade em 1934.

### 5.1.1 DE QUÍMICO PARA QUÍMICO

Conforme anunciado anteriormente, dentre os grupos de destinatários da carta, este trabalho dedicou-se especificamente ao conjunto de pessoas vinculadas ao Instituto de Química (IQ). Esse Instituto, transformado em unidade acadêmica da UFRGS, era a continuidade do antigo Instituto de Química Industrial vinculado à Escola de Engenharia, onde Otto Ohlweiler teria se construído como químico,

desenvolvendo ali a maior parte de sua carreira. Além disso, a própria documentação indicava a importância da “cópia original” remetida ao IQ, de onde poderiam ter partido outras reproduções.

A procura por fontes, por meio do acesso a documentos institucionais e de entrevistas com membros ou egressos do Instituto, foi feita em dois momentos. Entre novembro e dezembro de 2013, estabeleci os primeiros contatos. Naquele período, minha intenção era obter informações básicas para o trabalho da disciplina que eu realizava. Era praticamente uma sondagem. Em 2014, a busca foi orientada pelas questões às quais este trabalho se propôs a abordar. Assim, de forma articulada com objetivos da pesquisa, essa investigação específica pretendia:

- a) Verificar como sua trajetória acadêmica era percebida pelo conjunto de químicos, principalmente dentro do Instituto, em 1984 e atualmente;
- b) Identificar se os motivos pelos quais o Prof. Otto Ohlweiler foi considerado merecedor do título de Professor Emérito em 1984 permaneciam válidos, se teriam sido ressignificados ou abandonados;
- c) Examinar como a recusa do pedido de adiamento *sine die* do recebimento do título havia repercutido junto àqueles segmentos de docentes, técnicos e estudantes em 1984;
- d) Averiguar a possibilidade de que outros itinerários de cópias ou reproduções da carta tenham surgido dali.

No entanto, a riqueza das fontes a que tive acesso, principalmente, por meio das entrevistas, ultrapassou de forma significativa os objetivos iniciais. Infelizmente, os limites deste trabalho não permitiram uma análise mais abrangente e aprofundada desses testemunhos, assim como de outras publicações e documentos encontrados (fontes primárias e secundárias). Fica registrado, portanto, que o material coligido tem porte para uma pesquisa de maior fôlego.

O Diretor do Instituto de Química, Prof. Cesar Liberato Petzhold, foi muito cortês e logo demonstrou disposição em colaborar. Indicou-me a primeira pessoa com quem eu deveria conversar: a Profa. Clarisse Maria Sartori Piatnicki. Segundo me disse, ela era considerada a “herdeira” do Prof. Ohlweiler na área de Química Analítica no Instituto.

Iniciei, assim, meus contatos com membros ou egressos do Instituto de Química a respeito do Prof. Otto Ohlweiler e de sua carta. De forma muito atenciosa,

a Profa. Clarisse Maria Sartori Piatnicki recebeu-me para uma conversa inicial no dia 29 de novembro de 2013. Ela havia trabalhado diretamente com ele desde 1969, quando assumiu o cargo de Auxiliar de Ensino. Entre 1973 e 1981, foi Professora Assistente, mediante Concurso Público. Após, passou a Professora Titular, por meio de Concurso Público de provas e títulos, cargo que ocupa até hoje. Falou-me sobre a trajetória acadêmica do Prof. Ohlweiler, de suas publicações e de sua produção científica. Mostrou-me vários de seus livros de Química.

Realizei minha primeira visita ao Instituto de Química no dia 06 de dezembro de 2013, sendo recepcionada pelo Prof. Cesar Liberato Petzhold, Diretor, e pela Profa. Emilse Maria Agostini Martini, Vice-Diretora. De pronto, eles mostraram-se muito solícitos, dizendo que o Prof. Ohlweiler, admirado e respeitado por seus colegas e alunos, permanece sendo uma referência no Instituto de Química.

A Profa. Emilse Martini, que havia sido aluna do Prof. Ohlweiler, forneceu-me a sua Ficha Funcional e, ainda, indicou-me onde eu poderia localizá-lo nas fotos das turmas de formandos no corredor do Instituto. Além do painel mural de sua própria formatura, já citado no capítulo anterior, estão pendurados nos corredores do IQ outros em que o Prof. Ohlweiler figura como Paraninfo ou Professor Homenageado. Esse simples gesto me tocou profundamente, pois, até então, eu não conhecia o “rosto” do autor da carta que eu pesquisava.

Ao ler os dados da Ficha Funcional, logo percebi a coincidência de investigar sobre ele num período tão próximo ao centenário de seu nascimento. Como não constavam ali os nomes de suas filhas, a Profa. Emilse Martini ainda me concedeu outro dado muito relevante: uma de suas filhas ilustrava os livros do pai, seu nome, portanto, poderia ser encontrado na ficha catalográfica de um deles. Foi assim que cheguei à Regina Ohlweiler.

O Prof. Cesar Petzhold entregou a mim, como doação ao Museu da UFRGS, a cópia de um estudo sobre a história do Instituto de Química, que reproduz a carta do Prof. Otto Alcides Ohlweiler. Lançado em 1984, sob a orientação do Prof. Valentim Emílio Uberti Costa, então Diretor do Instituto, o texto foi elaborado por Edison Schwarz de Melo, responsável também pela pesquisa. Tive a oportunidade de conhecê-los posteriormente. Ainda naquela primeira visita, o Prof. Petzhold me apresentou ao Prof. Paolo Roberto Livotto, que era estudante no início dos anos 1980, assim como ele.

Com a mesma gentileza que todos me dispensaram, o Prof. Paolo Roberto Livotto conversou comigo em seu gabinete. Aquela conversa também foi fundamental, pois, além de informações importantes, ele me forneceu a indicação de fontes até então nem presumidas. Indicou-me, também, nomes de colegas que haviam participado do Diretório Acadêmico dos Estudantes de Química (DAQ) no período de 1984.

Por intermédio da bibliotecária Gilca Maria de Oliveira Santos Cristino, com autorização da Profa. Emilse Martini, tive acesso, ainda, à cópia digitalizada do processo em que o Prof. Ohlweiler remeteu a cópia da carta à Congregação. Esse processo foi analisado no terceiro capítulo.

No início do mês de outubro de 2014, retomei o contato com o IQ para tratar do presente trabalho e agendar entrevistas. Fui, então, surpreendida por uma coincidência interessante. Por proposição do Instituto de Química, o CONSUN aprovava a concessão do título de Professor Emérito a Valentim Emilio Uberti Costa, que o receberia em Sessão Solene naquele mesmo mês. Vale lembrar que, na condição de Diretor do IQ e Presidente da Congregação, havia sido ele que encaminhara ao CONSUN o pedido de concessão do título de Professor Emérito ao Prof. Otto Ohlweiler. A principal coincidência estava no fato de que ele receberia o título no mês em que o Prof. Ohlweiler completaria 100 anos.

A convite da Profa. Emilse Martini, participei da Sessão. Lá conheci e conversei com o Edison Schwarz de Melo. Farmacêutico por formação, ele permanece trabalhando no Instituto de Química, sendo um dos principais responsáveis por algumas iniciativas do IQ no campo da Memória. Infelizmente não foi possível entrevistá-lo para este trabalho.

Durante a Sessão no CONSUN o nome do Prof. Ohlweiler foi citado pelo reitor, Prof. Carlos Alexandre Netto, que, ao dirigir-se ao Prof. Uberti Costa, saudou-o por integrar o “panteão de professores como Otto Alcides Ohlweiler e Yeda Pinheiro Dick<sup>64</sup>, merecedores do título de Professor Emérito”. Essa fala do Prof. Carlos Alexandre é significativa, pois, vindo do reitor, indica que a UFRGS ainda reconhece o merecimento do Prof. Ohlweiler ao título. Em seu discurso, o Prof. Valentim Uberti Costa referiu-se ao Prof. Ohlweiler da seguinte forma:

---

<sup>64</sup> A Profa. Yeda Pinheiro Dick recebeu o título de Professora Emérita em 2007. Com a recusa do Prof. Ohlweiler, era a única do Instituto de Química a tê-lo recebido até então.

Nesse período [em que era aluno], também, conheci e convivi com uma referência ímpar de cidadão, um verdadeiro indivíduo marxista, professor e pesquisador, Professor Otto Alcides Ohlweiler. Muito conversei com ele durante meu curso de química, conversas gratificantes e construtivas para a formação de minha cidadania. (COSTA, 2014, informação verbal)

Ao final da Sessão, ainda mais motivada pela permanência do prof. Ohlweiler dentre suas referências, fui apresentada ao Prof. Valentim Uberti Costa pelo Prof. Paolo Livotto. Ele foi extremamente receptivo e me concedeu, posteriormente, uma preciosa entrevista.

Os depoimentos para esta pesquisa foram fornecidos por meio de entrevistas filmadas ou do envio das respostas por escrito entre outubro e novembro de 2014. As perguntas, feitas a partir de roteiros semiestruturados, continham itens específicos conforme o tipo de ligação dos colaboradores<sup>65</sup> com o Instituto entre 1982 e 1984. O recorte temporal abarcou o período de tramitação do processo de concessão do título. De 1982 a 1984, portanto, dos nove colaboradores, três eram professores e cinco eram estudantes do Instituto de Química. Desses estudantes, um formou-se durante o período investigado e outra era também funcionária no Instituto.

O nono colaborador era estudante da Escola de Engenharia. Seu vínculo foi estabelecido através do contato com alunos do IQ, por meio do movimento estudantil. Como seu curso era Engenharia Química, também está na área de abrangência dos “químicos” aqui referidos.

É interessante observar que todos os entrevistados dedicaram-se, em algum momento, à docência no ensino superior. Assim, quatro são professores no Instituto de Química ainda hoje e um aposentou-se. Os outros quatro desempenham ou desempenharam essa atividade profissional em outras instituições.

Os colaboradores foram unânimes em reafirmar: 1) a importância da produção científica e didática do Prof. Ohlweiler no campo da Química; 2) o reconhecimento da “comunidade” acadêmica a esse respeito, inclusive em âmbito internacional. Dentre os que mantiveram vínculos específicos com o IQ, alguns informaram que seus livros de Química Analítica ainda são usados nas disciplinas pertinentes. Também foi citada, de forma significativa, a contribuição de seu trabalho

<sup>65</sup> Colaboradores e seus vínculos com o IQ em 1984: **Cesar Liberato Petzhold**, estudante de Química; **Clarisse Maria Sartori Piatnicki**, Professora Assistente por Concurso Público; **Edgardo Aquiles Prado Perez**, presidente do CEUE; **Emilse Maria Agostini Martini**, Professora Associada; **Fernando Guaragna Martins**, representante discente na Congregação do IQ; **Maria Alice Santanna dos Santos**, Presidente do DAQ em 1984; **Maria Tereza Campezzato**, vice-presidente do DAQ em 1984 e técnica do IQ; **Paolo Roberto Livotto**, Presidente do DAQ entre 1981 e 1982, mestrando na UNICAMP em 1984; **Valentim Emílio Uberti Costa**, Diretor do IQ.

para o desenvolvimento do Instituto de Química e para a qualidade do conhecimento produzido no IQ. Portanto, é possível afirmar que, pela percepção de membros e egressos do Instituto de Química, permanecem válidos os critérios utilizados para que fosse formulada a proposta de concessão do título ao Prof. Ohlweiler. O próprio parecer emitido pela Comissão do IQ em 1982, continua atual: assim, por elementos de memória individual e coletiva dos “químicos”, a respeito do Prof. Ohlweiler, “pode ser dito que o seu passado não é passado” (Processo nº 43.157/82, fl. 10).

Em relação ao posicionamento das pessoas entrevistadas a respeito da decisão do Prof. Ohlweiler, no entanto, a diversidade de opiniões mereceria uma análise mais aprofundada do que este trabalho permite. São questões de extrema relevância, inclusive, para a memória do próprio Instituto de Química. Cabe salientar, entretanto, que essas opiniões divergem a respeito da atitude do Prof. Ohlweiler acerca do recebimento do título ou das implicações disso para o Instituto de Química. Não houve qualquer consideração contrária às suas motivações para o fato. Ao contrário, o conteúdo da carta foi visto como de extrema relevância. Independente da concordância ou não, o respeito pela decisão do Mestre também foi unânime.

Quanto ao quarto tópico investigado, foi confirmada a suposição inicial de que outros “itinerários” da carta partiram do Instituto de Química. A própria reprodução da carta no material relativo à história do Instituto é a primeira ratificação disso. Como visto acima, trata-se de um texto de autoria de Edison Schwarz de Melo, lançado em novembro de 1984, sob a orientação do Prof. Valentim Emílio Uberti Costa, então Diretor do Instituto.

Tive o prazer de entrevistá-lo no dia 23 de outubro de 2014, já como Professor Emérito. Perguntado especificamente acerca disso, o Prof. Valentim Uberti Costa explicou que a decisão de reproduzir a carta naquele documento foi motivada não só pela sua relevância como, também, pelo fato de que o reitor havia se negado a dar-lhe publicidade, conforme estava sendo solicitado. Essa reprodução, portanto, seria uma forma de divulgar e registrar a existência da carta e as opiniões do Prof. Ohlweiler. Assim, em âmbito interno, é fato que o Instituto de Química proporcionou a divulgação da carta e do posicionamento do Prof. Ohlweiler ali anunciado.

Outra questão importante que surgiu em vários momentos da pesquisa refere-se à atualidade do conteúdo da carta, que já completou 30 anos. A esse respeito, o Prof. Valentim Uberti Costa (2014) falou:

[...] o que ele escreveu na carta [...] eu acho que foi brilhante. [...] é um conteúdo brilhante [...] que é isso que a gente tem que levar em conta [...]. E a solicitação dele de ser divulgada esta carta no *Jornal da Universidade* também teria sido interessante.

[...] na verdade, [...] ele não está renunciando. Tanto que a Química considera que ele aceitou, ele agradeceu. O problema é que ele adiou [...]. Então, ele ainda tá esperando [...] ele ainda está aguardando uma manifestação da Universidade! (COSTA, 2014, informação verbal).

Embora não publicada no *Jornal da Universidade*, constatei pelo depoimento dos entrevistados que sua circulação extrapolou os limites do Instituto. Em relação a isso ficou evidente a participação dos estudantes, organizados em suas entidades. Nesse sentido, a atuação dos membros do Diretório Acadêmico dos Estudantes de Química (DAQ) foi fundamental. Quatro dos colaboradores da pesquisa integraram as diretorias do DAQ entre 1982 e 1984. Três deles desempenhavam importantes funções em 1984: uma era presidente, outra era vice-presidente e o terceiro era representante discente na Congregação do IQ.

O outro entrevistado, estudante da Escola de Engenharia, era presidente do CEUE em 1984. Todos forneceram preciosas informações a respeito da atuação dos estudantes na divulgação da carta, com ênfase na participação do DAQ. A complementaridade das respostas desses cinco colaboradores permitiu traçar o seguinte quadro:

- a) Consonante com a luta pela redemocratização do País, representada pelo movimento *Diretas Já*, o Conselho dos Diretórios Acadêmicos da UFRGS<sup>66</sup> havia deliberado pelo movimento de democratização da Universidade, que incluía a reivindicação por eleições diretas para reitor e diretor de unidade;
- b) A cópia da carta que o Prof. Ohlweiler enviara ao Instituto, conforme seu pedido, fora dada a conhecer pela Congregação, órgão em que havia representação estudantil;
- c) Os membros da diretoria do DAQ procuraram divulgar a carta do Prof. Ohlweiler junto aos estudantes, com o intuito de demonstrar a necessidade de redemocratização do Brasil e da Universidade;
- d) A carta foi fixada no mural do DAQ e de outros diretórios acadêmicos;
- e) O representante discente na Congregação do IQ levou pessoalmente a cópia da carta a alguns diretórios, o CEUE inclusive;

<sup>66</sup> O Conselho dos Diretórios Acadêmicos da UFRGS reúne representantes de todos os centros e diretórios acadêmicos da UFRGS. Atua como uma espécie de “legislativo” junto ao Diretório Central de Estudantes (DCE).

- f) Na Escola de Engenharia, a carta foi pendurada no “mural principal” do CEUE, localizado no prédio “novo” da Escola.

Esses relatos tornam incontestável o engajamento de estudantes na divulgação da carta e na discussão que ela fomentava acerca dos problemas relativos à democracia (ou à falta de) na Universidade e no Brasil. São percebidos os vínculos do item pesquisado com a memória do CEUE, assim como com a memória do conjunto dos estudantes e do movimento estudantil naquele período.

### 5.1.2 DE PAI PARA FILHA

A valiosa entrevista que me concedeu Regina Ohlweiler no dia 21 de outubro de 2014, bem como toda a documentação por ela disponibilizada, abre, ainda, vários temas e possibilidades de pesquisa. O pai transmitiu à ela seu acervo pessoal, suas reflexões, certezas e indagações. Sim, o velho Mestre também tinha suas dúvidas.

Especificamente sobre a carta, seus itinerários e desdobramentos, o Prof. Ohlweiler deixou vasta documentação. Há correspondências de apoio recebidas, recortes de jornais em que sua carta foi publicada ou noticiada, além de seus próprios comentários a respeito.

Sabe-se que a carta não fora publicada no *Jornal da Universidade*, que nem mesmo existia com esse nome na época. Conforme consulta no acervo da Biblioteca Central, constatei existirem naquele período o *Jornal Mural da UFRGS* e a revista *Universidade*. O *Jornal da Universidade*, com esse nome e a configuração atual, passou a existir a partir de 1997.

No entanto, a carta teve uma divulgação mais ampla do que sua exposição em murais ou informativos de entidades estudantis. Sua repercussão foi além dos debates entre os estudantes universitários. A carta fora noticiada em jornais de grande circulação no Estado, sendo, inclusive, reproduzida em alguns casos. O jornal *Zero Hora* divulgou, no dia 13 de abril de 1984, uma matéria cujo título é *Professor não aceita título da UFRGS* (FIGURA 32). Considerando que neste mesmo dia seria realizado o comício do movimento pelas *Diretas Já* em Porto Alegre, percebe-se sua inserção num contexto bem mais abrangente do que o esperado no início desta pesquisa. Nem mesmo os entrevistados perceberam ou recordaram tal repercussão.

FIGURA 32 – Professor não aceita título da Ufrgs

**Professor não aceita título da Ufrgs**

O professor Otto Alcides Ohlweiler, de 60 anos, gaúcho, considerado um dos maiores especialistas no Brasil e no mundo em Química Analítica, disse que não aceitou o título de Professor Emérito, concedido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), para marcar com o seu gesto "a necessidade de uma avaliação autocrítica da Universidade em relação à repressão política nos anos 60". Esta foi a segunda decisão do gênero em toda a história da Ufrgs. Antes dele, apenas o escritor Érico Veríssimo recusou, na década de 70, o título de Doutor Honoris Causa, por entender que a universidade era "uma instituição comprometida".

E Ohlweiler — autor de oito livros didáticos sobre Química até hoje adotados nas universidades brasileiras e ainda de 45 estudos originais, dos quais 25 foram publicados em periódicos e revistas estrangeiras, incluindo uma veiculada na União Soviética — teve bons motivos para rejeitar o título que a universidade quis lhe dar. O professor, que também realizou estudos na área da economia, tendo inclusive um trabalho considerado clássico, foi um dos 20 professores acusados no ano de 1964, quando a universidade foi ocupada pelos militares.

**O julgamento**

Ele somente foi poupado porque o então diretor da Escola de Engenharia, onde lecionou do ano de 1936 até 1978, professor Luis Lesseigneur de Faria, o inocentou das sete acusações que lhe pesaram, entre elas conferencista e comunista da linha de Peulm: "Sempre tive uma boa posição e prestígio como professor", lembra Ohlweiler, que embora aposentado, ainda realiza pesquisas na universidade, porque conserva uma das bolsas mais categorizadas do Conselho Nacional de Pesquisa.

Até hoje recorda da "farsa" que foi o julgamento dos mestres implicados, porque segundo ele, os professores não se pronunciavam. Todos foram acusados do mesmo crime: delito de opinião, o qual não é configurado em lei. Entre eles estava o maior físico brasileiro, o paulista Mário Schemberg, que nem sequer recebeu visto para poder lecionar no exterior, atendendo a convites, lembra. Por tudo isso, ele afirma que a universidade deveria ter a mesma dignidade que a Igreja teve, quando inocentou, passados 350 anos, a Galileu. "Por que a Ufrgs não faz isso? Esse título é uma contradição num tempo dilatado, que representa a transferência da política denunciada nos anos 60".

**A política**

Durante quase 50 anos Otto Ohlweiler manteve atividade política. Ele foi deputado durante três meses no ano de 1964, pelo PSB, e que agora se aproxima do ponto de vista da tese política do PCR. Em 1942, entrou para o Partido Comunista. Leu muitas obras

estrangeiras marxistas e com base em seus conhecimentos garante que só o socialismo poderá salvar o mundo da crise por que passa. Em seu mais recente livro, "Materialismo ~~científico~~ e a crise contemporânea", ainda no prelo, faz uma análise da crise capitalista, apresentando algumas saídas. **HISTÓRICO**

Na verdade, ele acha que a transformação da sociedade somente poderá acontecer através do processo revolucionário impulsionado pelo proletariado. Especificamente sobre a crise capitalista brasileira, ele entende que a ausência de um governo efetivo vai colocar a sociedade diante de um dilema: saída burguesa ou revolução do povo.

No entanto, ele destaca que a conscientização e organização do proletariado ainda é incipiente, mas pode avançar. "Nunca vi um movimento tão grande como este em favor das diretas", disse, acrescentando que ele já é vitorioso, mesmo que a emenda do deputado Dante de Oliveira não seja aprovada, porque o movimento ganhou o povo e abriu espaço para novas conquistas. Por isso, ele considera improvável uma intervenção militar, afirmando que os militares estão desmoralizados no Cone Sul.

Finalizando, o velho professor — um homem miúdo, de barbas e cabelos meio longos e brancos, e de uma verbalidade sem limites — com clareza, concluiu, que mesmo uma posição conciliatória entre a Oposição e o Governo não resolveria o problema da sociedade brasileira. No entanto, declarou a impossibilidade de prever o processo para o Brasil sair da crise em que encontra, brincando: "Somente um astrólogo poderia fazê-lo". Retomando o tema do título concedido pela Ufrgs, que ele não aceitou, Ohlweiler assegurou que o teria recebido de bom grado, se não tivesse acontecido a repressão de 64 dentro da universidade. E sugeriu que a Ufrgs publique a carta que ele escreveu, falando sobre os motivos pelos quais não aceitou o título, pelo menos para suscitar livres debates entre os alunos.

**Otto Ohlweiler não quis ser Professor Emérito**

*ZERO HORA 13/04/84*

Fonte: Zero Hora, 13 abr. 1984 / Acervo Familiar Ohlweiler.

Já o *Correio do Povo*, em 14 de abril de 1984, no dia seguinte ao comício, portanto, publicou: *Docente denuncia repressão na UFRGS após março de 64* (FIGURA 33).

FIGURA 33 - Docente denuncia repressão na UFRGS após março de 64



Fonte: Correio do Povo, 14 abr. 1984 / Acervo Familiar Ohlweiler.

A carta foi publicada na íntegra no *Jornal do Sul*, edição de 15 de março a 15 de abril de 1984 (FIGURA 34). Em carta datada de 22 de maio do mesmo ano, Carlos Jorge Appel, editor do *Jornal*, dizia: "[...] o artigo tem tido tanta repercussão que as bancas esgotaram rapidamente seus números e já fizemos duas reposições" (APPEL, 1984, n.p. Acervo Pessoal Família Ohlweiler). Conforme expliquei no terceiro capítulo, Carlos Jorge Appel era professor do Colégio de Aplicação em 1964 e foi afastado da Universidade pelo tipo de expurgo que Jaime Mansan (2009) classificou de "indireto".

FIGURA 34 – Carta ao Reitor da UFRGS

JORNAL DO SUL 15 DE MARÇO A 15 DE ABRIL DE 1984 N.º 18

JS

ANO III N.º 18  
15 MARÇO A 15 ABRIL  
1984

**Otto A. Ohlweiler rejeita o título de Professor Emérito da UFRGS e lembra que Érico Veríssimo já rejeitou, no início da década de 70, o título de Doutor Honoris Causa.**

## Carta ao Reitor da UFRGS

Exm. Sr. Prof. Earle Diniz MacCarthy Morais M. D. Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Nesta

Através do ofício emanado de Reitoria da UFRGS, com data de 06 de dezembro p.p., tomei conhecimento da resolução do egrégio Conselho Universitário, tomada em reunião de 01 daquele mês, de conceder-me o título de Professor Emérito, sancionando assim, em última instância, uma proposição nesta sentido aprovada pela Congregação do Instituto de Química.

Sinto-me deveras reconhecido para com todos aqueles que, de uma ou de outra forma, contribuíram para levar a proposição da Congregação do Instituto de Química até a decisão final do Conselho Universitário. Todavia, devo informar que, em virtude de razões que passarei a expor, não pretendo agora receber o honroso título de Professor Emérito. Esta decisão, que me custou longas e maduras reflexões e, finalmente, como um imperativo de consciência irrevêlvel, prende-se às implicações do processo de repressão política desencadeado no seio da nossa Universidade — em simultaneidade com o que aconteceu em outras Universidades do País — após a instauração da ditadura militar em 1964.

Os professores atingidos pela repressão política foram acusados da prática de subversão da ordem, numa singularíssima situação em que aqueles que, de fato, haviam subvertido a ordem constituída assumiram o papel de acusadores, e os que a haviam defendido apareciam como acusados da subversão. Na verdade, contra os professores visados pela repressão não foi possível configurar mais do que pretensos delitos de opiniões.

### DELITOS DE OPINIÃO

Posto que não há crime nem que haja uma lei anterior que o defina e, na ausência de instrumentos legais que definissem os delitos de opinião atribuídos aos professores das Universidades bra-

leiras perseguidos por motivos políticos pelo regime militar, é óbvio que os acusados não poderiam ser incluídos e julgados no âmbito da justiça ordinária. Então, o regime integrado por elementos do corpo docente que os Conselhos Universitários e as Congregações das Faculdades foram virtualmente compelidos a indicar. Foi o recurso adotado — não importando quanto ferisse a autonomia das Universidades — para emprestar uma aparente legitimidade à repressão que iria atingir cerca de uma centena de professores do País. Via de regra, as Universidades brasileiras dobram-se inermes às exigências da intervenção castrense. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul não fugiu à regra geral. É certo que em algumas de suas unidades pode ter havido o propósito de evitar um "mal maior" com a indicação de representantes menos inclinados a sancionar os "exageros" pretendidos pelos propugnadores da raia. Seja como for, do ponto de vista estritamente político, a UFRGS, tendo à época como Reitor o prof. José Carlos Fonseca Milano, legitimou a repressão política contra seu corpo docente, em consequência do que foram demitidos muitos de seus melhores professores. Não há como negar: a repressão desencadeada nas Universidades, após o golpe militar de 1964, foi parte inseparável da vasta onda de repressão que varreu o País e que não raro culminou com bestiais crimes cometidos pelos chamados órgãos de segurança.

### OPERA BUFA

A Comissão Especial de Investigação Sumária na UFRGS tinha como presidente nominal um professor da Faculdade de Economia, já falecido; mas a direção efetiva ficou enfiada nas mãos do interventor militar, o Gen. Jorge Garrastazu Teixeira. Na época, tendo eu sido obrigado a comparecer ante a Comissão Especial, pude constatar pessoalmente com que acobardamento e parcialidade ele eram reunidos ou fornecidos os elementos de acusação. Um único episódio será suficiente para mostrar que a

dita Comissão Especial, pelos fins que persegue e a métodos que teve de adotar, tinha mesmo que acabar encenando uma verdadeira ópera bufa de mau gosto. Quando compareci ante a subcomissão pertinente, ao ser interrogado pelo senhor General-Interventor, eu havia recusado uma série de acusações despropositadas e irrelevantes, o que fez com que eu fosse, inconformado, depois de afirmar que iria relatar um fato por ele mesmo presenciado, voltasse à carga com a seguinte acusação: que eu, parafinando uma turma de formandos da Escola de Engenharia em 1949, teria pronunciado no ato de formatura, dado como tendo ocorrido no Salão Nobre da Reitoria, um discurso não radical que o Diretor daquela Escola, apontado como sendo então o professor Luiz Lesseigneur de Faria, ao ensejo de sua oração no encerramento da cerimônia, tivera de reter as teses por mim defendidas. Pondera que, não obstante o Senhor General-Interventor ter a tudo assistido segundo insistia, a formatura não fora no local apontado pela simples razão de que o prédio da Reitoria sequer estava construído; e, mais, que o Diretor da Escola, na época, era o professor Lelis Esparte e não o professor Faria; e, finalmente, que aquele em nenhum momento se referira ao meu discurso. O Senhor General-Interventor teimou na sua versão, obrigando-me a apelar para o testemunho de um membro da subcomissão para fazer prevalecer a minha. Ora, mesmo não considerando as inverdades reiteradas, a acusação era uma tolice que nada podia configurar de delituoso a não ser para um caçoto aprendiz de Torquemada. Deixando de lado o aspecto cômico do episódio, o que, como conclusão, desejo ressaltar é que acusações deste tipo formam, na verdade, a tônica das investigações procedidas pela Comissão Especial, o que, entretanto, não impediu ao Senhor General-Interventor de poder levar impavidamente até o fim a sua missão de inquisidor; ou, mesmo, proclamar mais tarde a uma revista de grande circulação que a Comissão tivera "um funcionamento muito bem elaborado", sob o argumento de que os processos tinham formado uma pilha de papéis de mais de um metro de altura!

### VINTE ANOS APÓS

Agora, passados que são cerca de vinte anos desde a ocorrência dos fatos relatados, eis-me diante da resolução do Conselho Universitário concedendo-me o título de Professor Emérito. Numa plena reafirmação dos princípios filosóficos e políticos que espousa e pelos quais a repressão pretendeu me atingir, não posso deixar de avaliar a resolução do Conselho Universitário no contexto mais abrangente dos acontecimentos ocorridos no âmbito da Universidade em decorrência do golpe militar de 1964, não só na parte que feriram os meus direitos de cidadão, mas também pelo que representam para a vida da nossa Universidade.

Entretanto, tomarei a liberdade de tocar algumas considerações a respeito do parecer exarado pela Comissão nomeada pelo Conselho Universitário para opinar sobre a proposição originária da Congregação do Instituto de Química propondo-me fosse concedido o título em questão. O parecer reúne uma série de generosas referências à minha atividade docente na Escola de Engenharia, quase cinquenta anos. Apraz-me reconhecer que durante esse tempo recebi da Universidade de quase sempre todo apoio para poder levar a cabo os empreendimentos em que me empenhei; sou grato por isso e, quanto a mim, fiz o que esteve ao meu alcance e nada mais que meu dever. Entendo, outrossim, como um aspecto positivo a preocupação manifestada pelos signatários do parecer em registrar a minha atividade como cidadão numa dimensão global, não omitindo inclusive minha longa militância na corrente do pensamento marxista, que vem desde os tempos da ditadura getuliana. Devo, entretanto, fazer alguns reparos àquela parte do parecer que procura relacionar, equivocadamente, o fato de eu não ter sido demitido da função de professor universitário pelo processo repressivo em 1964, a que eu não me teria valido da cátedra para fins de "prosselitismo político".

A minha opinião é, entretanto, outra e vou registrá-la como um depoimento que poderá ser útil para o levantamento histórico dos acontecimentos em foco. Em primeiro lugar, devo esclarecer que a Escola de Engenharia, tendo à época como Diretor o professor Luiz Lesseigneur de Faria e como representante na Comissão de Investigação o professor Saviniano de Castro Marques, não favoreceu, no âmbito de sua jurisdição, que prevalecesse o clima de cacá às bruxas, donde resultou que nenhum dos cinco professores incluídos — entre os quais eu próprio figurava —, afora o constrangimento de um comparecimento forçado ante um tribunal de origem espúria, fosse punido, muito ao contrário, pois, do que sucedeu em outras unidades, onde a conivência com a intervenção foi até à deslealdade e à intriga. Insisto no ponto de vista de que é preciso reconhecer que todos nós, os professores da UFRGS, na época levados ante a Comissão de Investigação, o fomos única e exclusivamente em virtude de nossas convicções políticas e de nossa oposição ao regime imposto pelo golpe militar.

Em segundo lugar, a afirmação em apreço envolve uma formulação que, sobre expressar uma opinião equivocada como mostrei, ainda tem o vício de implicitamente justificar a penalização dos professores que foram expulsos arbitrariamente da Universidade. Ora, o aspecto essencial da questão, que precisa ser reconhecido e proclamado, é a legitimidade original daquele tribunal de exceção, na época constituído sob intervenção militar na Universidade, e cuja finalidade precípua era atingir um certo número de docentes para fazer calar pelo terror as vozes de oposição ao novo regime no seio do magistério.

### RAZÕES POLÍTICAS

Em consonância com a linha geral de raciocínio que venho de expor, devo declarar, motivado por razões de ordem política e também por um sentimento de irrestrita solidariedade a todos os colegas que foram atingidos pela repressão, não existirem as necessárias condições para que eu possa receber o título que me é oferecido e, portanto, opto pelo adiamento sine-die de sua outorga. No início da década de 1970, o escritor Érico Veríssimo recusou o título de Doutor Honoris Causa, por entender que nossa Universidade era então uma instituição ocupada. Hoje, certamente, não é esta exatamente a situação na Universidade, quanto mais não seja pela razão que é toda a sociedade civil que frontalmente repele o autoritarismo castrense e vigorosamente exige o alargamento das liberdades democráticas. Mas também não é menos certo que até aqui não foi esboçada nenhuma avaliação auto-crítica em relação ao processo de repressão desencadeado na Universidade nos anos 60. A Igreja "reabilitou" Galileu transcritos aproximadamente 350 anos desde sua condenação, mas sem dúvida teve a grandeza moral de reconhecer seu erro. De fato, a análise dos acontecimentos que marcaram tão negativamente a vida da Universidade com a implantação do regime militar no País é uma necessidade imperiosa para a conservação da memória histórica da instituição; é também imperativo para a afirmação de uma maior autonomia da Universidade, autonomia essa indispensável para que aquela possa contribuir com uma produção cultural autêntica e, ao mesmo tempo, converter-se em um foro respeitável para o debate dos grandes problemas contemporâneos. Na medida em que me for reconhecido o direito de fazer alguma sugestão com vistas a favorecer o encaminhamento de tal análise, eu reivindico a publicação desta carta no *Journal da Universidade* e lembro a conveniência de que seja liberada, para os estudiosos da nossa História, toda a documentação concernente ao processo de repressão na Universidade a partir do golpe militar de 1964. Outrossim, desejo consignar que, não tratando esta carta de questões de ordem privada, considero-me no direito de, eventualmente, dar a ela publicidade se achar conveniente.

Eis, Senhor Reitor, as ponderações que achei devia fazer em resposta à resolução do Conselho Universitário que motivou esta carta. Solicito, atentamente, que faça transmitir o teor da mesma ao conhecimento do Conselho Universitário. Receba, enfim, os meus protestos do maior respeito e da mais alta consideração. Saudações cordiais. Otto Alcides Ohlweiler.

Fonte: *Jornal do Sul*, 15 de março a 15 de abril de 1984 / Acervo Familiar Ohlweiler.

Segundo Regina Ohlweiler, a ADUFRGS também teria distribuído cópias da carta a docentes da UFRGS (OHLWEILER, 2014). De qualquer forma, como referido no quarto capítulo, o ADverso, jornal da entidade, publicou a carta em 1988 juntamente com uma matéria do Prof. Ohlweiler e uma compilação de dados biográficos (ADverso, 1988).

O acervo contém ainda cartas de apoio à decisão do Prof. Ohlweiler. Cito apenas alguns exemplos. A manifestação de apoio de Nelson Werneck Sodré data de 16 de maio (FIGURA 35). O historiador, que teve seus direitos políticos cassados duas semanas após o golpe de 1964, escreveu de próprio punho:

Seu documento redime a cátedra universitária brasileira das infâmias a que se submeteu - com a conivência, a omissão e até a delação - nos animosos tempos em que sobre ela tripudiou a ignorância vesânica. Sua carta me lavou a alma. Ela deveria ser pregada no pórtico das Universidades, como a afirmar "aqui, um dia, houve um homem". Muito obrigado. (SODRÉ, 1984, [n.p.]. Acervo Familiar Ohlweiler. Grifo meu.)

FIGURA 35 - Carta de Nelson Werneck Sodré

Rio - 16.05.1964.

Prezado Prof. Otto J. Ohlweiler,

cumprimentos

Compendo o <sup>recesso</sup> repouso obrigatório a que me forcei convalescência de infarto que me acometeu nos primeiros dias de abril, não posso deixar por o meu cabroso aplauso a sua carta, divulgada no Journal do Sul de 15.03/15.04, que acabo de ler. Seu documento redime a cátedra universitária brasileira das infâmias a que se submeteu - com a conivência, a omissão e até a delação - nos ominosos <sup>sobre</sup> tempos em que <sup>vesânica</sup> ela tripudiu a ignorância vesânica.

Sua carta me lavou a alma. Ela deveria ser pregada no pórtico das Universidades, como a afirmar "aqui, um dia, houve um homem". Muito obrigado. Saúde e paz.

Nelson Werneck Sodré

Fonte: Acervo Pessoal Família Ohlweiler

Décio Freitas, outro dos atingidos logo após a deposição de Jango, também utilizou a expressão "lavar a alma" ao se referir à carta do Prof. Ohlweiler. Sua correspondência (FIGURA 36), escrita em 18 de maio, é afetiva, lembrando também dos tempos em que integravam as mesmas fileiras partidárias. Tempos de *Libertação*, de *Tribuna Gaúcha*, entre outros desafios comuns.

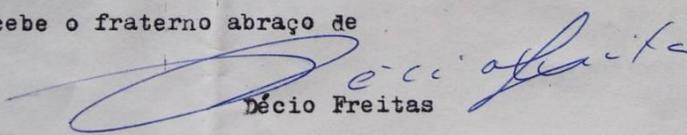
FIGURA 36 - Carta de Décio Freitas

Brasília , 18 de maio de 1984 .

Querido Otto Alcides ,

Acabo de ler , no Jornal do Sul , tua carta ao Magnífico .  
 Não é apenas uma atitude política , mas um "beau geste" - daqueles  
 que lavam a alma da gente . Deste a resposta merecida ao emérito sa-  
 cripanta . Faz bem constatar que se pode , na meia idade , continuar  
 a amar e respeitar alguém , como na juventude .

Recebe o fraterno abraço de

  
 Décio Freitas

Fonte: Acervo Familiar Ohlweiler

A posição do Prof. Ohlweiler também foi apoiada por servidores técnicos da UFRGS. Cito o exemplo do publicitário Sergio Krepsky, conforme correspondência datada de 16 de abril de 1984:

Como modesto funcionário da nossa universidade, ainda que avesso a manifestações politiqueras, quero dizer ao Mestre que seu honroso gesto em não aceitar o título de Professor Emérito [...] muito anima continuar lutando por uma universidade melhor. (KREPSKY, 1984, [n.p.]. Acervo Familiar Ohlweiler).

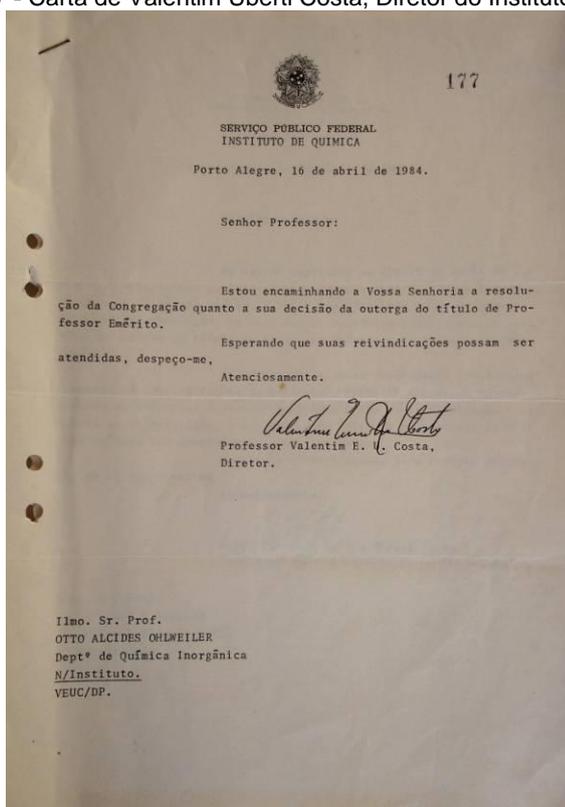
Um dos documentos mais relevantes deste acervo é um ofício do Instituto de Química enviado ao Prof. Ohlweiler no dia 16 de abril de 1984 (FIGURA 37). Assinado pelo Prof. Valentim Uberti Costa, diretor, esse ofício encaminha a cópia de outro importante documento, emanado da Congregação do IQ, que havia sido enviado ao reitor na mesma data. Formulado após a Congregação ter tomado conhecimento do teor da carta do Prof. Ohlweiler e, portanto, de sua solicitação pelo adiamento *sine die* da outorga do título pelos motivos explicitados, o ofício enviado ao reitor esclareceria o posicionamento daquela Congregação a respeito. Considerando a importância desse documento, espero que seu original possa ser encontrado. Segundo o texto da cópia recebida pelo Prof. Ohlweiler:

[...] a Congregação resolveu secundar as reivindicações do Professor OHLWEILER expressas naquele documento, solicitar [...] sua ampla divulgação no âmbito da Universidade [...] e que seja dado início a um processo de análise crítica dos acontecimentos ali relatados. (INSTITUTO DE QUÍMICA, 1984, [n.p.]. Acervo Familiar Ohlweiler).

Tal documento manifestaria, portanto, um posicionamento relevante e corajoso da Congregação do Instituto de Química, evidenciando que a solicitação do Prof. Ohlweiler não havia sido solitária, nem mesmo na esfera institucional. A

comprovação da existência do original do ofício e de seu envio ao reitor, Prof. Earle Macarthy Moreira, permitirá uma análise mais aprofundada dos fatos. De qualquer forma, ao finalizar a própria correspondência emitida ao Prof. Ohlweiler, o Prof. Valentim Uberti Costa corrobora a aventada atitude da Congregação no sentido do apoio: “esperando que suas reivindicações possam ser atendidas, despeço-me” (FIGURA 37).

**FIGURA 37** - Carta de Valentim Uberti Costa, Diretor do Instituto de Química

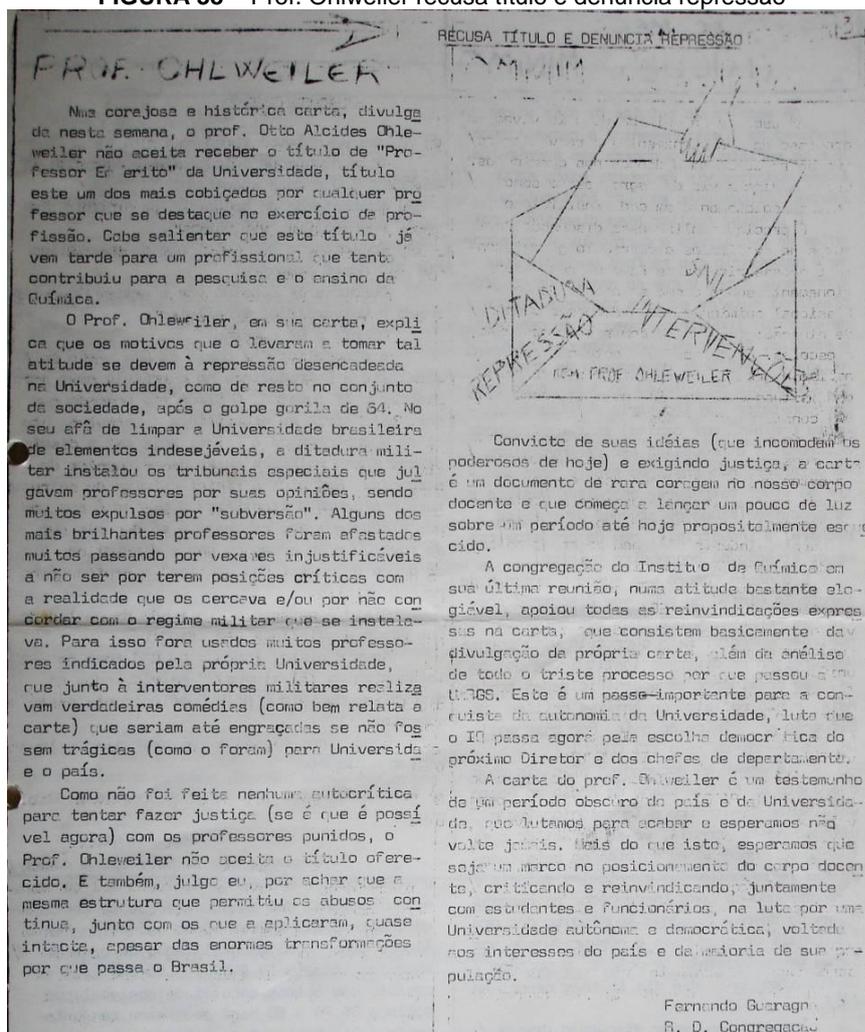


Fonte: Acervo Familiar Ohlweiler.

No entanto, há outro documento neste acervo que ratifica a hipótese de que as solicitações do Prof. Ohlweiler teriam sido acompanhadas pela Congregação. Trata-se do boletim do DAQ, *Informol*, de abril de 1984. O informativo sintetiza as principais preocupações e discussões dos estudantes naquele momento, conforme indica sua sugestiva capa. Nele ainda consta o texto *Prof. Ohlweiler recusa título e denuncia repressão*, assinado por Fernando Guaragna, representante discente na Congregação (FIGURA 38). Segue um trecho a esse respeito:

A congregação do Instituto de Química, em sua última reunião, numa atitude bastante elogiável, apoiou todas as reivindicações expressas na carta, que consistem basicamente da divulgação da própria carta, além da análise de todo o triste processo por que passou a UFRGS (GUARAGNA MARTINS, 1984, p.3).

FIGURA 38 – Prof. Ohlweiler recusa título e denuncia repressão



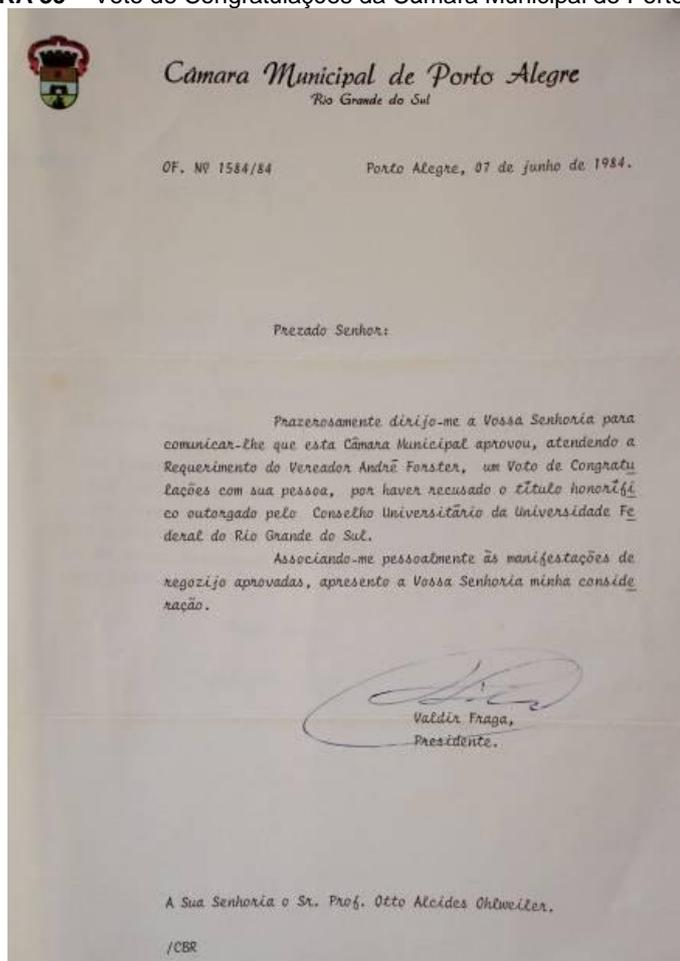
Fonte: *Informol*, abr. 1984 / Acervo Familiar Ohlweiler.

Outros documentos que mereceriam ser investigados de forma mais aprofundada são os próprios registros escritos do Prof. Ohlweiler. Eles elencam dados novos para futuras pesquisas. Para exemplificar as potencialidades desses apontamentos, reproduzo o título de um deles, relativo especificamente à carta: *Indicações para posterior aproveitamento*.

A carta do prof. Ohlweiler foi publicada nos anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul também em abril de 1984. No mês seguinte, passou a figurar nos anais da Câmara Federal. Já a Câmara Municipal de Porto Alegre, além da publicação da carta, ainda foi protagonista de outras duas atitudes relevantes. Em junho: "[...] aprovou, atendendo a Requerimento do Vereador André Forster, um Voto de Congratulações com sua pessoa, por haver recusado o título honorífico outorgado pelo Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul." (FRAGA, 1984, Carta/ ACERVO). (FIGURA 39)

O Ver. André Forster era sociólogo, professor universitário e uma liderança de oposição ao regime. Estudante na Faculdade de Filosofia quando ocorreu o golpe de 1964, acompanhou com os colegas as suas consequências imediatas. Além do afastamento de professores, estudantes também foram cassados, como Flávio Koutzii, presidente do Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, da Faculdade de Filosofia (SCHMIDT; ANTONIOLLI, 2009). Iniciando sua atuação naquela época, André Forster também se destacaria no movimento estudantil (REIS, 2003).

**FIGURA 39** – Voto de Congratulações da Câmara Municipal de Porto Alegre



Fonte: Acervo Familiar Ohlweiler

Posteriormente, por proposição do Ver. Caio Lustosa, a Câmara Municipal aprovou a concessão do título de Cidadão Emérito a Otto Ohlweiler em 10 de setembro de 1984, conforme Resolução nº 804. “O título honorífico de Cidadão Emérito de Porto Alegre é conferido a pessoas nascidas em Porto Alegre que tenham contribuído, com seu trabalho, para o desenvolvimento da sociedade porto-alegrense.” (CIDADÃOS EMÉRITOS, 2014, doc. elet.). Assim, o Prof. Ohlweiler

recebeu o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre em cerimônia realizada no dia 06 de novembro de 1984 na Câmara Municipal (OHLWEILER, 2014).

Em seu discurso de agradecimento, o Prof. Ohlweiler reafirmou que o pedido de publicação da carta no *Jornal da Universidade* visava à deflagração de um processo de avaliação autocrítica da UFRGS a respeito de seu “ato de subserviência”. Referiu também que o reitor não aprovara suas solicitações, a despeito da atitude solidária da Congregação do Instituto de Química e de membros do CONSUN.

Abstenho-me de analisar o aspecto pessoal desse gesto, que prefiro tomar como um reflexo do quanto a sociedade ainda está impregnada de critérios autoritários e obscurantistas que tanto marcaram o regime militar. [...] A nossa Câmara Municipal tem, reconhecidamente, a tradição de um foro democrático e, nela, costumam ecoar as mais legítimas aspirações populares. (OHLWEILER, 1984a, discurso, fls. 1-2)

Eis, portanto, segundo Ohlweiler, a diferença primordial entre a UFRGS e a Câmara Municipal naquele momento. Esse é o motivo pelo qual aceitou o título de “Emérito” em uma e pediu o adiamento de sua outorga na outra. Considerando que a trajetória de Ohlweiler tenha sido frequentemente associada a um exemplo ou referência de cidadania<sup>67</sup>, inclusive no que tange às considerações expressas em sua carta ao reitor, parece que o título de Cidadão Emérito lhe caiu bem.

Trata-se, é claro, de uma apreciação superficial, visto que o recebimento do título concedido pela Câmara de Vereadores não é o foco deste trabalho. Para isso, seria necessária a consulta ao processo e à decisão da Câmara, entre outras fontes. De qualquer forma, o não recebimento do título na UFRGS naquele contexto específico gerou o “Voto de Congratulações”, por proposição do Ver. André Forster. É provável, também, que, em estreita relação com o contexto geral, tenha motivado a própria outorga do título de Cidadão Emérito. Se essa análise estiver correta, será um indicativo de que a “imagem” da UFRGS perante a sociedade porto-alegrense não era das melhores no final da ditadura civil-militar.

Como a guardiã de fato e de direito do acervo pessoal do Prof. Otto Alcides Ohlweiler e como a testemunha mais constante de suas derradeiras reflexões, Regina Ohlweiler é a peça-chave para que possamos desenvolver um entendimento mais abrangente dos significados e vínculos desta carta com grupos diferenciados e suas memórias. E, de forma fraternal, dispôs-se a compartilhar isso conosco.

---

<sup>67</sup> Não me propus neste trabalho a discutir o conceito de “cidadania”.

## 6 A MENSAGEM

Este estudo de caso, realizado como parte importante de minha formação como museóloga, propiciou-me inúmeras aprendizagens. Através do estudo de um único item de uma das coleções de um museu, pude exercitar a teoria na prática, refletindo sobre ambas. Penso que a Museologia contemporânea, ao apreciar a pesquisa dos objetos em suas dimensões materiais e “imateriais”, como uma das etapas necessárias ao processo de musealização e à própria documentação museológica, assume uma grande tarefa. O desafio a ser enfrentado estabelece relação direta com a complexidade das relações culturais e sociais com os objetos ou por meio deles.

No entanto, sem o enfrentamento dessas dificuldades, prejudicam-se todas as funções dos museus e da própria Museologia, alicerçadas no famoso tripé preservação-pesquisa-comunicação. Fica claro, também, que a atitude de assumir ou não essa empreitada articula-se estreitamente às estratégias de gestão de acervos adotadas, podendo ser incentivadas e possibilitadas por elas e, ao mesmo tempo, influenciá-las.

Outro obstáculo a ser transposto pelas pesquisas museológicas é a construção de experiências interdisciplinares. Muito se tem afirmado sobre o caráter interdisciplinar da Museologia. Sem falar na própria transdisciplinaridade, também citada como característica de nossos campos de atuação. Entretanto, talvez isso ainda não ocorra com tanta frequência na prática quanto na teoria. Além disso, experiências pouco embasadas correm os riscos de não respeitarem os construtos teórico-metodológicos das diferentes áreas, anulando uma possibilidade concreta de se vislumbrar potencialidades de relações do objeto em sua complexidade.

Com este Trabalho de Conclusão de Curso, limitado pelo tempo de realização da pesquisa e de minhas possibilidades como pesquisadora em formação, procurei cooperar com essas discussões teórico-práticas. Dessa forma, como os demais trabalhos de âmbito acadêmico, o estudo em questão está sujeito a críticas e sugestões, que serão bem recebidas. É importante frisar, também, que este estudo não pretendeu abarcar a “totalidade” do item estudado e de suas relações, tarefa considerada impraticável. Sua pertinência repousa em evidenciar o quão complexas podem ser as relações humanas e sociais com objetos culturais ou por meio deles. E que, ainda assim, trata-se de uma busca necessária e possível.

Diversas leituras, conceitos e propostas metodológicas fundamentaram as ponderações que geraram as escolhas aqui adotadas. Como, muitas vezes, essas reflexões já se consubstanciavam em forma de síntese, não sendo possível identificar a “origem” específica de tal ou qual escolha, optei, com a contribuição de minha orientadora, por trabalhar com a ideia de “itinerário”. Dessa forma, além de buscar reconstituir a trajetória do objeto, procurei demonstrar o percurso da própria pesquisa e dos caminhos trilhados.

Aberto o envelope, lido o documento, descrito o item em seus componentes intrínsecos (propriedades físicas e conteúdo), dediquei-me à investigação de informações documentais e contextuais. Procurei assinalar o percurso do Prof. Ohlweiler na Universidade, que o tornava, conforme decisão da própria UFRGS, merecedor do título de Professor Emérito. Acrescentei a essa trajetória outros dados biográficos, a fim de apreender quais seriam as motivações “de ordem política” que o levaram a solicitar o adiamento *sine die* da outorga do título. Outra intenção foi captar que “sentimento de irrestrita solidariedade” ele experimentava em relação aos colegas afastados pela repressão.

Esse entrelaçamento de dados levou-me a compreender que, a par de sua absorvente atividade acadêmica, desenvolveu também uma intensa militância política, manifestando sucessivamente sua opinião acerca de inúmeros assuntos, mesmo os mais conflituosos. Entendi também que a repulsa a qualquer arbitrariedade que um ser humano poderia infringir a outro esteve, desde cedo, na raiz de sua solidariedade e de sua atuação. Escreveu para diferentes periódicos, fossem eles científicos, políticos, culturais ou de informação geral, fazendo da divulgação de suas ideias uma prática rotineira. O mesmo acontecia, portanto, com o objeto que ora estudo.

O entendimento disso foi fundamental para a identificação da carta para além de seu âmbito administrativo. O objeto, até então considerado uma “cópia da carta”, foi (re)significado como **carta aberta**, uma forma de expressão escrita que pode e tende a ser plural e de maior abrangência. O estudo deste item, portanto, permitiu evidenciar que ele integra uma ampla rede de documentos que, ao materializarem a manifestação cultural “carta aberta do Prof. Otto Alcides Ohlweiler”, possibilitaram-na chegar em seus destinos. Dessa forma, constituíram os nós de uma trama de destinatários, na qual se inclui o CEUE e, por consequência, o Museu da UFRGS.

Assim, valendo-me do embasamento de todos os capítulos anteriores, compreendo, por meio de diferentes elos, que esta carta se constitui num objeto que evoca memórias de diferentes pessoas e grupos, convidando-os para uma ação presente, com intenção de futuro. Como diria Dom Paulo Evaristo Arns (1985), “**para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça**”<sup>68</sup>. E mais: a mensagem deixada pela carta aberta do Prof. Ohlweiler é ainda atual. Este é o legado.

---

<sup>68</sup> Este é o lema do projeto **Brasil: Nunca Mais** (BNM), coordenado na década de 1980 por Dom Paulo Evaristo Arns e o Rev. Jaime Wright. Em 1985 foi lançado o livro de mesmo nome, resultado de exames e relatórios de inúmeros processos judiciais contra presos políticos. Os objetivos do BNM eram: “evitar que os processos judiciais por crimes políticos fossem destruídos com o fim da ditadura militar, tal como ocorreu ao final do Estado Novo, obter informações sobre torturas praticadas pela repressão política e que sua divulgação cumprisse um papel educativo junto à sociedade brasileira”. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>> Acesso em: 23 nov. 2014.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de, et al (coords.) Partido Comunista do Brasil (PCB). **Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>> Acesso em: 09 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 477. **Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca>> Acesso em: 22 nov. 2014.

ADUFRGS. **Jornal Adverso**. Ano 1. Nº 3. Porto Alegre, 1988. (Recorte/Acervo Pessoal Ohlweiler)

\_\_\_\_\_. **Universidade e Repressão: Os expurgos na UFRGS**. 2. ed. Org. rev. Lorena Holzmann *et al*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

AMARAL, José Luiz do. Otto Ohlweiler: 40 anos de comunismo. **Praxis**: Revista de Filosofia, Política e Cultura. Nº 3. Porto Alegre, Ed. Tchê!, 1986.

ASSOCIAÇÃO dos Antigos Alunos da UFRGS. Disponível em: <[www.ufrgs.br/alumni](http://www.ufrgs.br/alumni)> Acesso em 08 nov. 2014.

ASSUFRGS. **Assessoria Jurídica informa o andamento dos processos sobre cortes das horas-extras incorporadas**. Disponível em: <<http://www.assufrgs.org.br/noticias/assessoria-juridica-informa-o-andamento-dos-processos-sobre-cortes-das-horas-extras-incorporadas/>> Acesso em: 02 nov. 2014.

BARBUY, Heloisa. **A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. v.3, p.209 - 236 jan./dez. 1995

CABRAL, Jacira. Especial: Depois do longo tempo sem provas. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, Ano XIII, n. 128, Jun/ 2010, p.8-9.

CARRION, Raul. **A Ditadura não foi uma Criação de “Homens Maus”**. In: Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Org. Enrique Serra Padrós et al. Porto Alegre: CORAG, 2009. – v. 2; 302p. Disponível em:

CARVALHO, Clarissa de Souza. **Práticas discursivas de preservação do patrimônio histórico e cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998-2008)**. Monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel em História ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

CEUE. Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia. Disponível em: <<https://http://www.ufrgs.br/ceue/>> Acesso em: 07 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **CEUE: 100 anos: uma história do movimento estudantil.** Bruna Sirtori *et al.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

COMITÊ ARY ABREU LIMA DA ROSA. Disponível em: <<https://comitearyabreu.wordpress.com/>> Acesso em out. 2014.

CNPq. **Questão Nuclear.** Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/questao-nuclear>> Acesso em: 10 nov. 2014.

CONSELHO Federal de Química. **DECRETO N. 57, - DE 20 DE FEVEREIRO DE 1935** Disponível em <<http://www.cfq.org.br/d57.htm>> Acesso em: 07 nov 2014.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009.

COSTA, Valentim Uberti Costa. **Discurso Proferido pelo Recebimento do Título de Professor Emérito.** Sessão Especial. Sala dos Conselhos/UFRGS. 09 out. 2014.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª Ed., 12ª Impressão, 1999.

CUNHA, Janaína Dias. **A Reforma Universitária de 1968 e o Processo de Reestruturação da UFRGS (1964-1972):** uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura civil-militar brasileira. 213 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos; 2009.

D'ARAUJO, Maria Celina. *AI-5.* CPDOC/FGV. In: ABREU, Alzira Alves de, et al (coords.). **Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro – Pós-1930.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>> Acesso em: 02 nov. 2014.

FAGUNDES; Ligia Ketzer; ARISTIMUNHA, Claudia Porcellis. Museu da UFRGS, trajetória e identidade de um museu universitário. **Patrimônio e Memória – UNESP – FCLAs – CEDAP.** São Paulo, v. 6, nº 2, pp. 47-66, dez. 2010.

FAUSTINO, João; CLEMENTE, Elvo. **História da PUCRS.** 3v, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/digitalizacao/irmaosmaristas/historia3.pdf> Acesso em: out. 2014

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Da Cátedra Universitária ao Departamento:** subsídios para discussão. 23 reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), GT11: Política de Educação Superior. Caxambu, MG, 2000. Disponível em: <<http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF>> Acesso em: 08 nov. 2014.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREZ, Helena D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: **CADERNOS de Ensaios, n. 2.** Estudos de Museologia. Rio de Janeiro, Minc/Iphan, 1994, p. 64-73. 1994.

FISCHER, Beatriz T. Daudt; CERUTTI, Marcos Fontana. Comissão Especial de Investigação Sumária: uma estratégia política nada sutil (Brasil, golpe civil-militar/1964). **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 17, n. 2, Mai/Ago. 2012. p. 145-165.

FORMATURA dos Estudantes da Escola de Engenharia, A. **Jornal da Manhã.** Porto Alegre, p. 8-8. 18 set. 1935. – ACERVO PESSOAL OHLWEILER

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. Trad: Slama Tannus Muchail. 9ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GONÇALVES, Dilza Porto; CARRA, Patrícia Rodrigues Augusto. FEUPA: uma revista produzida pela Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre (RS, 1945/46). **História da Educação** [Online]. 2013, v. 17, nº 40, mai./ago. 2013. pp. 221-250. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S2236-34592013000200011>> Acesso em: 09 nov. 2014.

GUARAGNA MARTINS, Fernando. Prof. Ohlweiler recusa título e denuncia repressão. **Informol.** Porto Alegre, Ano III, nº XII, abr. 1984.

GUAZZELLI, Dante Guimaraens. **Entre o Estado e a oposição: a atuação de Eloar Guazzelli como advogado de presos políticos (1964-1979).** In: Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Org. Enrique Serra Padrós et al. Porto Alegre: CORAG, 2009. – v. 2; 302p.

GUEDES, P. C.; SANGUINETTI, Y. (Org.). **UFRGS:** Identidade e memórias – 1934-1994. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1994.

JULIÃO, Letícia. Pesquisa Histórica no Museu. **Caderno de Diretrizes Museológicas I.** Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2006. p.95-107.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Documento e musealização: entretecendo conceitos. **Midas - Museus e Estudos Interdisciplinares.** vol.1, 2013. 11p. Disponível em: <<http://midas.revues.org/78>>. Acesso em: Jan/ 2014.

MACIEL, Rubens Mário Garcia. Nós, os alunos que já estávamos lá. In: GUEDES, P. C.; SANGUINETTI, Y. (Orgs.). **UFRGS:** Identidade e memórias – 1934-1994. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1994.

MANSAN, Jaime Valim **Os expurgos na UFRGS:** afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1969). 2009. Dissertação (Mestrado) do Curso de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2009.

\_\_\_\_\_. A Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS (1964). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, Jan./Jun. 2012. p. 100-118.

MARTINS, Marisângela Terezinha Antunes. **De volta para o presente: uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações acerca da democracia (1945-1947)** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

\_\_\_\_\_. **À esquerda de seu tempo: escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre – 1927-1957)** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MATZENBACHER, Luiz Oscar. O Decreto 477 e a morte de um estudante. *In*: GUEDES, P. C.; SANGUINETTI, Y. (Orgs.). **UFRGS: Identidade e memórias – 1934-1994**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1994.

MELO, Edison Schwarz de; COSTA, Valentim Emilio Uberti. **Instituto de Química – UFRGS**. Porto Alegre: 1984, p. 160. [Registro não publicado]

NASCIMENTO, Rosana. Objeto museal como objeto de conhecimento. **Cadernos de Museologia** – Centro de Estudos de Sociomuseologia, nº3, Portugal: ULTH, 1994. p. 07-29

NETTO, Carlos Alexandre. *In*: UFRGS. Notícias. **Aula Magna na UFRGS exalta defesa da democracia**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/aula-magna-na-ufrgs-exalta-defesa-da-democracia>> Acesso em: nov. 2014.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Carta ao Reitor**, 1984. Manuscrito

\_\_\_\_\_. **Discurso de Agradecimento ao Título de Cidadão Emérito**, 1984a. Manuscrito

OHLWEILER, Maria Regina. **Otto Alcides Ohlweiler**. 2014. Disponível em: <<http://ottoalcidesohlweiler.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 31 out. 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. **Tempo e Argumento**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, v.1, n. 1, jan./jul. 2009. p. 30-45. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/708>> Acesso em: out. 2014.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, Ananda Simões. **Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os “anos de chumbo” no Rio Grande do Sul**. *In*: Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Org. Enrique Serra Padrós et al. Porto Alegre: CORAG, 2009. – v. 2; 302p. Disponível em:

PAGLIOLI, Elyseu. **Universidade do Rio Grande do Sul – uma fase em sua história**. Porto Alegre: Gráfica da Universidade, 1964, p.104-106.

PINTO, Simone Rodrigues. Direito à Memória e à Verdade: Comissões de Verdade na América Latina. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, jan./jun. 2010, pp. 128-143.

REIS, Eliana dos. Juventude, intelectualidade e política: a ativação do “legado” de André Forster e a consagração de uma geração. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 5, nº 10, jul/dez 2003, pp. 380-411.

REIS, Thaís Blume dos. **A lógica da suspeição sobre o movimento estudantil gaúcho**: o olhar das Seções de Ordem Política e Social do rio Grande do Sul (SOPS/RS) em relação aos “estudantes subversivos” (1964-1974). Trabalho de Conclusão do Curso de História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

RODEGUERO, Carla Simone. **Anistia ampla, geral e irrestrita**: história de uma luta inconclusa / Carla Simone Rodeguero, Gabriel Dienstmann e Tatiana Trindade. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

SANTOS, Roberto Lima. BREGA FILHO, Vladimir. Os reflexos da “judicialização” da repressão política no Brasil no seu engajamento com os postulados da Justiça de Transição, 2009; In: SCHUMACHER, Carolina. **A Responsabilização Penal do Estado Brasileiro frente aos Crimes da Ditadura Militar**: limites e possibilidades. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

SCHMIDT, Benito Bisso; ANTONIOLLI, Juliano. Flávio Koutzii: um olhar sobre as sensibilidades da geração 68 em Porto Alegre. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. jan./fev./mar. 2009. Vol. 6, Ano VI, nº 1. Acesso em <<http://www.revistafenix.pro.br/>> Acesso em: 18 nov. 2014.

SCHUMACHER, Carolina. **A Responsabilização Penal do Estado Brasileiro frente aos Crimes da Ditadura Militar**: limites e possibilidades. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em:

SILVA, Marcos Elias da. **As Diretas Já no Rio Grande do Sul**. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

SMIT, Joahanna Wilhelmina. A documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (Orgs.) **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 11-22 (MAST Colloquia; 10)

SOARES, Mozart Pereira; SILVA, Pery Pinto Diniz da. **Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**: 1934-1964. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ministros**. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=8>> . Acesso em: 27 out 2014.

TAITELBAUM, Aron. Algumas lembranças dos primórdios da ADUFRGS. *In*: GUEDES, P. C.; SANGUINETTI, Y. (Org.). **UFRGS**: Identidade e memórias – 1934-1994. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1994.

UFRGS. Arquivo Geral. Índice de Processos. **Processo nº 43.157/82**, arquivado em 09/04/1984. Origem: Instituto de Química da UFRGS

UFRGS. Conselho Universitário. **Estatuto**. Decisão nº 148/94. 23/09/1994. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/estatuto-e-regimento>>. Acesso em out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Conselho Universitário**. Disponível em: <[www.ufrgs.br/consun](http://www.ufrgs.br/consun)>. Acesso em: 07 nov. 2014a.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário. **Relação de Reitores**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/consun/reitores.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2014b.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário. **Títulos Honoríficos**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/consun/documentos/titulos-honorificos/view>> Acesso em: 15 out 2014c.

UFRGS. Instituto de Química. **Processo nº 222/84**. Origem: Otto Alcides Ohlweiler

UFRGS. Portaria nº 3764, de 04 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cpa/pessoal>> Acesso em 09 nov. 2014d.

WEBPOA. **Memória**. Cidadãos Eméritos. Disponível em: <<http://www.webpoa.com>> Acesso em: 17 nov. 2014.

## APÊNDICE A

Prezado(a),

***Uma carta, um acervo, muitas memórias:*** a cópia da carta do Prof. Otto Alcides Ohlweiler na Coleção CEUE é o título provisório do trabalho que estou realizando para a conclusão do curso de graduação em Museologia. Sob a orientação da Profa. Ana Carolina Gelmini de Faria, investigo um documento do acervo do Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE), doado ao Museu da UFRGS em 2003. Trata-se de uma cópia da carta que, em março de 1984, o Prof. Otto Alcides Ohlweiler dirigiu ao Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira, então Reitor da UFRGS, como resposta à decisão do Conselho Universitário de outorgar-lhe o título de Professor Emérito.

Durante o semestre letivo 2013/2, tive meu primeiro contato com este item da coleção CEUE (e com seu teor). Na ocasião, iniciei uma pesquisa museológica acerca do documento para a elaboração do trabalho final de uma disciplina. Percebi, então, a importância desta carta para a compreensão de aspectos do momento em que foi escrita (1984), do período que ela refere (1964) e da intenção de memória que ela expressa, remetendo-nos ao hoje (2014). Foi assim que decidi transformá-la no tema de meu trabalho de conclusão do curso.

Esta pesquisa, que se insere no campo da Museologia, da Memória e do Patrimônio Cultural, busca responder à seguinte questão: **ao reconstituir a trajetória da cópia da carta do Prof. Otto Alcides Ohlweiler é possível identificar significados e valores vinculados a memórias individuais e/ou coletivas que legitimem sua musealização (patrimonialização)?**

Conforme indicaram algumas fontes, acredito que o/a Senhor/Senhora poderá enriquecer este trabalho, respondendo a determinadas questões. Caso aceite colaborar, peço que assine e envie a Autorização (arquivo em anexo). As perguntas, que também seguem em anexo, poderão ser respondidas e encaminhadas por escrito até o dia 25 de outubro deste ano. Caso seja de sua preferência, as questões poderão ser respondidas mediante entrevista, a ser realizada também até o dia 25 de outubro, com agendamento prévio, conforme sua disponibilidade.

Atenciosamente,  
Cidara Loguercio Souza  
Estudante do Curso de Museologia da UFRGS

## APÊNDICE B – DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

#### A U T O R I Z A Ç Ã O

Eu, ....., abaixo assinado, concordo em participar como sujeito colaborador da pesquisa desenvolvida por Cidara Loguercio Souza para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Museologia, sob orientação da Profa. Ana Carolina Gelmini de Faria. Fui devidamente informado e esclarecido sobre o estudo, que tem como título ***Uma carta, um acervo, muitas memórias: a cópia da carta do Prof. Otto Alcides Ohlweiler na Coleção CEUE***. Sendo assim, autorizo a utilização das informações que concedi à pesquisadora, incluindo sua reprodução total ou parcial no TCC, em suporte papel ou digital, com a finalidade de colaborar com o estudo. Recebi uma cópia desta Autorização.

Porto Alegre, ..... de ..... de 20\_\_\_\_\_ .

---

Assinatura da entrevistada

## APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Prezado(a),

**Uma carta, um acervo, muitas memórias:** a cópia da carta do Prof. Otto Alcides Ohlweiler na Coleção CEUE é o título provisório do trabalho que estou realizando para a conclusão do curso de graduação em Museologia. Sob a orientação da Profa. Ana Carolina Gelmini de Faria, investigo um documento do acervo do Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE), doado ao Museu da UFRGS em 2003. Trata-se de uma cópia da carta que, em março de 1984, o Prof. Otto Alcides Ohlweiler dirigiu ao Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira, então Reitor da UFRGS, como resposta à decisão do Conselho Universitário de outorgar-lhe o título de Professor Emérito.

Agradeço por sua disponibilidade e colaboração para este estudo. Asseguro seu direito de informação sobre os resultados da pesquisa.

Porto Alegre, outubro de 2014.  
Cidara Loguercio Souza

1. Poderia relatar brevemente sua trajetória na UFRGS? E no período investigado (anos 1980), qual era seu vínculo institucional?
2. Conheceu o Prof. Otto Alcides Ohlweiler pessoalmente? Em que circunstâncias?
3. Na sua avaliação, como o Prof. Otto Alcides Ohlweiler e seu trabalho são (foram) percebidos pelos membros da comunidade acadêmica? E qual é a sua percepção a respeito da trajetória dele e de seu trabalho?
4. Tomou conhecimento desta carta em 1984? Como?
5. Soube de eventos ou acontecimentos relevantes sobre esta carta no Instituto de Química? E na Escola de Engenharia? Quais?
6. Acredita que esta carta chegou a ser divulgada e conhecida por um número significativo de pessoas dentro e/ou fora da UFRGS? Em caso positivo, como você avaliaria a repercussão desta carta naquele momento?
7. Conhecia algum membro da Diretoria do DAQ e/ou do CEUE daquele período? Saberria dizer como a cópia da carta chegou aos estudantes da Escola de Engenharia e que opiniões e/ou atitudes eles tomaram em relação a ela?
8. Saberria dizer se a carta foi distribuída a outras entidades? Quais?
9. Caso tenha conhecido esta carta em 1984, como avaliou a decisão do Prof. Ohlweiler na época?
10. Passados 30 anos, como avalia hoje a decisão do Prof. Ohlweiler e a carta que ele escreveu?
11. Gostaria de dizer algo mais que possa contribuir com este trabalho?

ANEXO – Carta do Professor Otto Alcides Ohlweiler ao Magnífico Reitor<sup>69</sup>, fl. 1

Porto Alegre, 05 de março de 1964.

Exm<sup>o</sup> Sr.  
Prof. Earle Diniz Macarthy Moreira  
M.D. Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Nesta

Senhor Reitor Magnífico:

Através de ofício emanado da Reitoria da UFRGS, com data de 06 de dezembro p.p., tomei conhecimento da resolução do egrégio Conselho Universitário, tomada em reunião de 01 daquele mesmo mês, de conceder-me o título de Professor Emérito, sancionando assim, em última instância, uma proposição neste sentido aprovada pela Congregação do Instituto de Química.

Sinto-me deveras reconhecido para com todos aqueles que, de uma ou de outra forma, contribuíram para levar a proposição da Congregação do Instituto de Química até a decisão final do Conselho Universitário. Todavia, devo informar que, em virtude de razões que passarei a expor, não pretendo agora receber o honroso título de Professor Emérito. Esta decisão, que me custou longas e maduras reflexões e resultou, finalmente, como um imperativo de consciência inarredável, prende-se às implicações do processo de repressão política desencadeado no seio da nossa Universidade — em simultaneidade com o que aconteceu em outras Universidades do País — após a instauração da ditadura militar em 1964.

Os professores atingidos pela repressão política foram acusados da prática de subversão da ordem, numa singularíssima situação em que aqueles que, de fato, haviam subvertido a ordem constituída assumiam o papel de acusadores, e os que a haviam defendido apareciam como acusados de subversão. Na verdade, contra os professores visados pela repressão não foi possível configurar mais do que pretensos delitos de opinião.

Posto que não há crime sem que haja uma lei anterior que o defina e, na ausência de instrumentos legais que definissem

<sup>69</sup> Cópia da carta conforme consta no Acervo CEUE, Museu da UFRGS.

os delitos de opinião atribuídos aos professores das Universidades brasileiras perseguidos por motivos políticos pelo regime militar, é óbvio que os acusados não poderiam ser indiciados e julgados no âmbito da justiça ordinária. Então, o regime apelou para a intervenção pura e simples nas Universidades, a impondo "manu militari" a constituição de Comissões Especiais de Investigação Sumária, que foram integradas por elementos do corpo docente que os Conselhos Universitários e as Congregações das Faculdades foram virtualmente compelidos a indicar. Foi o recurso adotado — não importando quanto ferisse a autonomia das Universidades — para emprestar uma aparente legitimidade à repressão que iria atingir cerca de uma centena de professores no País. Via de regra, as Universidades brasileiras dobraram-se inermes às exigências da intervenção castrense. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul não fugiu à regra geral. É certo que em algumas de suas unidades pode ter havido o propósito de evitar um "mal maior" com a indicação de representantes menos inclinados a sancionar os "exageros" pretendidos pelos propugnadores da raia. Seja como for, do ponto de vista estritamente político, a UFRGS, tendo à época como Reitor o prof. José Carlos Fonseca Milano, legitimou a repressão política contra seu corpo docente, em consequência do que foram demitidos muitos de seus melhores professores. Não há como negar: a repressão desencadeada nas Universidades após o golpe militar de 1964, foi parte inseparável da vasta onda de repressão que varreu o País e que não raro culminou com bestiais crimes cometidos pelos chamados órgãos de segurança.

A Comissão Especial de Investigação Sumária na UFRGS tinha como presidente nominal um professor da Faculdade de Economia, já falecido; mas, a direção efetiva ficou enfeixada nas mãos do interventor militar, o Gen. Jorge Garrastazu Teixeira. Na época, tendo eu sido obrigado a comparecer ante a Comissão Especial, pude constatar pessoalmente com que acodamento e parcialidade eram reunidos ou fornecidos os elementos de acusação. Um único episódio será suficiente para mostrar que a dita Comissão Especial, pelos fins que perseguia e os métodos que teve de adotar, tinha mesmo que acabar encenando uma verdadeira ópera bufa de mau gosto. Quando compareci ante a subcomissão pertinente, ao ser interrogado pelo senhor General-Interventor, eu havia refutado uma série de acusações despropositadas e irrelevantes, o que fez com que aquele, incenferado, depois de afirmar que iria relatar um fato

Carta do Professor Otto Alcides Ohlweiler ao Magnífico Reitor, fl. 3

por ele mesmo presenciado, voltasse à carga com a seguinte acusação: que eu, paraninfando uma turma de formandos da Escola de Engenharia em 1949, teria pronunciado no ato de formatura, dado como tendo ocorrido no Salão Nobre da Reitoria, um discurso tão radical que o Diretor daquela Escola, apontado como sendo então o professor Luiz Lesseigneur de Faria, ao ensejo de sua oração no encerramento da cerimônia, tivera de refutar as teses por mim defendidas. Ponderei que, não obstante o Senhor General-Interventor ter a tudo assistido segundo insistia, a formatura não fora no local apontado pela simples razão de que o prédio da Reitoria sequer estava construído; e, mais, que o Diretor da Escola, na época, era o professor Lelis Espartel e não o professor Faria; e, finalmente, que aquele em nenhum momento se referira ao meu discurso. O Senhor General-Interventor teimou na sua versão, obrigando-me a apelar para o testemunho de um membro da subcomissão para fazer prevalecer a minha. Ora, mesmo não considerando as inverdades reiteradas, a acusação era uma tolice que nada podia configurar de delituoso a não ser para um caricato aprendiz de Torquemada. Deixando de lado o aspecto cômico do episódio, o que, como conclusão, desejo ressaltar é que acusações deste tipo formaram, na verdade, a tônica das investigações procedidas pela Comissão Especial, o que, entretanto, não impediu ao Senhor General-Interventor de poder levar impavidamente até o fim a sua missão de inquisidor; ou, mesmo, proclamar mais tarde a uma revista de grande circulação nacional que a Comissão tivera "um funcionamento muito bem elaborado", sob o argumento de que os processos tinham formado uma pilha de papéis de mais de um metro de altura!

Agora, passados que são cerca de vinte anos desde a ocorrência dos fatos relatados, eis-me diante da resolução do Conselho Universitário concedendo-me o título de Professor Emérito. Numa plena reafirmação dos princípios filosóficos e políticos que esposou e pelos quais a repressão pretendeu me atingir, não posso deixar de avaliar a resolução do Conselho Universitário no contexto mais abrangente dos acontecimentos ocorridos no âmbito da Universidade em decorrência do golpe militar de 1964, não só na parte que feriram os meus direitos de cidadão, mas também pelo que representaram para a vida da nossa Universidade.

Entretanto, tomarei a liberdade de tecer algumas considerações a respeito do parecer exarado pela Comissão nomeada pe-

Carta do Professor Otto Alcides Ohlweiler ao Magnífico Reitor, fl. 4

to Conselho Universitário para opinar sobre a proposição originária da Congregação do Instituto de Química propondo-me fosse concedido o título em questão. O parecer reúne uma série de generosas referências à minha atividade docente na Escola de Engenharia, na Faculdade de Filosofia e no Instituto de Química, ao longo de quase cinquenta anos. Apraz-me reconhecer que durante esse tempo recebi da Universidade quase sempre todo apoio para poder levar a cabo os empreendimentos em que me empenhei; sou grato por isso e, quanto a mim, fiz o que esteve ao meu alcance e nada mais que meu dever. Entendo, outrossim, como um aspecto positivo a preocupação manifestada pelos signatários do parecer em registrar a minha atividade como cidadão numa dimensão global, não omitindo inclusive minha longa militância na corrente do pensamento marxista, que vem desde os tempos da ditadura getuliana. Devo, entretanto, fazer alguns reparos àquela parte do parecer que procura relacionar, equivocadamente, o fato de eu não ter sido demitido da função de professor universitário pelo processo repressivo em 1964 a que eu não me teria valido da cátedra para fins de "proselitismo político". A minha opinião é, entretanto, outra e vou registrá-la como um depoimento que poderá ser útil para o levantamento histórico dos acontecimentos em foco. Em primeiro lugar, devo esclarecer que a Escola de Engenharia, tendo à época como Diretor o professor Luiz Lesseigneur de Faria e como representante na Comissão de Investigação o professor Saviniano de Castro Marques, não favoreceu, no âmbito da sua jurisdição, que prevalecesse o clima de caça às bruxas, donde resultou que nenhum dos cinco professores indiciados — entre os quais eu próprio figurava —, afora o constrangimento de um comparecimento forçado ante um tribunal de origem espúrea, fosse punido, muito ao contrário, pois, do que sucedeu em outras unidades, onde a conivência com a intervenção foi até à delação e à intriga. Insisto no ponto de vista de que é preciso reconhecer que todos nós, os professores da UFRGS, na época levados ante a Comissão de Investigação, o fomos única e exclusivamente em virtude de nossas convicções políticas e de nossa oposição ao regime imposto pelo golpe militar. Em segundo lugar, a afirmação em apreço envolve uma formulação que, sobre expressar uma opinião equivocada como mostrei, ainda tem o vício de implicitamente justificar a penalização dos professores que foram expulsos arbitrariamente da Universidade. Ora, o aspecto essencial da questão, que precisa ser reconhecido e proclamado, é a ilegitimidade original daquele tribunal de exceção, na época...

sob intervenção militar na Universidade, e cuja finalidade precípua era atingir um certo número de docentes para fazer calar pelo terror as vozes da oposição ao novo regime no seio do magistério.

Em consonância com a linha geral de raciocínio que venho de expor, devo declarar, motivado por razões de ordem política e também por um sentimento de irrestrita solidariedade a todos os colegas que foram atingidos pela repressão, não existirem as necessárias condições para que eu possa receber o título que me é oferecido e, portanto, opto pelo adiamento sine-die de sua outorga. No início da década de 1970, o escritor Érico Veríssimo recusou o título de Doutor Honoris Causa, por entender que a nossa Universidade era então uma instituição ocupada. Hoje, certamente, não é esta exatamente a situação na Universidade, quando mais não seja pela razão que é toda a sociedade civil que frontalmente repele o autoritarismo castrense e vigorosamente exige o alargamento das liberdades democráticas. Mas, também não é menos certo que até aqui não foi esboçada nenhuma avaliação auto-crítica em relação ao processo de repressão desencadeado na Universidade nos anos 60. A Igreja "reabilitou" Galileu transcorridos aproximadamente 350 anos desde sua condenação, mas sem dúvida teve a grandeza moral de reconhecer seu erro. De fato, a análise dos acontecimentos que marcaram tão negativamente a vida da Universidade com a implantação do regime militar no País, é uma necessidade impostergável para a conservação da memória histórica da instituição; é também um imperativo para a afirmação de uma maior autonomia da Universidade, autonomia essa indispensável para que aquela possa contribuir com uma produção cultural autêntica e, ao mesmo tempo, converter-se em um foro respeitável para o debate dos grandes problemas contemporâneos. Na medida em que me for reconhecido o direito de fazer alguma sugestão com vistas a favorecer o encaminhamento de uma tal análise, eu reivindico a publicação desta carta no Jornal da Universidade e lembro a conveniência de que seja liberada, para os estudiosos da nossa História, toda a documentação concernente ao processo de repressão na Universidade a partir do golpe militar de 1964. Outrossim, desejo consignar que, não tratando esta carta de questões de ordem privada, considero-me no direito de, eventualmente, dar a ela publicidade se achar conveniente.

Eis, Senhor Reitor, as ponderações que achei devia fazer em resposta à resolução do Conselho Universitário.

Carta do Professor Otto Alcides Ohlweiler ao Magnífico Reitor, fl. 6

fl. 6

esta carta. Solicito, atenciosamente, que faça transmitir o teor da mesma ao conhecimento do Conselho Universitário. Receba, enfim, os meus protestos do maior respeito e da mais alta consideração.

Saudações cordiais,

Otto Alcides Ohlweiler